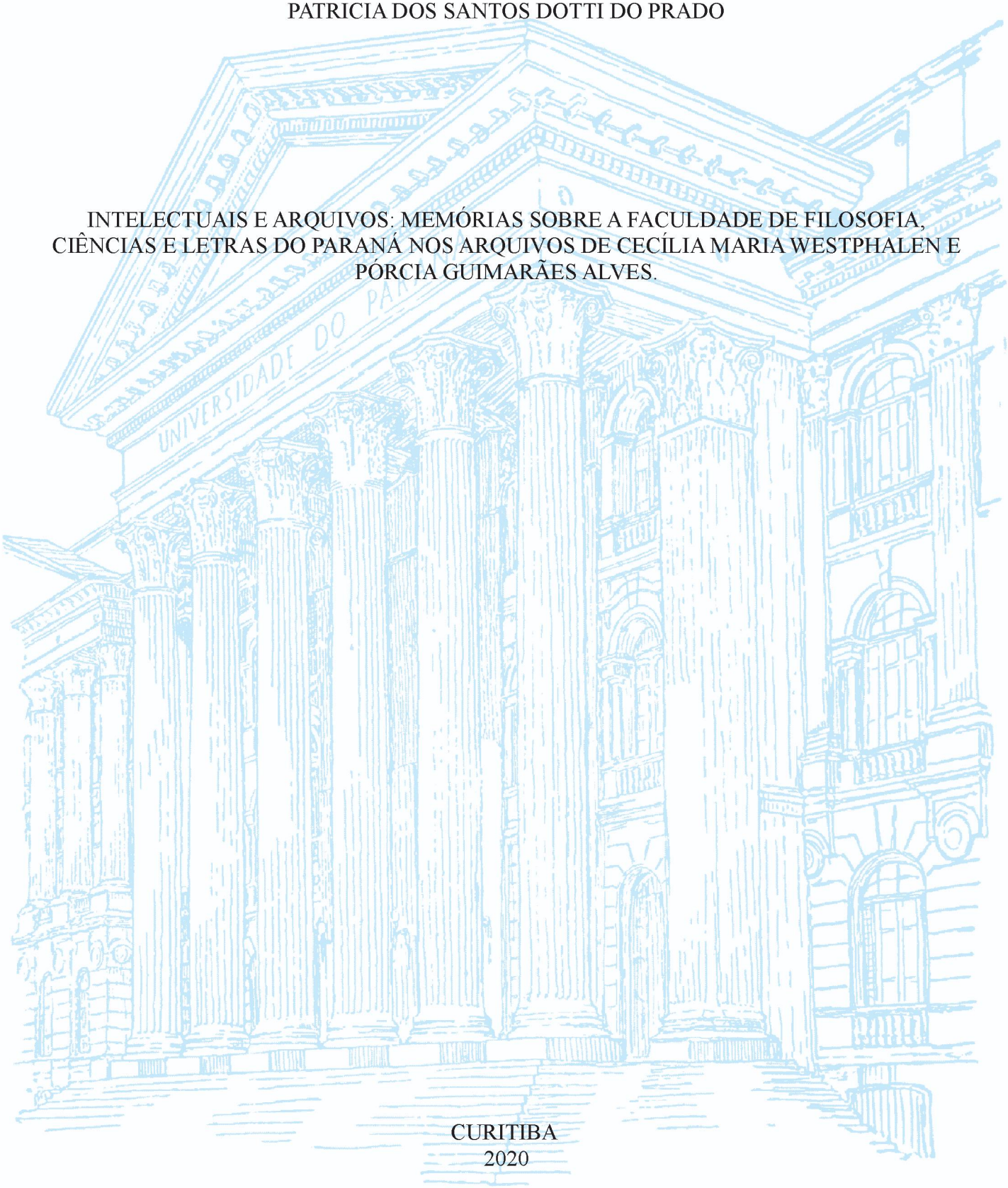
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRICIA DOS SANTOS DOTTI DO PRADO

INTELECTUAIS E ARQUIVOS: MEMÓRIAS SOBRE A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ NOS ARQUIVOS DE CECÍLIA MARIA WESTPHALEN E PÓRCIA GUIMARÃES ALVES.



CURITIBA
2020

PATRICIA DOS SANTOS DOTTI DO PRADO

INTELECTUAIS E ARQUIVOS: MEMÓRIAS SOBRE A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ NOS ARQUIVOS DE CECÍLIA MARIA WESTPHALEN E PÓRCIA GUIMARÃES ALVES.

Trabalho apresentado como requisito para titulação de mestre no Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas.
Área de concentração: Cultura e Sociabilidades.

Orientadora: Profª. Drª. Simone Meucci.
Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Renato Guerios.

CURITIBA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Prado, Patricia dos Santos Dotti do
Intelectuais e arquivos : memórias sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná nos arquivos de Cecília Maria Westphalen e Pórcia Guimarães Alves. / Patricia dos Santos Dotti do Padro. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora : Profª. Drª. Simone Meucci
Co-orientador : Prof. Dr. Paulo Renato Guérios

1. Memória. 2. Arquivos pessoais. 3. Westphalen, Cecília Maria. 4. Guimarães, Pórcia. 5. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – História – Paraná. 6. Mulheres intelectuais – Paraná – História. I. Meucci, Simone, 1970-. II. Guérios, Paulo Renato, 1971-. III. Título.

CDD – 305.552

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA - 40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PATRÍCIA DOS SANTOS DOTTI DO PRADO** intitulada: ***INTELECTUAIS E ARQUIVOS: MEMÓRIAS SOBRE A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ NOS ARQUIVOS DE CECÍLIA MARIA WESTPHALEN E PÓRCIA GUIMARÃES ALVES.***, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica
19/08/2020 16:16:39.0
SIMONE MEUCCI
Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
19/08/2020 17:17:42.0
RAFAEL FARACO BENTHIEN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
19/08/2020 19:59:28.0
CHRISTIANO KEY TAMBASCIA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 50280
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 50280

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA - 40001016032P2

ATA Nº18

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA

No dia dezenove de agosto de dois mil e vinte às 09:30 horas, na sala virtual https://meet.jit.si/DefesaPatriciaPradoPPGSOCIO, (banca realizada remotamente), foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **PATRÍCIA DOS SANTOS DOTTI DO PRADO**, intitulada: ***INTELECTUAIS E ARQUIVOS: MEMÓRIAS SOBRE A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ NOS ARQUIVOS DE CECÍLIA MARIA WESTPHALEN E PÓRCIA GUIMARÃES ALVES.***, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: SIMONE MEUCCI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), RAFAEL FARACO BENTHIEN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CHRISTIANO KEY TAMBASCIA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, SIMONE MEUCCI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca destaca as seguintes qualidades desta pesquisa: a originalidade que explora intersecções entre disciplinas; o volume do acervo documental analisado; a arquitetura sofisticada do problema de pesquisa. Por fim, recomenda a publicação do trabalho na forma de artigos ou livro. Registra-se a participação do Pro. Dr. Paulo Renato Guérios como co-orientador.

CURITIBA, 19 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica
19/08/2020 16:16:39.0
SIMONE MEUCCI
Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
19/08/2020 17:17:42.0
RAFAEL FARACO BENTHIEN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
19/08/2020 19:59:28.0
CHRISTIANO KEY TAMBASCIA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 50280
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 50280

AGRADECIMENTOS

É com muita alegria que, depois de dois anos, escrevo meus agradecimentos àqueles/as que participaram ou mesmo me apoiaram nesta pesquisa.

Agradeço, primeiramente, à CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Nível Superior) pelos 24 meses de bolsa de estudo. O recebimento do auxílio foi essencial não apenas para o desenvolvimento deste trabalho como para minha vida; com ele, pude organizar o meu cotidiano para o melhor desempenho possível na pesquisa. Com isso, quero dizer que a bolsa foi mais do que um módico salário, uma vez que por meio dela vivi muitas alegrias e momentos de lazer sem os quais não há vida possível.

O trabalho na Universidade foi, muitas vezes, exaustivo – sobretudo nos últimos dois anos, mas foi também o ambiente onde vivi a minha independência, desenvolvi um pouco mais de confiança e aprendi a compartilhar. Por tudo isso, agradeço especialmente à Cíntia, Eduardo, Gabriella, Guilherme, Gustavo, Henrique, Ingrid, João Paulo, Julia, Kamille, Lucas e Sabrina.

À Simone Meucci agradeço a orientação e, sobretudo, a atenção em encaminhar o andamento do trabalho considerando os (inúmeros) inacreditáveis eventos desse país. Em especial, sou grata pelo seu constante apoio e afeto, além do cuidado em me mostrar sempre alternativas de futuro. Seu olhar e a liberdade com a qual você permitiu que eu transformasse e conduzisse minha pesquisa foram essenciais para que, hoje, eu possa apresentar um trabalho do qual tenho orgulho.

Ao Paulo Guérios, sou grata pela inspiração e disposição em me co-orientar. Por seu intermédio, conheci uma Antropologia fascinante, cuja importância não apenas é central para mim como se manifesta com clareza nesta pesquisa. Agradeço sua atenção em cada leitura e sugestão; elas me impulsionaram intelectual e pessoalmente.

Aos membros da banca de defesa, Cristiano Key Tambascia e Rafael Faraco Benthien, agradeço a leitura cuidadosa e a atenção durante a arguição. Sou grata pelas contribuições e críticas elaboradas; elas tanto ensejaram revisões e novos olhares à pesquisa quanto me permitiram refletir sobre a construção de uma investigação científica, sua tecitura e realização.

Ao Henrique e a Sabrina, meus grandes amigos e parceiros do mestrado, agradeço profundamente as alegrias e mesmo os desencontros. Vocês são essenciais para mim! Me incentivaram e apoiaram em todos os momentos e fizeram dessa jornada, vivida em momentos tão adversos, mais leve e divertida. Agradeço as leituras cuidadosas, as sugestões, observações e discordâncias; cada uma delas me manteve motivada e engajada com meu trabalho.

À Ingrid, Luiza, Thaiane, Rondinelly e Yoran agradeço pela alegria da vida compartilhada. Sou muito feliz pela experiência de vida junto a vocês.

As minhas irmas Fernanda e Fabiana, ao meu irmão Felipe e à minha mãe Miriam agradeço o convívio e o respeito pelo meu trabalho.

Ao Guilherme, em especial, agradeço o amor, a paciência e o suporte.

RESUMO

Essa pesquisa teve por objeto os acervos documentais de Cecília Maria Westphalen (1927-2004), historiadora, e Pórcia Guimarães Alves (1917-2005), educadora. Seus arquivos foram confeccionados durante suas vidas e doados, postumamente, ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (Pórcia) e ao arquivo do Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (Cecília). Ambas foram professoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR) de 1950 até finais da década de 1980, quando se aposentaram. Meu interesse esteve na compreensão de suas memórias sobre a FFCLPR no período de 1950 a 1970. Através de etnografias nos arquivos, os considerei como dotados de lógicas de intenção autobiográfica. Isto é, tomei os respectivos acervos como espaços de fabricação retrospectiva do eu, nos quais estiveram em jogo atribuições de sentidos as suas vidas. Por isso, e baseando-me em meu campo etnográfico, mobilizei a ideia de gestão da memória, de Michel Pollak, no contexto de uma pesquisa em acervos pessoais. Busquei compreender como, na amálgama de fatores existentes nos referidos arquivos, circulavam interesses na evocação de determinadas memórias em detrimento de outras. Para compreender essa seletividade, atinei primeiramente aos locais de depósito, a fim de examinar os vínculos entre as professoras e as instituições que conservam suas memórias arquivadas; posteriormente, observei a seleção documental segundo a qual se baseou a produção desses acervos, com vistas a perceber aquilo que foi guardado sobre a FFCLPR face aos demais temas, atores e eventos anunciados ao longo dos acervos. Dessa análise, considerei haver duas formas de recordação da FFCLPR nos citados acervos: tática e desconexão. A primeira, relativa as lembranças de Cecília, anunciava a FFCLPR como espaço de realização, recursos e competitividade; a segunda, urdida no acervo de Pórcia, compreendia a Faculdade como local ambíguo de formação intelectual mas não de realização profissional. Em meu entendimento, ambas lembranças referiam-se 1) a maneiras de exercer o ofício acadêmico entre 1950 e 1970 e 2) a percepções de si como intelectuais. Com base em uma análise elisiana das redes de interdependência manifestas nas recordações arquivadas, interpretei tais narrativas como atreladas a processos microsociais relativos: as próprias formas como ambas buscaram construir seus eus nos arquivos, bem como a processos macropolíticos de redefinição da ossatura institucional das universidades brasileiras. Com efeito, a análise destes acervos permite compreender tanto as transformações locais da atividade intelectual quanto as redefinições nacionais do exercício acadêmico e da prática intelectual universitária.

Palavras-chaves: Memória. Arquivos Pessoas. Cecília Maria Westphalen. Pórcia Guimarães Alves. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Mulheres Intelectuais.

ABSTRACT

This research had as object the documentary collections of Cecília Maria Westphalen (1927-2004), historician, and Pórcia Guimarães Alves (1917-2005), educator. Their archives were made during their lives and donated posthumously to the archives of the Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (Pórcia) and to the archives of the Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (Cecília). Through ethnographies in the archives, I considered them as endowed with logics of autobiographical intention. That is, I took the respective collections as spaces for the retrospective manufacture of the self, in which meanings were attributed to their lives. For this reason, and based on my ethnographic field, I mobilized the idea of memory management, by Michel Pollak, in the context of a research on personal collections. I tried to understand how, in the multiples factors existing in the referred archives, interests circulated in the evocation of certain memories in detriment of others. To understand this selectivity, I first looked at the places of deposit, in order to examine the links between the teachers and the institutions that keep their memories on file; subsequently, I observed the documentary selection according to which the production of these collections was based, in order to understand what was kept about the FFCLPR in view of the other themes, actors and events announced throughout the collections. From this analysis, I considered that there are two ways of remembering the FFCLPR in the aforementioned collections: tactics and disconnection. The first, related to Cecília's memories, announced the FFCLPR as a space for achievement, resources and competitiveness; the second, woven into the Porcia collection, understood the Faculty as an ambiguous place for intellectual training but not for professional achievement. In my understanding, both memories referred to 1) ways of exercising the academic profession between 1950 and 1970 and 2) perceptions of themselves as intellectuals. Based on an elisian analysis of the interdependence networks manifested in the archived memories, I interpreted these narratives as linked to relative microsocial processes: the very ways in which both sought to build their selves in the archives, as well as the macro-political processes of redefining the institutional structure of Brazilian universities. Indeed, the analysis of the respective collections allows us to understand both the local transformations of intellectual activity and the national redefinitions of academic exercise and university intellectual practice.

Keywords: Memory. Personal Archives. Cecília Maria Westphalen. Pórcia Guimarães Alves. Memory. Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Paraná. Intellectual Women.

LISTA DE SIGLAS

ANPUH: associação Nacional de Professores Universitários de História

CEB: Centro de Estudos Bandeirantes

CEPE: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais

CTA: Conselho Técnico Administrativo

DEAP: Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná

DEHIS: Departamento de História

FFCLPR: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná

IHGPR: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PNE: Plano Nacional de Educação

SCH: Setor de Ciências Humanas

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UP: Universidade do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1. ARQUIVO COMO FONTE, ARQUIVO COMO CAMPO 21

1.1. Como investigar um cordão umbilical: apontamentos sobre teorias de pesquisa em arquivos 21

1.2. A vida pública dos acervos pessoais: depósito e conservação 30

O Fundo Cecília Maria Westphalen 32

A coleção Pórcia Guimarães Alves 40

CAPÍTULO 2. SELEÇÃO DOCUMENTAL COMO GESTÃO DA MEMÓRIA 50

2.1. Cecília, a especialização como poder 57

Racionalidade e destino 60

Individualidade: lembrar-se de si 65

Trabalho exaustivo: os rastros do caminho 70

2.2. Testemunhar o passado: o arquivo de Pórcia Guimarães Alves 74

Clivagens das lembranças 78

Um dossiê silencioso: a memória em litígio 82

Família: o eu e os outros 87

CAPÍTULO 3. LEMBRANÇAS E DIFERENÇAS: ser intelectual entre projetos e possibilidades. 95

3.1. O múltiplo contra o uniforme 96

3.2. Entre o notório saber e a diplomação especializada: do caso Bruno Enei ao concurso de Pórcia 106

3.2.1. O caso Bruno Enei 107

3.2.2. Projetos em disputa 110

3.2.3. O concurso à cátedra de Pórcia Guimarães Alves 116

3.3. Um esboço as maneiras de ser intelectual 122

APONTAMENTOS SOBRE PESQUISAS EM ARQUIVO PESSOAIS 129

REFERÊNCIAS 133

APÊNDICES 138

Tabela 1. Visão geral dos documentos de Cecília Maria Westphalen 138

Tabela 2. Visão geral dos documentos de Pórcia Guimarães Alves 143

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre as lembranças de duas ex-professoras sobre a Faculdade na qual lecionavam. Me refiro as trajetórias intelectuais de Cecília Maria Westphalen (1927-2004), historiadora, e Pórcia Guimarães Alves (1917-2005), educadora. Por quase três décadas, ambas foram professoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR), tendo iniciado suas carreiras profissionais na instituição em 1950. Em minha análise, examino os primeiros vinte anos de suas trajetórias na Faculdade.

A FFCLPR foi fundada em 1938 por atores ligados as elites políticas do estado, as faculdades isoladas de Direito, Medicina e Engenharia do Paraná, bem como à Escola de Agronomia do Paraná. A FFCLPR foi, pois, a primeira iniciativa do tipo no estado, figurando como uma das primeiras faculdades de filosofia do Brasil. Dentre os cursos inicialmente ofertados estavam Pedagogia, História e Geografia, Ciências Sociais, Ciências Químicas e Filosofia (PRADO, 2017, p. 46). Com efeito, foi na primeira turma de Pedagogia que se formou Pórcia Guimarães Alves. Cecília, por sua vez, graduou-se uma década depois em História e Geografia.

Filha mais velha do casal Orestes Augusto Alves e Magdalena Alves Guimarães e neta de Manoel Guimarães, conhecido como Visconde de Nácar, Pórcia nasceu em 1917 em Curitiba, Paraná. Professora primária desde 1937, graduou-se pela FFCLPR em 1940 e, em 1941, assumiu o cargo de professora auxiliar de Biologia da Educação na Faculdade. Ao final do mesmo ano, porém, em razão de problemas contratuais com os Irmãos Maristas, gestores da Faculdade, foi afastada da Faculdade. Ao longo da década, trabalhou então como professora primária no Instituto de Educação do Paraná, em Curitiba, e em outros colégios da cidade, além de realizar pesquisas para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Em 1951, após a federalização da Faculdade, retornou à docência na FFCLPR como professora de Psicologia da Educação, posto no qual permaneceu até sua aposentadoria. Em paralelo ao magistério superior, Pórcia manteve-se vinculada ao INEP, gerindo os primeiros projetos educacionais para jovens psicopatas e crianças com superdotação intelectual no Paraná – o Instituto Decroly e o Centro Educacional Guaíra, respectivamente. Reconhecida por Anísio Teixeira e Lourenço Filho como um dos grandes nomes da Educação e, sobretudo, da Psicologia Educacional no Brasil, as pesquisas de Pórcia fundamentaram decisões do INEP difundidas a todo ensino público brasileiro. Esse foi o caso de seu estudo sobre o mobiliário escolar, no qual Pórcia elaborou modelos de cadeira e carteiras mais

funcionais, adaptados ao tamanho das crianças e de seus materiais escolares. A professora aposentou-se da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1992, após mais de 30 anos de trabalho.

Nascida na Lapa, Paraná, em 1927, filha de Pylades Westphalen e Palmyra de Souza Westphalen, Cecília formou-se professora primária em 1944 pela Escola Normal do Instituto de Educação de Curitiba. Seis anos depois, graduou-se em História e Geografia pela FFCLPR e, em 1952, em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná. Em 1951, assumiu o cargo de professora assistente de História Moderna e Contemporânea na Faculdade, do qual tornou-se livre-docente em 1957. De 1952 a 1969, foi professora concursada de História do Brasil no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. No início de 1960, participou da fundação do Departamento de História da Faculdade e, em 1971, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Esteve também à frente da criação, em 1961, da Associação dos Professores Universitários de História (APUH; atual ANPUH) e da Sociedade Brasileira de Pesquisas Históricas (SBPH), em 1981 – dois dos maiores eventos acadêmicos de História no Brasil. Ao longo de sua carreira universitária, consolidou-se como um dos grandes nomes da pesquisa em História do Brasil, sobretudo paranaense, de Historiografia Brasileira e de metodologia de pesquisa em História. Teceu, ademais, uma série de alianças e vínculos internacionais de investigação, nos quais se destacam sua parceria com a 6ª Sessão da *École de Hautes Études*, em Paris, onde estagiou com Fernand Braudel e manteve parcerias de intercâmbios acadêmicos entre Brasil e França. Aposentou-se do magistério superior ao final da década de 1980 e, em 1994, tornou-se professora emérita da UFPR.

Essas descrições biográfico-profissionais formulei, pois, através dos documentos depositados nos arquivos pessoais de ambas professoras. Fontes e campos privilegiados de minha análise, os acervos documentais de Pórcia e Cecília organizavam e reforçavam determinadas narrativas de si, de suas famílias, amizades e carreiras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e outros centros intelectuais. Essencialmente documental, esta investigação deteve-se justamente neste ponto, na formulação de narrativas de memória nos arquivos de Pórcia e Cecília.

Tratam-se, pois, de arquivos pessoais, confeccionados e organizados por ambas em vida e doados, postumamente, a instituições de conservação. Atualmente, os documentos de Cecília formam o fundo Cecília Maria Westphalen, depositado no Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP), e os documentos de Pórcia constituem a coleção Pórcia Guimarães Alves, armazenada no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná[1] (IHGPR). Ambos

1 Na nomenclatura arquivística, há uma diferença técnica entre fundo e coleção. Uma coleção é formada por variados conjuntos documentais reunidos em torno de um mesmo tema. Um fundo é um conjunto documental de

acervos estão abertos integralmente à consulta pública.

Para compreender a organização dos acervos e a elaboração das narrativas de memória, lancei mão de pesquisa etnográfica em arquivos (CUNHA, 2004). Ao entender o arquivo como campo da prática etnográfica, não apenas o conteúdo dos documentos é tomado como objeto de análise, como também sua disposição em conjunto na forma de arquivo. Isto é, examina-se desde a doação do acervo, o que implica pensar a seleção documental autoral, ou seja, aquilo que os/as portadores/as dos papeis elegeram para doação, até as possibilidades e usos desses acervos em pesquisas. Deve-se observar, também, os atores enunciados, os nexos e as coerências construídas nas narrativas documentais eleitas. Compreende-se estes elementos como transpostos ainda pelas lógicas de classificação e disposição nas instituições de depósito, que permitem, estimulam ou dificultam sua consulta. Esses dois níveis de análise, instituição e portador/a, embora separados por finalidades metodológicas, são inseparáveis na prática e se interferem reciprocamente.

O trabalho de campo nos arquivos de Pórcia e Cecília transformou meu olhar sobre suas trajetórias e, certamente, minhas intenções e objetivos iniciais. Aos poucos, atentei à constituição de narrativas muito diversas em seus arquivos, relativas, contudo, ao mesmo objeto em período semelhante: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, de 1950 a 1970. Suas organizações documentais confeccionavam, relativamente à FFCLPR, narrativas contrastantes: de um lado, crescimento e domínio institucional (Cecília), de outro, hostilidade e desconexão (Pórcia). Suas narrativas não apenas se distinguiam entre si, como em variados sentidos ressignificavam a Faculdade – trato disto adiante. O campo nos arquivos deslocou, pois, meu interesse de pesquisa, antes focado em suas trajetórias docentes, e ofereceu uma nova possibilidade de investigação: os próprios acervos. O núcleo dessa reorientação foram estas narrativas sobre a FFCLPR, em sua suas diferenças e contradições explicitadas pelos documentos.

Como argumento ao longo do trabalho, o arquivo de Cecília apresentou uma seleção cuidadosa, além de em grande quantidade, de documentos sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; o acervo de Pórcia, por sua vez, explicitou pelo silêncio sua relação com a instituição. Havia pouco mais de vinte documentos sobre a Faculdade no acervo de Pórcia (ver Tabela 1 e Tabela 2, em apêndice), cujos conteúdos testemunhavam, via de regra, conflitos. Durante meu trabalho nos arquivos do IHGPR, preocupei-me com tal escassez e direcionamento do material,

---

uma única origem, por exemplo, uma escola, uma família, uma paróquia, uma fazenda, uma pessoa. Fundo e arquivo são, nesse sentido, sinônimos. Mais informações em: <<http://arquivos.uff.br/glossario-de-terminologia-arquivistica/>>. Acesso em 21/jun 2019, as 15:03.

tomando-os como impedimentos à pesquisa. Apenas ao adensar o trabalho de campo, tomei tais condições como material de pesquisa.

Movida pelas incompreensões do arquivo de Pórcia, eu redefini minha pesquisa. Antes eu pretendia analisar a carreira docente de mulheres na FFCLPR. Para tanto, examinaria a trajetória de Cecília, Pórcia e Maria Olga Mattar, professora de Sociologia da Faculdade. Recentemente, porém, tanto havia sido publicada uma dissertação sobre a vida de Maria Olga (MATTAR, 2018), quanto seu arquivo estava em análise por outra pesquisadora, cujo objetivo era produzir uma reflexão sobre a institucionalização da Sociologia no Paraná através das correspondências acadêmicas da socióloga. Diferentemente de Pórcia e Cecília, o arquivo de Maria Olga está sob custódia familiar. Não havendo, pois, uma aparato institucional para administrá-lo e acompanhar os pesquisadores/as, sua família limita as consultas ao acervo. Somado aos prazos próprios de minha dissertação, tal situação forçou-me a deixar de analisar a trajetória de Maria Olga.

Além dessa questão, o trabalho de campo no acervo de Pórcia colocou novas perguntas a mim. Progressivamente, a partir desses eventos, esbocei um novo desenho de pesquisa. À diferença do Fundo Cecília Maria Westphalen, organizado em mais de cem caixas, o arquivo de Pórcia contava com um número reduzido de caixas, embora sobrecarregadas de documentos - o Fundo Cecília Maria Westphalen é composto de 116 caixas e a coleção Pórcia Guimarães Alves, de 15. Não obstante tê-las consultado por completo e, com isso, ter conhecido a integralidade da coleção Pórcia Guimarães Alves, menções à Faculdade eram raras e, no caso de haver, relatavam conflitos. A percepção desse filtro de acumulação documental me interessou significativamente, de modo que decidi reavaliar os documentos de Cecília acerca da FFCLPR. Ao notar as expressivas diferenças entre os acervos, aos poucos focalizei minha pesquisa na composição dos arquivos e, mais tarde, consciente de ter redefinido meu estudo, reelaborei meu problema de pesquisa. Em minha compreensão, mesmo que eu optasse por seguir com a investigação anterior, teria de enfrentar tal questão e melhor a explicaria se pudesse atentar-me especificamente a ela.

Um dos aspectos que, então, busquei compreender foi a produção de narrativas dotadas de intenções autobiográficas em seus acervos. Isto é, a própria coerência interna do arquivo em orientar para temas e acontecimentos de uma vida desde aqueles documentos que se desejou arquivar (ARTIÈRES, 1998, p. 11). Dessa perspectiva, percepções tão diversas sobre a FFCLPR não eram desprezíveis. Pelo contrário. Diziam respeito, a meu ver, à fabricação retrospectiva de relatos sobre suas trajetórias acadêmicas. Me refiro, pois, a reconsideração de eventos pretéritos em sua importância para o relato que se deseja formular no presente em referência ao passado, bem

como à redefinição dos próprios sentidos das vivências, o que implica, também, introduzir, omitir e ressignificar informações (POLLAK, 1989). Naturalmente, uma dose de imaginação sociológica (MILLS, 1969) foi necessária. Sobretudo ao tratar-se da compreensão de fenômenos em, pelo menos, três tempos, o tempo do acontecimento, do arquivamento e da minha consulta, além, é claro, dos saltos temporais e temáticos entre os documentos. Essas tensões atravessaram o presente trabalho.

Em síntese, o trabalho de campo alterou as definições desta pesquisa. Se antes eu tomava as próprias trajetórias docentes como objeto, a fim de compreender as integrações profissionais e intelectuais de Cecília, Maria Olga e Pórcia na FFCLPR, posteriormente meu interesse esteve nas lembranças sobre a FFCLPR expressas nos documentos dos acervos de Cecília e de Pórcia.

Assim, eu me perguntei: como são constituídas as narrativas de memória sobre a FFCLPR, no período de 1950 a 1970, nos arquivos pessoais de Pórcia Guimarães Alves e Cecília Maria Westphalen? A entender, pois, a memória como núcleo do sentimento de identidade (POLLAK, 1989), este problema de pesquisa se refere as seguintes hipóteses: suas maneiras de rememorar a Faculdade estiveram ligadas tanto aos seus processos de identificação como intelectuais quanto as transformações institucionais do trabalho acadêmico. Nesse sentido, embora eu enfatize as trajetórias docentes de Cecília e de Pórcia, este é um trabalho que interpreta, ao mesmo tempo, a própria Faculdade, seus atores, conflitos e afinidades, bem como a ossatura do ensino superior brasileiro.

É necessário, porém, um esclarecimento. Não tenho por objeto a memória em si mesma, isto é, não pretendo discutir o que seja a memória, defini-la e analisá-la em suas relações com a consciência. Busco as condições sociais de sua formulação, que, no presente caso, se apresentam nos documentos arquivados (GUERIOS, 2008). Tomo esses documentos como lembranças referenciadas empiricamente, como depoimentos do passado sob os quais se constroem identificações, coerências e pertencimentos sociais (HALBWACHS, 1990, p. 25). Pois,

> A questão é que a "memória" enquanto faculdade humana não é observável, ela é uma abstração. Ela é um instrumento conceitual que se refere à maneira pela qual as pessoas constroem e evocam suas lembranças. Como tal, ela apenas pode ser *inferida* a partir de um material empírico concreto, que são as *lembranças* dos sujeitos empíricos — estas sim observáveis (GUERIOS, 2008, p. 370. Destaques no original).

O estudo da memória, assim entendido, está focado nas dimensões sociais de sua elaboração. É preciso examinar, portanto, os constrangimentos empíricos envoltos ao ato de recordar (idem, p. 371). Em particular, trata-se de compreender como os registros das memórias de

Cecília e de Pórcia – as lembranças manifestas em seus documentos, estão dispostos em uma certa ordem segundo tais e quais sentidos. Ou seja, como a composição dos arquivos implica, de antemão, uma série de reflexões, interesses e conflitos relativamente as memórias de suas vidas. Com efeito, as montagens de seus acervos balizaram e limitaram as possibilidades de organizar bem como de publicizar suas memórias, motivo pelo qual analiso em detalhes suas ordenações.

Não obstante, a relação entre um arquivo pessoal e a constituição de memórias individuais não está dada de imediato. Desde já, penso o arquivo pessoal como uma intenção autobiográfica (ARTIÈRES, 1998), ou seja, uma maneira de enunciar uma trajetória dotada de sentido retrospectivo e alicerçada nos registros empíricos. Com efeito, é possível compreender, sobretudo a partir da organização do próprio acervo, os modos pelos quais essa pessoa contou a própria trajetória (FAIZ, 1998, p. 11). Nesse sentido, "A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de se lembrar. É a *sua* memória" (BOSI, 1979, p. 29).

Nesse ponto, contudo, há uma contradição. as narrativas a que me refiro nos arquivos de Pórcia e Cecília são, antes, organizações documentais e não narrativas de si *stricto sensu*. Como argumento no capítulo 2 deste trabalho, o arquivamento de si pode ser tomado como uma intenção autobiográfica devido a reordenação retrospectiva da própria vida, cuja finalidade mais objetiva, nos casos analisados, era a entrega dos papéis a um lugar de memória publicamente acessível. É nesse sentido que me refiro, pois, a uma intenção autobiográfica e não à produção de uma autobiografia em seus acervos. Na impossibilidade de coletar entrevistas com Cecília e Pórcia e analisar, efetivamente, como elas narrariam a própria vida, examino os papéis que elas guardaram e como guardaram, isto é, qual o sentido desse arquivamento para elas.

Esta intenção autobiográfica pressupõe, pois, um forte componente subjetivo, através do qual o ator social constrói a si mesmo. Arquivar a própria vida implica, com efeito, um conjunto de práticas através das quais o/a portador/a dos documentos pensa a si próprio e preocupa-se consigo (ARTIÈRES, 1998). Embora a dimensão normativa do arquivamento continue a existir, sobretudo nos casos em que o arquivo é público, ela cede espaço à percepção dos movimentos de subjetivação inscritos nas práticas de arquivamento do eu (idem, p. 11). Ao mesmo tempo, atinar à intenção autobiográfica lança luz as dinâmicas de acumulação e disposição que objetivam, ao final, essa construção de si na forma de um fundo documental coeso e racionalizado.

À nível teórico, a base para esta reflexão é a teoria de redes de interdependência, de Norbert ELIAS (1980). Esta escolha é baseada nos ganhos que tal metodologia proporciona aos estudos de trajetórias, a medida em que permite compreender as tensões do nível micro de interação entre os

indivíduos, seus equilíbrios de poderes e conflitos (GUERIOS, 2011). Ao mesmo tempo, enfocam-se elementos macro e a interpenetração dos indivíduos entre si e a essas ocorrências estruturais no processo de suas interações. A noção básica é a de configuração, ou seja, interrelações de indivíduos mediadas por pressões e poderes, a formar fluxos de ações cujo sentido está na percepção do ator sobre si e sobre os outros, interpenetrados (ELIAS, 1980, p. 15). Dá-se privilégio analítico ao empírico, uma vez que a análise é moldada por meio da observação da ação dos indivíduos entre si. A rigor, o limite da análise de redes está no próprio ator, nas relações concretas que ele/a vivenciou e com quem se relacionou. Nas palavras de Elias,

> Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. [...] Uma configuração é uma estrutura de jogo que pode ter uma hierarquia de várias relações de<<eu>> e <<ele>>, <<nós>> ou <<eles>> (ELIAS, 1980, p. 142).

A escolha pela micro escala possibilita um entendimento mais detalhado das experiências dos atores. Pois situa a análise nas interações sociais em configurações diversas – relativas as conexões estabelecidas entre os múltiplos atores observados, nos quais estão em jogo diferentes escolhas, interesses e possibilidades disponíveis e criados pelos atores em suas relações interdependentes. Ao mesmo tempo, a teoria de redes permite compreender aquelas interações que, embora não vivenciados direta ou imediatamente pelos atores, interferem e significam suas trajetórias desde um ponto de vista macro-social, uma vez que atina as conexões entre os atores em relações que se estendem para além de si próprios (GUERIOS, 2011). O que se põe em questão, portanto, é uma maneira de situar as esferas micro e o macro sem reduzi-las ou subsumi-las uma a outra.

Ao enfocar os aspectos micro e macro das relações sociais, o recurso à teoria de redes permite que um recorte de pesquisa simples, como é o presente, envolva questões fundamentais ao entendimento das transformações da sociedade brasileira nas décadas de 1950 a 1970, sobretudo aquelas relativas as compreensões e regulamentações do exercício acadêmico. Assim, discutir as memórias sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná nos acervos de Cecília Maria Westphalen e de Pórcia Guimarães Alves põe em relevo, ao mesmo tempo, a relação de tais lembranças com as transformações institucionais da atividade intelectual no país. Entendo que tais mudanças se expressam nas relações práticas e interdependentes entre os atores, sobretudo em suas afinidades, contradições, tensões e possibilidades de desenvolvimento profissional. Desde uma

perspectiva macro, o presente trabalho lança luz as conexões entre os processos de burocratização das universidades brasileiras e de individualização do exercício intelectual.

Note-se, pois, como a comparação entre as trajetórias de Cecília e Pórcia, tomadas a partir das lembranças que elas elegeram para compor seus acervos, equaciona mudanças vivenciadas no tecido social do país e que impactaram suas vivências. O interessante dessa tensão entre o micro e o macro está em perceber como cada uma das docentes significou essas experiências e transformações em suas lembranças. Desse ponto de vista, a análise micro complexifica o entendimento da ideia de contexto ou condicionantes sociais ao situá-los desde a perspectiva de como os atores sociais tanto atribuem sentidos aos eventos da história quanto os situam em suas trajetórias, de modo a remodelá-las, forçosamente ou não, em relação a eles (REVEL, 1998, p. 23). A atenção está na multiplicidade de experiências possíveis em oposição a uma ideia de contexto unificado e homogeneamente determinante das ações individuais (idem, p. 27).

Sobre isso, é interessante observar ainda como a organização do acervo pessoal expressa, ela mesma, um exercício de imaginação sociológica (MILLS, 1969). Trata-se de apresentar, conforme pontos de vista e interesses múltiplos, sua trajetória face aos desdobramentos processuais da história. Nessa fabricação do eu, se lança mão de interpretações tanto sobre a própria vida quanto acerca dos acontecimentos macro, conciliando-os na unidade da trajetória pessoal. Através do exercício de imaginação sociológica, isto é, de percepção e localização da própria vida em um tempo e em um espaço, "Os homens esperam perceber o que está acontecendo no mundo e compreender o que está acontecendo com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade" (idem, p. 14). Nesse sentido, a fabricação retrospectiva de uma biografia no acervo, tomada como uma intenção autobiográfica, inscreve não apenas uma percepção do eu como das relações mais amplas com as quais estes sujeitos estiveram conectados, direta ou indiretamente, durante a vida.

Embora a análise das reformas educacionais e da institucionalização do trabalho intelectual em instituições de ensino superior não seja objeto desse trabalho, é importante notar como a compreensão do presente problema de pesquisa situou as trajetórias de Cecília e de Pórcia face a tais condicionantes macrosociais. A despeito deles não definirem ou determinarem as orientações das vidas das professoras, contribuíram para que ambas organizassem suas carreiras – e arquivos - segundo variados recursos, sentidos e valores. A problemática macro a que me refiro é o processo de burocratização das instituições públicas, nomeadamente, do ensino e do magistério superiores.

Com isso, me refiro a abertura de programas de pós-graduação, alterações na admissão docente, formação de grupo de pesquisas, bem como à departamentalização dos cursos universitários.

A orientação teórico-metodológica elegida permite, pois, compreender e complexificar a relação de tais condicionantes macro com as orientações práticas dos atores em suas redes de interdependência. Em especial, pretendo mostrar como as lembranças sobre a FFCLPR em ambos os acervos acionam pertencimentos e identificações entre os atores que expressam, por sua vez, as relações sociais nas quais tomaram parte. No mesmo sentido, "Esquecer um momento de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam" (HALBWACHS, 1990, p. 32). Embora Maurice Halbwachs (1990) se refira ao pertencimento de um indivíduo a grupos e instituições, o recurso as teorias de redes proporciona uma compreensão das relações entre "eu" e "ele" ou mesmo "nós" e "eles" desde uma concepção mais matizada, em que os trânsitos e identificações entre os atores assumem uma perspectiva relacional e menos estanque. Em especial, as tensões as quais a teoria de Elias faz referência - as afinidades, poderes e conflitos, permitem elaborar as clivagens no interior das próprias configurações bem como as posições dos atores nelas. Pensar a FFCLPR nesse registro, lança luz aos elementos e estratégias que balizavam as interações sociais nas redes da Faculdade e que podem, pois, esclarecer desde o micro as condições de elaboração de memórias tão diversas sobre a mesma instituição.

Da percepção e interpretação destes elementos, elaborei a estrutura desse trabalho. Não há, pois, uma organização propriamente cronológica entre os capítulos mas, sim, temática. No primeiro capítulo, discuto teorias de arquivo e memória bem como detalho a metodologia de pesquisa etnográfica em arquivo. Para além, aponto aos lugares dos arquivos, ou seja, as próprias instituições que conservam os documentos de Pórcia e Cecília. O objetivo principal é lançar luz as relações de ambas com as instituições que receberam seus documentos. No capítulo seguinte, o foco está na ideia de gestão da memória (POLLAK, 1989). Através da ideia de seleção documental própria da etnografia em arquivo, penso a elaboração de narrativas sobre si na FFCLPR. Tomo, pois, esta seleção documental como gestão da memória, no sentido de compreender as confecções de narrativas de memória através da apuração documental. A essa altura, há grande atenção a suas trajetórias docentes de 1950 a 1970 e as suas interações sociais. Por fim, no terceiro capítulo, compreendo as relações entre essa memória da FFCLPR como parte de uma construção de uma identificação de si como intelectual, bem como dos processos de burocratização e institucionalização de uma ossatura federal do ensino superior brasileiro.

CAPÍTULO 1. ARQUIVO COMO FONTE, ARQUIVO COMO CAMPO

Neste capítulo, pretendi uma reflexão em dois níveis. O primeiro, propriamente teórico, discute, a partir da guarda de um objeto inusitado na coleção Pórcia Guimarães Alves, metodologia e teoria de pesquisa em arquivos pessoais, estendendo-se à reflexões sobre memória. No segundo nível, mais empírico, analiso meu campo nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Arquivo Público do Paraná, refletindo tanto acerca dos lugares dos acervos nessas instituições quanto sobre suas doações.

Cabe aqui uma definição daquilo que chamo de arquivos pessoais. Objetivamente, arquivos pessoais são conjuntos documentais que se referem, especificamente, a uma única pessoa (DUCROT, 1998, p. 154-155). Podem ser formados ao longo da vida dessa pessoa ou forjados postumamente, pela reunião documental realizada por terceiros/as. Os artigos contidos neste tipo de arquivo variam de diários a contratos e compreendem, em geral, os rastros de toda uma vida. A depender de a qual personalidade se refira, estes arquivos são doados, seja em vida, seja postumamente, à instituições que garantem sua preservação e consulta. O fundo Cecília Maria Westphalen e a coleção Pórcia Guimarães Alves são, com efeito, arquivos pessoais reunidos em vida pelas próprias e doados, posteriormente, à instituições de conservação: o Departamento Estadual de Arquivo Público e o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. É nessa condição de arquivos pessoais que os analiso a seguir. Antes, entretanto, pontuo algumas dimensões teóricas relativas as ideias de arquivo e memória.

1.1. Como investigar um cordão umbilical: apontamentos sobre teorias de pesquisa em arquivos

Na caixa de número cinco do fundo Pórcia Guimarães Alves, arquivado no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, havia um cordão umbilical. Um cordão umbilical de recém-nascido embrulhado em distinto envelope. Escrito à tinta, se lia: umbigo de Pórcia. Ainda que pareça anedótico, arquivar o próprio cordão umbilical é, antes, revelador das múltiplas escolhas e

triagens relativas à publicização de uma vida na forma de um acervo arquivístico (ARTIÈRES, 1998).

O conjunto de documentos seguintes ao cordão umbilical de Pórcia permitiram espiar a enorme celebração que foi, para seus pais, seu nascimento[2]. Para seu arquivo, entretanto, este nascimento é inesperado, desornado e, sobretudo, solitário. O cordão é precedido por quatro caixas lotadas por documentos variados. Canhotos de pagamentos, cartas trocadas com amigos/as e familiares, documentos de ascendência familiar, currículos profissionais, desenhos e diários adolescentes. Do caos arquivístico nasce, de repente, a criança Pórcia com seu cordão umbilical, em um ambiente que se sugere amável e aconchegante.

Este duplo nascimento marca, a meu ver, o tempo imperfeito do arquivo (CUNHA, 2004). Se seu nascimento esteve formalizado na caixa cinco, sua vida já era interpretada por mim desde antes. As paredes do IHGPR, suas recomendações de arquivamento e consulta, cada papel, fotografia e esboço guardados na coleção Pórcia Guimarães Alves, antes, durante e após a caixa cinco, entreviam marcas e sentidos segundo os quais era possível interpretá-los e, por conseguinte, interpretar à Pórcia.

Estas múltiplas temporalidades do arquivo (idem, p. 292) englobam não apenas o conjunto documental em si, como também o tempo do/a portador/a dos documentos, em suas variadas motivações e organizações precedentes e presentes à doação, o tempo do/a arquivista, na elaboração de lógicas de classificação, disposição e acesso, e o tempo do/a pesquisador/a, cujo olhar presente incide sobre a interpretação e entendimento do fundo documental. Dessa perspectiva, o arquivo pessoal, em vez de ser compreendido como armazém, é entendido como "Campo etnográfico de interlocução com os agentes e instituições que os produzem e dão sentido à sua existência" (CASTRO; CUNHA, 2005, p. 4).

A reflexão que faço toma por objeto não apenas os conteúdos dos documentos arquivados, como também as vozes que se expressam nas lógicas de seleção, classificação, disposição e acesso aos acervos. De modo que,

> Ao compreender seus lugares estratégicos [dos arquivos], suas relações de posição e hierarquia, bem como seus usos em textos biográficos e autobiográficos, é possível conceber os *arquivos* como *campo* da prática etnográfica (CUNHA, 2004, p. 295).

2 Correspondências, cartões e telegramas não apenas de felicitações pela saudável bebê, como de informes à familiares e amigos/as próximos do nascimento da filha. Fonte: caixa 5, fundo Pórcia Guimarães Alves, arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Que sentido teve para Pórcia Guimarães, na montagem que antecedeu a doação de seu acervo ao IHGPR, manter seu cordão umbilical e comemorações de seu nascimento? Embora a formação de acervos pessoais revele uma intenção autobiográfica (ARTIÈRES, 1998), pactuada na leitura/pesquisa documental, trata-se de tecer uma memória em acordos com a realidade, com as interpretações do vivido e daquilo que se deseja transmitir. Uma trama delicada entre "a imagem social e a imagem íntima de si próprio", em que o exercício de produção de acervos forja, em simultâneo, "uma construção de si mesmo e de resistência [ao tempo]" (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

A dimensão autobiográfica implica, com efeito, o situar de sua própria trajetória acima das demais, na qual se concebe a própria vida "Como uma aventura para ser inventada" (CALLIGARIS, 1998, p. 46). Está em jogo, pois, o valor dos percursos individuais[3]. Nesse sentido, o que qualifica, para o próprio ator, sua trajetória como digna de ser materialmente conservada? A lançar mão do argumento de Philippe Artières (1998, p. 11), arquivar a própria vida corresponderia a três aspectos: a vigilância social internalizada, a vulgarização da prática de arquivamento e a própria intenção autobiográfica. Em conjunto, esses elementos promoveriam o ato de arquivar em um movimento de subjetivação, ou seja, de produção do próprio *eu*. O efeito é o de uma narrativa de intenção autobiográfica, na qual "A escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar as nossas vidas" (idem).

Lugares da memória (NORA, 1993), os arquivos espelham, em geral, a cena pública: enfocam seus agentes vitoriosos, as grandes personalidades e os acontecimentos do dia. O privilégio do público atravessa, pois, as escolhas de acervos e nomes, além de se reforçar os laços entre o masculino, o espaço público e a política – jogo no qual se atribui, ao final, valor histórico aos percursos individuais masculinos (PERROT, 1989, p. 9). Artes de fazer (CERTEAU, 1998, p. 165) que apagam, tanto do exercício de relembrar quanto das interpretações do passado, as mulheres. Não se trata, contudo, de fixar rigidamente os homens no espaço público e as mulheres, no doméstico e, sim, de compreender a extensão destas atribuições culturais na acumulação documental na forma de arquivos.

Quais lugares ocupam [ou são ocupados pelas] as memórias femininas? Onde se instituem e se conservam seus documentos, seus afetos, objetos, os rastros de suas existências? Ao decidir estudar as trajetórias docentes de professoras no magistério superior me deparei, justamente, com esse impasse. Havia apenas a narrativa, mesmo assim contida e sintética, do começo e do fim de

3 Sobre a relação entre autobiografia e individualismo, ver "A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista", de Peter Burke.

suas carreiras. O que fizeram, como fizeram, o que pensavam, em suma, como orientaram suas vidas era, e em parte ainda é, uma incógnita.

Com efeito, os testemunhos das memórias femininas respondem, em geral, a uma outra organização: os arquivos privados (PERROT, 1989, p. 11). Constituídos via de regra como acervos familiares, conservam toda sorte de artigos relativos à história familiar, e, sem um princípio claro de individualidade, referem-se a um grande grupo de pessoas. Trata-se da guarda de fotografias, objetos domésticos, joias, certidões de nascimento, itens de vestimenta e correspondências, por meio dos quais se opera a transmissão da história familiar (idem, p. 15). Postos sob proteção das próprias famílias, a intimidade daquilo que se guardou é vigiada em seu acesso por membros da rede familiar. É a eles que cabe, ao fim, o aceite ou recusa à leitura destes documentos.

Sua formação, uma colagem contínua de informações e personagens, é atribuição feminina no seio da rede familiar:

> Cabe as mulheres conservar os rastros das infâncias em que elas são governantas. Cabe à elas a transmissão das histórias de família, feita geralmente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais, juntas, acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em vias de apagamento. (PERROT, 2005, p. 39).

Sem negar tal dimensão gendrificada da (re)produção de memórias, sobretudo daquelas oficializadas, a análise dos acervos de Pórcia e Cecília complexifica esse entendimento. São duas trajetórias marcadas por formações acadêmicas, assunções de cargos públicos e lideranças intelectuais. assumir, pois, uma generalização quanto ao lugar e à forma das memórias femininas impede que se vejam trajetórias como estas. Atinar à produção de seus acervos pessoais permite compreender outras vidas possíveis as mulheres. Com isso, não quero dizer que não haja disposições culturais gendrificadas na forma de pensar a própria vida e orientar sua existência presente e futura. Me refiro, antes, a uma percepção dos atores sociais sobre si próprios e acerca de seus horizontes de possibilidades, compreendendo que essas percepções e possibilidades são, elas mesmas, mediadas pelas relações de gênero. No caso dos arquivos de Cecília e de Pórcia, examinar suas organizações e montagens ilumina processos e relações sociais em que as fronteiras do público e do privado estão borradas e, por isso mesmo, merecem maior atenção e cuidado analítico.

Com efeito, acervos pessoais em instituições de acesso público recolocam a discussão das relações entre público e privado. Tratam-se de categorias elaboradas comumente como oposições estanques e referentes, respectivamente, ao Estado e à sociedade ou à vida não-doméstica e à vida

doméstica, nas quais o Estado é a figura central da referência pública e a família, do ambiente privado (OKIN, 2008, p. 306). Documentos pessoais no espaço público, porém, impedem que tais distinções sejam utilizadas sem uma observação criteriosa. A composição do acervo pessoal, por exemplo, é mediada pela expectativa de aquele conjunto documental seja, futuramente, lido por alguém. Ainda que o arquivo criado seja relativo a um restrito âmbito de leitores, como um álbum de fotografias, é a perspectiva da interação construída pela consulta ao acervo que mobiliza, pois, sua existência e manutenção. Assim, "A coleção, por mais personalizada e centrada no indivíduo, se faz sempre em relação ao outro" e, nesse sentido, "Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o "espaço público"" (MENESES, 1998, p. 97).

No contexto de produção de arquivos, o que está em jogo, ao se mobilizar categorias como público e privado, é a própria transmissão de significados entre tais dimensões, entendidas antes como escalas nas quais circulam sentidos dispostos aos objetos – tanto pelo portador/a original quanto pelos leitores/as (idem, p. 98). Ou seja, menos do que "lugares", referências ao "público" e ao "privado" relativamente a arquivos dizem respeito à circulação de sentidos entre aquilo que intencionou o colecionador/a e aquilo que é produzido pela consulta à documentação. A ideia de consulta carrega consigo, pois, a perspectiva da interação, ao supor uma exterioridade cuja leitura mobilizará um outro conjunto de referências na compreensão das imagens formadas pelo acervo. Dessa perspectiva, importa compreender as ressignificações implicadas aos objetos pela exposição pública, para além do olhar do colecionador. Nos casos aqui examinados, o interesse está em observar as tensões impostas pelas ideias do que sejam o Departamento do Arquivo Público do Paraná e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná face aos acervos de Cecília Maria Westphalen e Pórcia Guimarães Alves, respectivamente. Pois "Não é a transferência do objeto pessoal para ao espaço público que é relevante, mas o controle dos significados que tal transferência implica" (idem).

Até aqui, refleti quase exclusivamente sobre arquivos. Qual a relação, afinal, entre arquivos e memória? Um dos pontos de contato está, pois, no entendimento do arquivo como encarnação da memória ou, melhor dizendo, como local residual da memória (NORA, 1993, p. 7). Os arquivos marcam, na modernidade – sobretudo francesa – o sentimento de desaparecimento da memória como vivência diária, como passado vivo. Embora se entenda a memória como

> Vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações

> sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 9).

Há uma tensão, entretanto, posta entre a vivência da memória e sua comemoração vigilante. Ao mesmo tempo em que a memória é volátil e contínua, pois recriada em referência ao passado no presente e, nesse sentido, chamada de viva, a existência e criação de marcos memorialísticos implicam, por definição, a ameaça do esquecimento - o que espelha a não vivência dessas mesmas memórias. Essa tensão encontra sua forma mais acabada nos lugares de memória, isto é, nos arquivos, museus, monumentos, festas de tradição, entre outros. Assim,

> Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles [lugares de memória] envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares da memória tensionam, pois, a memória viva em uma outra forma. Nesta, a memória continua a ser recriada, ao mesmo tempo em que está subsumida a uma outra maneira de existir e ser lembrada: a própria reflexão histórica. Esse modo de conceber a memória como "Uma memória na qual não mais habitamos" (idem, p. 14), da qual estamos distantes, mas ainda conectados, acena, pois, à historicização da memória, fenômeno intelectual e histórico assinalado pelo fim da tradição da história-memória e emergência da história reconstituída, cuja marca e objeto são a própria memória em suas celebrações (idem, p. 13-14). Essa dinâmica caracteriza a contemporaneidade ocidental como o tempo dos lugares de memória, ou seja, da consciência comemorativa e vigilante sobre a própria memória que, em vias de ser esquecida, é cristalizada na celebração. A memória como um "elo vivido no eterno presente" (op. cit.) encontra, assim, barreiras a sua própria reelaboração. O binômio lembrança-esquecimento é, pois, a moeda sempre em jogo, cuja solução, se possível falar nesses termos, é a distância da memória como vivência contínua e a anunciação de um lugar para sua celebração.

Nessa perspectiva, está destacado o papel referencial que a memória opera face à celebração daquilo que é comum. Isto é, os lugares de memória são tomados como sinais empíricos da memória coletiva, como sobrevivência de um passado já recriado na forma de uma memória-

história. Essa compreensão da memória, embora distinta em certos pontos, ressoa à teoria de Maurice Halbwachs.

Na esteira dos estudos sociológicos de Émile Durkheim e da filosofia de Henri Bergson, Halbwachs escreveu *Os Quadros Sociais da Memória* (1925) e *A Memória Coletiva*, livro inacabado e publicado postumamente em 1950. Halbwachs argumentou, pois, pela dimensão social da memória, lançando luz aos nexos e as relações sociais entre aqueles que se lembram e aquilo que é lembrado. Dessa perspectiva, a memória não é tomada somente como um fenômeno da consciência pessoal, senão também como um fenômeno social elaborado na e através das relações entre os sujeitos em grupos. O que se discute, portanto, são os quadros sociais da memória, ou seja, as relações entre os indivíduos e as instituições desde um ponto de vista interpessoal. A memória de uma pessoa é entendida, nesse sentido, como referente aos seus variados grupos de convívio, tais como sua família, classe social, confissão religiosa etc. (BOSI, 1979, p. 17). Os vínculos entre um indivíduo e seus grupos atuam, pois, como fios condutores da reconstrução e comunicação de suas lembranças, à medida que os laços sociais não apenas coagem as lembranças em uma direção, como evocam o envolvimento afetivo de seus membros, isto é, a coesão entre eles/as. Nas palavras de Halbwachs (2004, p. 101), "*No existe posibilidad de memoria fuera de los marcos utilizados por los hombres que viven em sociedad para fijar y recuperar sus recuerdos*".

Com efeito, lembrar engloba um conjunto de referências sociais através das quais aquele que rememora evoca o passado vivido. Exercício retrospectivo, o ato de lembrar tensiona o passado no presente e o envolve, pois, nos referenciais sociais da atualidade. A memória do passado é sempre uma reconstituição aproximada, favorecida pelo conjunto de testemunhos e depoimentos de que se dispõe, no presente, sobre uma vivência. Assim, uma maior ou menor captação do passado vivido está ligada as sobrevivências do próprio passado – o que é, desse ponto de vista, um movimento duplo, visto a fixação de memórias produzir, *per se*, um testemunho sobre o passado. Contrapondo-se à ideia corrente de que a memória fosse sonho ou revivência de um momento tal qual aconteceu, Halbwachs considerou a memória como trabalho e como

> [...] *Una reconstrucción. ¿Cómo sería de otra manera, puesto que, para reubicarmos exactamente en nuestro antiguo estado mental, necesitaríamos evocar al mismo tiempo, y sin excepción, todas las influencias que se ejercían entonces sobre nosotros, tanto desde dentro como desde fuera, del mismo modo que, para restituir em su realidad un acontecimento histórico, se necesitaría sacar de sus tumbas a todos aquellos que han sido actores y los testigos?* (idem, p. 112).

Ao situar a lembrança também no ambiente social, nas "*Influencias que se ejercían entonces sobre nosostros, tanto desde dentro como desde fuera*" (op. cit.), se acentuam, pois, as relações

entre indivíduo e coletivo. A reconstrução da memória expressa, nesse sentido, um confronto entre o indivíduo que, atualmente, lembra do seu próprio testemunho e as lembranças outras, externas a ele, sobre as quais sua própria recordação se ampara. Ainda que em pensamento, as lembranças mobilizam imagens sobre o passado nas quais coexistem ideias, objetos, palavras e recordações de outrem. Embora se trate do confronto de depoimentos e testemunhos acerca de um evento, o conjunto de lembranças acionado responde, pois, a uma concordância no essencial ao passado (HALBWACHS, 1990, p. 25). Com efeito, é à produção dessa concordância, e não homogeneidade, que se deve lançar luz.

Evocar um evento passado é, ao mesmo tempo, relacionar e situar a própria experiência face a outras pessoas. Nessa perspectiva, a reconstrução da memória se apoia sobre a existência de uma comunidade afetiva, na qual se compartilham fundamentos e interesses comuns sobre os eventos revisitados. A memória individual é, assim, "Um ponto de vista sobre a memória coletiva" (idem, p. 51). Do mesmo modo, o esquecimento é fruto do desamarrar dos vínculos entre o indivíduo e a comunidade; o afastar-se de um grupo de pessoas produz, sobre a memória, o efeito de desconexão com os sentimentos e reflexões dos demais, condicionantes da reconstrução da memória individual (idem, p. 34).

Assim,

> É necessário que esta reconstrução [da memória] se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Nessa perspectiva, se enfatiza a coesão da comunidade através da formulação de memórias coletivas. Ao fundamentar tanto a memória quanto o esquecimento nos laços do indivíduo com a comunidade ao seu redor, Halbwachs acentuou os sentimentos de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos em grupos. Entretanto, como destaquei acima, a reconstrução dessa mesma memória resulta do confronto de perspectivas reconhecidas e concordantes, no essencial, sobre um evento no passado. Décadas depois, a retomar os estudos sobre memória, Michel Pollak denominou este confronto de "Caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva" (1989, p. 4). Sem abandonar de todo os argumentos de Halbwachs, a preocupação de Pollak esteve na identificação dos processos de disputas formuladores das coerências entre a memória individual e a memória coletiva.

Para Pollak, não haveria uma tensão somente entre o coletivo e o individual, senão também entre a memória oficial e a memória subterrânea, marginal. A ênfase de sua análise está, pois, nos processos de uniformização das memórias individuais – processos que, embora constantes, nunca se completam. Nesse sentido, ao pesquisador/a cabe um duplo exame. Ao mesmo tempo em que se investigam estes processos de uniformização, privilegiam-se aquelas memórias marginais, cujas existências são subterrâneas e, por isso mesmo, sublinham os limites da confecção e da estabilidade das memórias oficiais. A conflituosa concordância a que Halbwachs se referia se transformou, no trabalho de Pollak, no "Caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva" (1989, p. 04).

A formalização da memória oficial responderia, assim, a processos de enquadramento da memória (idem, p. 10). Isto é, ao trabalho contínuo de (re)interpretação do passado em referência a motivos do tempo presente. O presente atuaria, pois, como um filtro de interpretação do passado, na manutenção ou transformação de uma determinada memória. O enquadramento, essa revisão formal do vivido, seria fortalecido pela materialização de determinadas narrativas em pesquisas, museus, arquivos, monumentos e bibliotecas. Com efeito, a materialidade e a vivência pública das memórias oficiais solapam as vozes dissonantes, cujas lembranças continuam a existir e a serem transmitidas, porém fora dos canais socialmente reconhecidos. Sua existência subterrânea vem à tona, justamente, em momentos de crise histórica, nas quais o passado é revisitado e a memória posta, novamente, em disputa (idem, p. 04).

Com efeito, o que se compreende é uma gestão da memória, seja a nível oficial, seja a nível subterrâneo. A disputa pela memória expressa no processo de enquadramento testemunha, ela mesma, uma gestão oficial daquilo que pode ser dito e lembrado, bem como daquilo que não pode ser rememorado. Igualmente, o silêncio das memórias subterrâneas revela uma sóbria gestão de sua própria existência, clivada entre "[...] Aquilo que o sujeito confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior" (POLLAK, 1989, p. 8). O que não é dito, longe de ser tomado como esquecimento definitivo, é percebido em termos de uma gestão da própria memória. Nesse sentido, o não-dito reflete as possibilidades de escuta e, sobretudo, compreensão daquilo que se tem para dizer.

O esquecimento, portanto, não responderia tão somente ao desligamento de um indivíduo de seu grupo ou daqueles a quem a lembrança se remetia. Se referiria, antes, as disputas através das quais um conjunto de lembranças ganharia corpo e se estabilizaria, se oficializaria. Nesse movimento, não se rememoraria apenas aquilo que manteria os sujeitos conectados, que

impulsionaria seu reconhecimento recíproco, como também se sedimentariam no subterrâneo as lembranças outras, hediondas, contraditórias e inconfessáveis face àquilo que, então, dominaria a cena oficial. O enquadramento da memória em uma forma oficial e sua materialização em lugares de memória jogaria, pois, a última pá de cal sobre os testemunhos discordantes. Arquivo e memória são, nessa perspectiva, inseparáveis.

Sem pretender ser exaustiva, estas reflexões permitem, a meu ver, elaborar interpretações sobre as inúmeras razões que levariam uma mulher a conservar seu cordão umbilical em um arquivo de acesso público. Pois "Que pode haver de mais pessoal e subjetivo que o próprio corpo?"[4] (MENESES, 1998, p. 98). Como argumento a seguir, a preservação desse cordão umbilical informa, pois, o prevalecer de uma narrativa em que as conexões de Pórcia com sua família são centrais na formação de suas memórias. A conservação desse item produziu, materialmente, a afirmação de sua vinculação genealógica, de modo a lhe garantir um controle de significados acerca de sua origem e, especialmente, de seu lugar no mundo. Com isso, busco apresentar como a formação de sua perspectiva sobre si foi balizada, ao longo do arquivo, pela urdidura de relações entre si com seu grupo familiar. Notadamente, o objeto mais antigo de seu acervo é uma parte de seu corpo, cuja própria materialidade simboliza o elo familiar e a existência individual. A dimensão autobiográfica está, aqui, particularmente clara, sobretudo ao tratar-se da conservação de um artigo que, embora biologicamente pertencente à Pórcia, não foi preservado por ela mesma. Isto é, alguém cortou-lhe o cordão umbilical, guardou e posteriormente lhe entregou. É o sentido da conservação dele por Pórcia que interessa, uma vez que expressa tanto um engajamento de si com a configuração familiar quanto uma circulação de significados entre a escala "pública" e a "privada". Esses sentidos interpreto no capítulo seguinte.

A lançar mão das discussões postas aqui, me dedico agora a detalhar meus dois campos de investigação: a coleção Pórcia Guimarães Alves, depositada no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e o fundo Cecília Maria Westphalen, lotado no Arquivo Público do Paraná.

1.2. A vida pública dos acervos pessoais: depósito e conservação

4 É interessante notar como os acervos pessoais em espaços públicos borram as fronteiras entre espaço privado e público. Sobre isso, ver o artigo "Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público", de Ulpiano T. Bezerra de Meneses.

Como compreender a existência e conservação dos arquivos de Pórcia e de Cecília? Tratam-se dos testemunhos das vidas de duas mulheres, duas professoras universitárias que, por mais de 20 anos, compartilharam o mesmo espaço de trabalho: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. A ver, pois, a relação entre mulheres e memória pontuada anteriormente, a existência de fundos documentais em nome próprio não é desprezível. Seus acervos, entretanto, não estão na Faculdade. Cecília legou seus documentos ao Departamento Estadual de Arquivo Público e Pórcia, ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Não mero acaso, esses deslocamentos documentais a outras instituições de conservação expressam algumas tensões.

O primeiro problema que se põe, portanto, é a compreensão do lugar de arquivamento. Seguindo a ordem em que se deu a própria pesquisa, inicio essa reflexão pelo fundo documental Cecília Maria Westphalen, depositado no Arquivo Público do Paraná. A partir do mesmo registro, analiso em seguida o fundo de Pórcia. A reflexão que se segue é, pois, essencialmente empírica e esclarece alguns condicionamentos de ordem prática, cujos sentidos, contudo, ajudam a clarificar o processo de objetivação dos papéis de Cecília e de Pórcia na forma final dos arquivos que consultei. Ademais, observar o espaço informa sobre o prestígio dos/as portadores dos documentos, suas relações intelectuais, a maior ou menor consulta ao fundo, enfim, acena aos múltiplos acordos e dissensões relativos à urdidura, preservação e utilização dos acervos (CUNHA, 2005, p. 14).

No entendimento de Regina Abreu (1996, p. 28), ao examinar a doação dos objetos de Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional em 1938,

> Numa perspectiva antropológica, histórias banais ou extraordinárias encerram significados. Significados que não se encontram imediatamente revelados ao nível da experiência sensível, mas que demandam um complexo trabalho de decodificação, análise, interpretação. O processo de doação de uma coleção de objetos a um museu constitui expressivo fenômeno na medida em que o que está em jogo são relações sociais. Por meio da problematização desse fenômeno, é possível desvendar aquilo que lhe é subjacente: crenças, valores e visões de mundo singulares.

Examinar a doação de um conjunto documental pessoal, seja em termos do processo institucional de doação, seja relativamente aos interesses e expectativas daquele/a que doa, é inscrever os temas dos arquivos e acervos como problemáticas das Ciências Sociais. Trata-se, pois, de apreender um conjunto de interações sociais nas quais se expressam diversos significados sobre o tecido social naquele momento. O entendimento da doação de um acervo a uma instituição equaciona questões simples, porém dotadas de conteúdos fundamentais as Ciências Sociais: quem doa, por que doa, o que doa, quem recebe, por que recebe, quem acessa? Tais perguntas põe em relevo a dimensão da interação desde a produção do fundo pessoal até a consagração de sua

perenidade em um museu, arquivo institucional ou exposição permanente. Com efeito, o que se observa é o revelar de um conjunto de interações recíprocas conforme as quais se produzem, nos acervos pessoais, narrativas sobre a própria trajetória.

Assim, compreender o lugar de arquivamento permite atinar as relações sociais envoltas à produção do próprio conjunto documental – a nível da exposição dos objetos do acervo e das escolhas sobre o que conservar e doar. Ao longo desse capítulo, busco reforçar a relação entre a instituição de conservação, as ideias que ela representa e a aglutinação de leitores em torno de seus acervos. Pois não apenas o documento em si mesmo produz o seu sentido histórico, como a sua referência a uma pessoa, seu armazenamento, cuidado e exposição por uma instituição sublinham as potencialidades bem como a relevância de um objeto – e também, nos casos aqui analisados, de Cecília e de Pórcia enquanto portadoras de uma vida e de relações únicas para a história. A interação desses elementos enseja, igualmente, a presença de um maior ou menor contingente de leitores atraídos pelas ideias que a instituição roteia acerca de si e de seus conjuntos documentais[5].

Finalmente, estive em trabalho de campo de março a maio de 2019, segundo ano de minha pesquisa de mestrado. Tratando-se de acervos documentais lotados em arquivos diferentes e geograficamente distintos, optei por iniciar o campo pelo fundo Cecília Maria Westphalen. O pedido de acesso ao fundo foi realizado via preenchimento de formulário na hora. A consulta teve lugar em todas as tardes, das 13h30 as 17h. A extensão do fundo não era de meu conhecimento até o momento da pesquisa: 116 caixas, com cerca de 200 documentos em cada. Embora eu tenha passado um mês em leitura destes documentos, consultei 35 caixas, até o momento em que, por questões de tempo, decidi encerrar o campo. Três semanas depois, após ordenar primariamente os documentos que copiei do fundo Cecília Maria Westphalen, iniciei novo campo na coleção Pórcia Guimarães Alves, no IHGPR. A pesquisa realizou-se igualmente durante as tardes e em mesmo horário, após pedido presencial de acesso ao acervo do Instituto. A coleção era composta de 15 caixas, dez de Pórcia e mais cinco de documentos de seu pai e familiares. Visto ser um arquivo significativamente menor que o primeiro, tive a chance de consultá-lo por completo no período de três semanas.

O Fundo Cecília Maria Westphalen

5 A relação entre a montagem do acervo e a expectativa por uma leitura externa é objeto do próximo capítulo.

No começo de 2018, primeiro ano desta pesquisa, tomei conhecimento de que os documentos pessoais de Cecília estavam no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP), depositados em um fundo específico em seu nome. Arquivo Público, sede de incontáveis documentos de alto valor para a narrativa histórica do estado; o lugar da memória, oficializada, do Paraná. Em funcionamento desde 1855, o Arquivo sedia os documentos da memória da administração pública do estado e de algumas personalidades paranaenses (SOUZA et ALL, 2013). Ao todo, o Arquivo conta com 59[6] coleções e fundos, dos quais quatro são fundos em nomes pessoais: Cecília Maria Westphalen, Moysés Willi Lupion de Troya, Romário Martins e Ruy Christovam Wachowicz, além de cinco coleções documentais em nome de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Dirceu Mendes, Joaquim Rezende Côrrea de Lacerda, Manoel de Alencar Guimarães e Tobias de Macedo.

Desde 1978, o Departamento Estadual de Arquivo Público está sediado em prédio próprio à Rua dos Funcionários, no bairro Cabral, em Curitiba[7]. Vizinho de fundos do campi Agrárias da UFPR, os arredores do Arquivo são silenciosos e de pouco movimento. De construção imponente e ampla, sua entrada é marcada por uma larga rampa de acesso e portas de vidro escuro. No hall de entrada, documentos variados sobre a história do Paraná e peças de pesquisa estão expostos em caixas de vidro, seguidos de banners explicativos - o próprio Arquivo apresenta sua história em banners dispostos pelo hall. Em um ou outro corredor, estantes de livros com publicações sobre a história do Paraná. Antes que eu pudesse vê-los pela primeira vez, um segurança perguntou meu nome e registrou minha entrada. Me orientou, além, a guardar mochila, casaco e alimentos nos armários para visitantes. Em seguida, me explicou a planta do prédio, informou sobre horários de funcionamento e me conduziu as responsáveis pela consulta aos fundos documentais.

Ao encontrar a estagiária responsável pelo acesso aos fundos documentais, fui logo informada das condições de pesquisa. A consulta seria feita em espaço próprio e comum aos pesquisadores/as, além de sob supervisão. Chamada sala de pesquisa histórica presencial, o espaço é uma sala aberta localizada aos fundos do 1° andar, precedida pela Biblioteca Mbá de Ferrante e à frente da Sala Cecília Maria Westphalen – sala de reuniões em cujas portas espelhadas estava

6 A título de referência: Chefatura de Polícia, Comissão Paranaense de Folclore, Corregedoria Geral da Justiça, Colégio Estadual do Paraná, Delegacia de Ordem Política e Social, Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, Junta Comercial do Paraná, Secretaria da Fazenda e Indústria, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre outros.

7 Esta foi sua terceira sede e quarto nome. Sua primeira sede foi na avenida XV de Novembro. Em 1918, foi transferido à avenida Marechal Floriano Peixoto e, em 1978, foi instalado à rua dos Funcionários, onde permanece até hoje. Sua denominação, por sua vez, passou de Archivo Público Paranaense (1855), Repartição de Estatística e Arquivo Público do Paraná (1909), Departamento de Arquivo e Microfilmagem (1974) à, finalmente, Departamento Estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (1987 - presente). Atualmente, é subordinado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

decalcada uma enorme fotografia de Cecília. O espaço de consultas era iluminado e composto de, aproximadamente, dez escrivaninhas largas, nas quais estavam dispostos pequenos blocos de papel alcalino para anotação. A mesa da estagiária, por sua vez, encontrava-se de frente para essas escrivaninhas. O material a consultar deveria ser solicitado a cada dia, à exceção de se confirmar presença para o dia seguinte. Caso contrário, os documentos seriam guardados ao final da consulta diária. Outras observações foram passadas: proibido tirar fotografias com flash e utilizar canetas, consulta apenas com luvas e nada de objetos de metal próximo aos documentos. Um intenso cuidado e vigilância sobre o pesquisador/a e os documentos.

Para chegar à sala de pesquisas, atravessei todo o hall. Nesse caminho, se entrevia o tamanho do prédio: todos os andares (quatro ou cinco) são comunicáveis por um largo pátio interno, situado ao centro do edifício; de dentro do prédio, é possível, pois, acompanhar o que se passa nos demais andares. O sobe e desce de funcionárias/os pelos elevadores, o empurrar de carrinhos lotados de caixas a diferentes salas, a passagem apressada de pessoas pelos corredores carregando pastas e caixas. Esse movimento se deve à quantidade de atividades desempenhadas no Arquivo: digitalização, higienização, gestão de documentos, arquivamento, consulta, pesquisa e fornecimento de dados, organização da biblioteca Mbá de Ferrante, conferências e exposições, afora o trabalho cotidiano. A espacialização do Arquivo sugere, com efeito, uma narrativa de guarda de documentos de cunho histórico-político. Mais precisamente, de grandes conjuntos documentais referidos a episódios inestimáveis à história do estado do Paraná e aos quais se faz justiça pela conservação em uma instituição deste porte. A relação que se estabelece entre a entrada do edifício e sua narrativa imagética (aquela disposta nos banners) estimula essa ideia. Pois se trata do reforço a uma estética que idealiza o tempo antigo, isto é, os banners são de cores amareladas ou sépia, contêm fotos envelhecidas, as fontes das letras simulam uma escrita à caneta tinteiro ou à máquina de escrever.

Somado ao que eu já sabia sobre o Arquivo Público, esse breve contato reforçou uma ideia de arquivo profissional. Em outras ocasiões, eu já havia pesquisado tanto em arquivos institucionais quanto em pessoais. Tinha ciência, portanto, deste cotidiano mais básico e comum as pesquisas em arquivo. Sabia, também, ser incomum a digitalização documental e raro o planilhamento dos documentos depositados, cuja organização era dada, em geral, pela separação e disposição dos itens em caixas nomeadas tematicamente. Era esse quadro que eu esperava encontrar no Fundo Cecília Maria Westphalen. Mais precisamente, o estatuto que imputei ao Arquivo Público do Paraná me fez acreditar que, no pior dos cenários, essas seriam as condições de pesquisa.

Após os referidos informes, assinei o termo de pesquisa, solicitando acesso ao Fundo para fins acadêmicos. Foi então que soube das condições mais objetivas da pesquisa. Não havia, ainda, catálogo ou ordenamento[8]. Os documentos entregues ao Arquivo em 2003 foram completamente higienizados[9] e, então, depositados em 116 caixas nomeadas numericamente. A incomunicabilidade dos números das caixas ocasionava, pois, inúmeras dificuldades: não saber o que encontrar, onde procurar e quando parar[10]. Por exemplo, mesmo que os primeiros documentos de uma caixa fossem sobre a educação infantil de Cecília na cidade de Iratí – PR, os próximos quinze documentos poderiam ser sobre algum conflito no interior da atual associação Nacional de História (ANPUH) na década de 1970 e os seguintes, então, recortes de jornais sobre a prefeitura de Curitiba. Nas próximas caixas, após uma multiplicidade de temas e formatos documentais[11], poderiam reaparecer documentos sobre a ANPUH juntos a maços de cartas de seus orientandos em Paris entre 1976 e 1980 e a telegramas perguntando sobre seu estado de saúde em 2001. Havia, ainda, expressiva quantidade de documentos relativos à trajetória de Altiva Pilatti Balhana na FFCLPR, companheira de Cecília, ao longo do Fundo[12]. Esses documentos estavam, igualmente, dispersos por entre as caixas, sem qualquer organização em especial. Sob tais condições inesperadas, consultei as 35 primeiras caixas do fundo, cada uma lotada com cerca de 100 a 150 documentos. As interpretações elaboradas neste e no próximo capítulo são, portanto, limitadas a esse recorte de consulta documental.

O fundo Cecília Maria Westphalen, além de ser o único conjunto documental em nome de uma mulher em todo DEAP, faz menção à vida de uma acadêmica stricto sensu. Como pontuado anteriormente, há nove fundos ou coleções em nomes próprios no Arquivo Público. O que se sabe sobre estes colegas de arquivo de Cecília? Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864-1935), Manoel

8 Em razão disso, nenhum documento de Cecília havia sido descartado pelo DEAP. É comum a eliminação de documentos após rigorosa análise e classificação do fundo documental.

9 Dentro dessas caixas, os documentos foram envelopados em pastas de papel alcalino amarradas com barbantes brancos, sem necessariamente pertencerem a um conjunto temático.

10 Essa organização aparentemente desorganizada não parecia, por outro lado, originaria do arquivo de Cecília, isto é, como se ela tivesse guardado seus documentos sem um ordenamento claro para mim. A grande maioria dos documentos consultados eram, pois, furados na margem esquerda. Tal me sugeriu que os documentos talvez fossem, anteriormente, guardados em fichários e, portanto, teriam uma organização que foi dissolvida à altura da entrega ao DEAP ou de sua higienização. É impossível definir, ainda, ter havido ou não ingerência familiar na seleção documentação de Cecília. Entretanto, na construção do presente argumento, considero como se apenas Cecília e os/as arquivistas do DEAP tivessem trabalhado diretamente sobre o conjunto documental.

11 Tais como cartas, circulares, relatórios, currículos, bilhetes, notas fiscais, cartões de boas festas, entre outros.

12 Como vim a saber apenas ao final do trabalho de campo, o arquivo pessoal de Altiva, aparentemente, integra o Fundo. Não tenho informações, contudo, para informar se o arquivo de Altiva é parte do Fundo Cecília Maria Westphalen, isto é, se das 116 caixas algumas eram de Altiva, ou se seus papéis estavam separados.

de Alencar Guimarães (1865-1940) e Moysés Willi Lupion de Troya (1908-1991) foram eminentes políticos paranaenses. Joaquim Rezende Côrrea de Lacerda (1845-1905), Romário Martins (1874-1948) e Tobias de Macedo (? - ?) exerceram cargos políticos, mas conciliaram outras carreiras públicas, respectivamente: coronel da Guarda Nacional, historiador e comerciante. Por sua vez, Dirceu Mendes (? - ?) era delegado de Polícia. E, por fim, Ruy Christovam Wachowicz (1936-2000) era professor de História na UFPR, colega e ex-aluno de Cecília. Pelo ofício, aproximam-se Cecília, Ruy e Romário. Mas, mais precisamente, Cecília e Ruy.

Estar ao lado desse conjunto de personalidades e, mais do que isso, compor com eles os restritos fundos e coleções pessoais do Arquivo Público revela, pois, lógicas de consagração e perpetuação de memórias. À primeira vista, os fundos e coleções pessoais se vinculam a personalidades cujas vidas informam sobre a histórica política do estado. Se assim for, em que sentido o arquivo pessoal de Cecília corresponde a essa intenção?

Em sua carreira profissional, Cecília consagrou-se no estudo da História do Brasil, precisamente, da história do Paraná. Professora da FFCLPR desde 1950, tornou-se livre-docente da cátedra de História Moderna e Contemporânea em 1957. Sua tese de doutoramento, seu primeiro grande trabalho acadêmico, teve por objeto a vida do imperador Carlos V - pesquisa que, inclusive, ensejou seu intercâmbio acadêmico entre 1958 e 1959 à 6ª École de Hautes Études, em Paris, França, e à Kohl Universität, em Kohl, Alemanha. Ao retornar destes países, Cecília conduziu uma séria transformação no curso de História da FFCLPR. Instituiu o Seminários de História em 1959[13] e fundou oficialmente o Departamento de História da FFCLPR em 1960[14], do qual era chefe. No mesmo ano, iniciou e dirigiu o projeto de pesquisa O Comércio Importador e Exportador do Paraná, através do Porto de Paranaguá – 1808-1958. Aos poucos, orientava-se ao estudo da história do Brasil. Em suas palavras,

> Seguimos assim [com o projeto sobre Paranaguá] a orientação que nos propusemos no Departamento de História, de conceder atenção maior aos fatos da História do Brasil, ao mesmo tempo que temos a oportunidade de ingressar em uma corrente de pesquisa internacional (REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO..., 1960, p. 01).

A referência de Cecília a esta corrente internacional de investigações estava, pois, diretamente ligada ao seu estágio em França[15]. Na École de Hautes Etudes, onde Cecília estagiou,

13 Caixa 11, pacote 1, pasta 8. Regulamento do Seminário de História, de 14 de maio de 1959. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

14 *Idem*. Regulamento do Departamento de História aprovado pelo Conselho Técnico e Administrativo da FFCLPR em novembro de 1960.

15 Caixa 1, pacote 2. Relatório das Atividades do Departamento de História da FFCLPR apresentado ao Conselho de Pesquisa da Universidade em 12 de dezembro de 1960. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

havia um projeto de estudo macrohistórico da vida econômica nos portos do oceano Atlântico. Sob olhar de Fernando Braudel, mas coordenado e realizado por Fredéric Mauro, o projeto pretendia compreender o tráfego econômico na bacia do rio da Prata durante o século XVII. A proposta de Mauro era, pois, cruzar a história dos preços e das trocas em longas distâncias com a formação de um império português no oceano Atlântico (MACHADO, 2016, p. 128). Além de Mauro, outros historiadores na École tomavam os portos como objetos de estudo, dentre eles Pierre Chaunu, cujo estudo era sobre o Atlântico espanhol (idem, p. 129).

Durante os três meses em que Cecília esteve na École, isto é, entre 1958 e 1959, Fredéric Mauro a recebeu e a acompanhou em suas atividades. Embora a pesquisa de Cecília sobre o Porto de Paranaguá se iniciasse apenas em 1960, Cecília e Mauro tornaram-se correspondentes ativos e interlocutores intelectuais. Detalho essas relações à frente; por ora, chamo atenção ao aprofundamento dos estudos de Cecília sobre o Paraná, tomados como História do Brasil. Se, por um lado, estudar o Porto de Paranaguá era um projeto institucional para o Departamento de História, em que Cecília objetivava torná-lo um centro de excelência em pesquisas históricas, por outro, expressava o sentido da permanência de Cecília em uma rede internacional de pesquisadores/as de alto nível.

Para realizar sua pesquisa sobre o porto de Paranaguá, além de outras que eram criadas no Departamento, como o Projeto Sobre a História Demográfica do Paraná, conduzido pela professora Altiva Pilatti Balhana, Cecília e o professor Brasil Pinheiro Machado[16] organizaram o Projeto de Levantamento de Fontes para a História do Brasil[17], ativo desde 1960. Em 1964, Balhana desdobrou sua pesquisa em um Projeto de Levantamento de Fontes para a História Demográfica do Paraná. Ainda em 1964, Cecília e Altiva viajaram em conjunto à Portugal, a fim de coletar fontes para suas pesquisas[18]. O que pretendo demonstrar, assim, é a preocupação de Cecília, e naturalmente de Pinheiro Machado e Altiva, com a arrecadação de fontes primárias para a pesquisa histórica. Encabeçar este tipo de empreitada, voltada ao mapeamento e catalogação de fontes para a pesquisa em História do Brasil, sugere, para além da valorização positiva do dado primário, uma compreensão das políticas de arquivamento e conservação documental como importantes.

---

16 Catedrático de História do Brasil da FFCLPR, Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) era formado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Participou da fundação da Faculdade, na qual assumiu uma série de cargos administrativos, como diretor do Conselho de Pesquisas. Foi, por exemplo, deputado do Paraná (1935), eleição ganha com apoio da Liga Eleitoral Católica, membro do Movimento Integralista Brasileiro na década de 1930, Procurador-Geral da Justiça (1939-1945) e Interventor do Paraná (1946) (MARCHETTE, 2013).

17 Caixa 1, pacote 2. Plano de trabalho apresentado por Cecília, como diretora do DEHIS, a Brasil Pinheiro Machado, então diretor do Conselho de Pesquisa da UP, em 10 de janeiro de 1962. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

18 Caixa 1, pacote 1. Relatório de atividades do Departamento de História da FFCLPR apresentado ao Conselho Técnico e Administrativo da mesma em 1964. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

É interessante notar, neste particular, como o conjunto de atividades desempenhadas por Cecília após seu retorno da École se inscreveram em uma preocupação metodológica específica, o uso de fontes empíricas e em primeira mão. Para realizar pesquisas nesse registro, contudo, havia um problema de ordem prática, uma vez que não havia política de arquivamento ou conservação documental no Paraná. O esforço de Cecília e de seus colegas voltou-se, então, a um estágio anterior à própria investigação: identificar e levantar possíveis conjuntos documentais sobre a história do estado. Creio, pois, que este particular interesse de Cecília se referia, ainda, a uma terceira dimensão inscrita em sua permanência na École, qual seja, as críticas que continuamente ouviu sobre sua tese de livre-docência limitar-se a uma revisão bibliográfica sobre a vida de Carlos V. Sem amparar-se na consulta a quaisquer documentos primários, o trabalho de Cecília foi desqualificado e considerado um bom balanço bibliográfico (MACHADO, 2016, p. 90). O que estava em jogo, com efeito, não era apenas a construção metódica de uma pesquisa, como também uma forma de ser historiador/a, cujo métier profissional incluía, pois, a análise de fontes em primeira mão (idem).

Em 1972, estes projetos de identificação de fontes foram unificados na pesquisa Levantamento e Arrolamento de Arquivos[19], sob supervisão de Cecília e Altiva[20]. Nas palavras de Cecília, ao solicitar verbas para a execução do projeto:

> Considerando as perdas irreparáveis e as condições em que se encontram os arquivos locais, de interesse para a História do Brasil, o Projeto objetiva o levantamento desses arquivos, bem como, a longo prazo, o seu arrolamento, conforme metodologia própria. [...]. O levantamento objetiva dar uma visão geral do que existe no arquivo considerado. Deve, portanto, fornecer um esquema de seu conteúdo. Um sumário dos fundos e coleções que custodia. [...] Por sua vez, o arrolamento objetiva o levantamento exaustivo de todas as peças, ou documento que contém o arquivo, de acordo com a organização original do mesmo[21].

Com efeito, tal entendimento das fontes primárias e da catalogação documental remetem a uma determinada compreensão do ofício de historiador/a e de sua metodologia. O que desejo acentuar agora é o esforço de Cecília relativamente à administração e conservação de arquivos no

19 Caixa 1, pacote 2. Relatório da Professora Cecília Maria Westphalen de 1978 entre à direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte da UFPR. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

20 Altiva Pilatti Balhana (1929-2009) foi uma historiadora paranaense, formada pela FFCLPR na mesma turma que Cecília (1950), e professora livre-docente da cátedra de História da América desde 1955 na mesma instituição. Estudou movimentos imigratórios, sobretudo de italianos ao Paraná, e História Demográfica do estado. É, pois, pioneira em estudos e técnicas de pesquisa em demografia. Junto a Cecília, participou das principais atividades do Departamento de História, como a fundação do próprio Departamento e do Programa de Pós-Graduação, posteriormente (ALMEIDA, 2017). Sua relação com Cecília remete a período anterior à Faculdade, uma vez que cursaram a Escola Normal do Instituto de Educação do Paraná juntas. Foram, pois, companheiras a vida toda, em um relacionamento afetivo.

21 Caixa 2, pacote 2, pasta 17. Formulário de solicitação de auxílio para projetos de pesquisas apresentado por Cecília ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR, 1972. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

Paraná. Além do próprio trabalho em arquivo, as organizações e planilhamento eram publicadas periodicamente em boletins. Tal preocupação assumiu uma forte tonalidade após 1989, ano do incêndio do Arquivo Público do Paraná. À época, Cecília mencionou o fato na maior parte de suas correspondências, enfatizando o seu desgosto e a tragédia que o incêndio significava para a história do Paraná - disciplinar e temporal[22].

Em nome próprio e da associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, em 1994 Cecília escreveu ao então governador do estado, Jaime Lerner (1937 -). Recomendava, pois, atenção à situação do Arquivo Público, abandonado a uma administração ineficiente antes e após o incêndio. Em seu entendimento, "Os Arquivos não são apenas de interesse para a História, mas instrumentos inestimáveis para os administradores [...]. Os Arquivos possuem as informações necessárias a quaisquer planos e adoção de políticas de Governo"[23] (CARTA..., 1994, p. 01). O fato de escrever em seu nome, somado ao da associação, indica que Cecília lançava mão de sua autoridade intelectual na defesa do Arquivo Público. Cobrava, ainda que educadamente, o governador do estado e lhe indicava a importância que uma instituição de memória teria para a administração pública. Com isso, destaco como sua trajetória esteve por vezes colada à própria institucionalização do Arquivo Público do Paraná, bem como, de maneira mais abrangente, à elaboração de políticas de arquivamento no estado.

Até agora, destaquei a perspectiva de Cecília em relação ao DEAP. No entanto, é interessante notar como o Arquivo estabeleceu publicamente sentidos para o acervo da professora. Em 2018, o Arquivo Público organizou uma pequena exposição dos documentos e livros de Cecília. A montagem contava, pois, com um texto de divulgação[24] de sua carreira, na qual se confundiam sua trajetória, a da UFPR e a do próprio Arquivo Público. Iniciado por uma epígrafe de Carlos Roberto Antunes dos Santos, seu ex-orientando, colega de departamento e ex-reitor da UFPR, a divulgação evocava o rigoroso, porém fértil, legado metodológico de Cecília. O acento estava, pois, na preocupação dela com o uso de fontes primárias e aplicação de técnicas especializadas de pesquisa. Ao final do texto, a divulgação acrescentava

> Em várias oportunidades, a professora Cecília denunciou o descuido generalizado com os acervos documentais no Brasil, bem como atuou de forma decisiva nessa área ao divulgar, em escritos e palestras, a importância de arquivos organizados e acessíveis e a formação de pesquisadores como usuários conscientes e éticos.

22 Caixa 10, pacote 1. Carta a Luiz Henrique [Divas Tavares], em 17 de outubro de 1989. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

23 Caixa 9, pacote 2. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

24 Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

O texto de divulgação inscreveu, pois, uma ideia circular da carreira de Cecília, em que esforço acadêmico, preocupação metodológica e conservação de arquivos eram faces da mesma moeda. O Guia de Fundos do DEAP reforçou a mesma narrativa em sua descrição do Fundo Cecília Maria Westphalen. Mais técnico, porém, o Guia centralizou o valor do acervo de Cecília em torno de seus estudos sobre o Brasil, conectando-o ao DEAP e justificando o sentido de seu depósito ali:

> Praticante de uma forma clássica de produzir e narrar história a partir de projetos de pesquisa bem definidos e amplo acervo bibliográfico, Cecília produziu diversos estudos sobre a História do Brasil, tornando-se, indiscutivelmente, a maior referência em nosso Estado. Nesse sentido, sua obra constitui uma fecunda preservação da memória histórica, principalmente do Paraná Tradicional[25].

Essa atribuição de sentido institucional à vida de Cecília operou, pois, uma objetivação de sua trajetória, em que sua existência foi transformada em memória fixada e coerente sobre seu próprio trabalho intelectual. Em registro semelhante, Olívia Cunha (2005, p. 16) interpretou o arquivamento de documentos do antropólogo Lorenzo Dow Turner, no qual "[A] "obra" do autor é construída como uma narrativa explicativa da lógica arquivística". O sentido atribuído pelo DEAP aos papéis de Cecília ultrapassou, assim, o simples êxito de sua carreira acadêmica e se situou, pois, na interface entre o tema e as possibilidades historiográficas que suas obras e documentos dispõem sobre a escrita da história do país.

É possível, a essa altura, sugerir um sentido ao depósito dos documentos pessoais de Cecília no Arquivo Público do Paraná. Como apontei anteriormente, seu arquivo integra um conjunto de mais nove fundos e coleções pessoais referentes a personalidades políticas/públicas do estado. Cecília pesquisou por mais de cinquenta anos a História do Brasil do Paraná, defendendo esta corrente de estudos nacional e internacionalmente. Sua relevância intelectual, a qual se somavam os cargos administrativos e políticos assumidos ao longo da vida[26], era ainda mobilizada em torno da organização da história do estado, como a carta a Jaime Lerner indicou. A preocupação com o levantamento e arrolamento de arquivos, a instituição dos Seminários de História e a formação do Departamento de História em torno da História do Brasil são elementos que indicam, pois, a dedicação e o êxito da proposta historiográfica de Cecília. Relembro, também, da doação da biblioteca de Cecília ao Arquivo Público, cujos 3311 títulos integram hoje a Biblioteca M'bá de Ferrante. Tratam-se de variados títulos referentes à metodologia e à teoria da pesquisa histórica,

25 Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>>. Acesso em 05 de agosto de 2019.

26 Destaco ao longo dos próximos capítulos a assunção de cargos administrativos por Cecília na Universidade, como chefe de departamento de História, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, Conselheira da Congregação da FFCLPR e diretora do atual Setor de Ciências Humanas da UFPR. Além disso, em 1964 Cecília trabalhou junto ao então ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda (1903 – 1983) em Brasília.

como também de 726 obras raras, muitas delas referentes a autores/as paranaenses. Há, pois, nexos explicativos entre sua vida e a doação de seus documentos ao DEAP, lugar de consciência e vigilância comemorativas da história pública do Paraná, e entre a produção, pela própria instituição, de sentidos para seus papéis, conforme os quais sua trajetória foi objetivada na forma do Fundo. Em particular, a trajetória intelectual de Cecília foi transformada em fonte sobre a história do Paraná.

Não obstante o êxito de sua carreira, durar para além da própria vida no Arquivo Público revestiu de alto valor sua existência. A retomar a ideia de intenção autobiográfica, as fontes utilizadas pelo DEAP para composição do material de divulgação e de apresentação do Fundo são, elas próprias, documentos do arquivo de Cecília. Os mesmos que eu consultei e aos quais lancei mão na construção de meu argumento. Altamente centrados em um eu profissional, seus papéis remetem continuamente a uma trajetória de enorme esforço e dedicação à pesquisa em História. Constroem, pouco a pouco, uma figura sem a qual o curso de História da FFCLPR jamais se realizaria, tampouco a Faculdade e, posteriormente, a própria Universidade Federal do Paraná. Uma vida narrada, pois, como insubstituível. Ainda que a seleção documental de Cecília pareça totalizante - haja visto o número de caixas, o que pode ter ficado de fora?, se esclarecem gradativamente alguns eixos e critérios de acumulação documental; a partir desses eixos, por outro lado, notam-se os silêncios de seu arquivo. Creio, pois, serem centrais ao seu arquivo os seguintes temas: trabalho acadêmico, esforço e conquistas. Os detalho à frente, no próximo capítulo. Por ora, destaco a produção de um eu disposto na trama do seu êxito acadêmico, nos interlocutores que estabeleceu, nos recursos que geriu, nos Programas que fundou, nas pesquisas que realizou e nos projetos que coordenou. Nesse sentido, permanecer no Arquivo Público tanto realiza quanto afirma essa elaboração de si.

A coleção Pórcia Guimarães Alves

O estranhamento sentido no Arquivo Público repetiu-se, com efeito, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Em virtude de quê os documentos de Pórcia Guimarães, uma educadora, foram depositados em uma instituição tão fortemente relacionada à historiografia do Paraná? O IHGPR foi, pois, fundado em 1900, por ocasião do 4º centenário de descobrimento (sic) do Brasil e 47 anos após a emancipação política do estado. Na esteira dos objetivos do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB/1839), orientados à produção de uma história una do Brasil através do fomento à pesquisa e conservação documental, os institutos regionais previam a escrita de histórias locais relacionadas ao âmbito nacional, sobretudo na esfera cultural (SCHWARCZ, 1993, p. 100). Se de um lado, o IHGB pretendia uma narrativa histórica totalizante, de outro, os institutos regionais produziam suas próprias interpretações, nas quais se destacavam momentos, fatos e personalidades locais. Essas disputas historiográficas marcaram, pois, as condições de produção de suas narrativas históricas e, sobretudo, de uma possível história nacional (idem).

Me refiro a esta tensão em virtude da própria composição do IHGPR. Entre seus fundadores estiveram Dário Vellozo (1869-1937), Emiliano Perneta (1866-1921), Júlio Perneta (1969-1921), Romário Martins (1874-1948) e Ermelino Agostinho de Leão (1834-1901), por exemplo. Vellozo e os irmãos Perneta eram ligados as redes de atores do movimento simbolista paranaense, cujo mote era a produção de uma literatura local (BEGA, 2013, p. 103). Romário Martins, por sua vez, apesar de relacionar-se com os agentes associados ao simbolismo, é mais comumente lembrado por sua atuação nas redes do movimento paranista. Para Martins, o paranismo era o forjar de uma definição ao Paraná, isto é, a criação de uma identidade una e coesa a uma terra que, até então, não havia reunido suas riquezas e histórias em uma identidade própria (CARNEIRO, 2013, 91-92). A lançar mão sobretudo o ponto de vista de Romário Martins, o IHGPR era um centro cultural de reflexões e pesquisas de cunho histórico-geográfico com vistas a forjar uma identidade ao estado. Tal definição, em vez de compreender um lugar para Pórcia no Instituto, parecia distanciar-se ainda mais de sua trajetória.

*S*eguir aos arquivos do IHGPR após trabalhar longamente sobre o acervo de Cecília no Departamento de Arquivo Público contaminou-me, é certo, acerca da ossatura institucional de um arquivo. O hábito da pesquisa no DEAP produziu em mim, pois, um conjunto de impressões e expectativas daquilo que deveria ser o IHGPR. Isto é, dotado de recursos e funcionários, além de vigilante. Ao chegar ao Instituto pela primeira vez, uma quarta-feira à tarde, fui primeiramente recepcionada por uma câmera no portão do Instituto, a qual apresentei-me e informei minha intenção de consultar o arquivo de Pórcia Guimarães Alves. Embora eu só soubesse depois, a pessoa com quem eu falara era, pois, o historiador responsável pelo Instituto. Foi ele também quem, muito gentilmente, recebeu-me dentro do prédio e indicou-me subir ao último andar, a fim de procurar a bibliotecária. Ao encontrá-la, ela e a diarista do prédio tomavam café em uma pequena mesa dentro da biblioteca. Após apresentar-me, a bibliotecária levou-me pessoalmente à estante onde estavam lotadas as caixas do acervo de Pórcia – a cerca de dois metros de onde estávamos, ao

lado oposto, encostada à janela. Explicou-me tratar-se de uma coleção, pois continha expressiva quantidade de documentos do pai de Pórcia, organizados por ele em vida, além de informações de filiação genealógica. Permitiu, também, que eu mesma escolhesse as caixas e as manuseasse sozinha, à medida que seria, assim, mais cômodo. Avisou-me, porém, que não esquecesse de usar luvas ao consultar as caixas.

A atual sede do IHGPR está localizada no centro de Curitiba, à rua José Loureiro. Região movimentada, próxima à praça Ruy Barbosa, com grande tráfego de ônibus, carros e pessoas. O prédio, construção antiga e recentemente reformada, tem três andares e se estende da esquina da quadra até quase à metade. À exceção de uma placa colocada no alto do portão de entrada, é difícil localizá-lo. Esse mesmo portão está exatamente atras de um ponto de ônibus, cuja estrutura termina por esconder a entrada. O ingresso no prédio, autorizado por interfone e câmera, dá para um pequeno átrio decorado em madeira e com grandes fotografias de Curitiba. Alguns passos à frente, está a escadaria central do prédio, que funciona como uma espinha dorsal. Isto é, uma mesma escada para ir a todos andares, que se abrem para as laterais. No térreo, portanto, está o pequeno átrio de entrada; no segundo andar, uma sala ampla e aberta, onde trabalha o historiador responsável pelo Instituto, e um anfiteatro; no terceiro e último andar, estão as duas bibliotecas do IHGPR, uma delas sendo, em simultâneo, a sala de consulta aos documentos. Ambas bibliotecas estão sob responsabilidade de uma mesma bibliotecária. Há, ao longo do edifício, outros cômodos, tais como salas de reuniões e de livros raros, depósito, arquivo, cozinha etc, contudo, o acesso é restrito e não os frequentei. O historiador e a bibliotecária são, com efeito, os dois únicos funcionários fixos do Instituto.

A decoração do IHGPR, baseada em madeira escura nos móveis, janelas e portas, somada ao granito da escadaria central, evocam certa distinção e sobriedade, apesar da ausência de renovações. as mesas de estudo, as estantes das bibliotecas, as cadeiras do anfiteatro, enfim, o mobiliário principal sugere uma cristalização do Instituto no século passado. Tratando-se de uma instituição privada, a conservação do prédio e acervos depende da contribuição mensal dos sócios. Esses, é interessante destacar, compareciam regularmente ao Instituto, seja para grupos de estudos, seja para conferências. Durante minhas consultas, os encontrei com frequência; eram, em geral, homens bastante idosos e sérios, a carregar consigo sempre uma maleta ou um livro. Pareciam, pois, aproveitar das dependências do prédio e das atividades ali realizadas. Tais elementos, em conjunto, projetam o IHGPR como uma instituição modesta, local, mantida pelos sócios/as e, sobretudo, para eles/as. Me refiro a isso não intencionando desqualificar o trabalho dos funcionários do IHGPR, os quais reconheço a dedicação e esforço, sobretudo face a um orçamento restrito, e, sim, com o intuito

de compreender a tensão presente no arquivo de Pórcia: produzir um relato para além da própria vida, isto é, o próprio acervo pessoal, e depositá-lo em uma instituição em vias de desaparecer.

Ao longo da pesquisa, participei da rotina do IHGPR. Via a lenta entrada e saída dos sócios, a amizade entre os dois funcionários, a limpeza do ambiente, ouvia as discussões entre pedreiros e marceneiros que, semanalmente, compareciam ao Instituto para finalizar a reforma do forro do prédio. Percebia o barulho da rua, as vozes do comércio ambulante e as buzinas de ônibus. Enquanto tudo isso acontecia, eu estava sentada na biblioteca, com meus materiais dispersos sobre uma larga mesa de madeira escura, posta bem abaixo de uma lâmpada. A sala de consultas, que também é uma biblioteca pequena, era composta de quatro mesas desse tipo. A mesa da bibliotecária, em formato de L, ficava ao canto da sala, ao meu lado direito, próxima à janela. Em geral, devido à posição de seu computador, ela estava de costas para mim. as paredes da sala, por sua vez, eram forradas de livros originais escritos pela intelectualidade paranaense. Havia uma estante apenas para as publicações impressas do boletim do IHGPR, em circulação há mais de meio século, e do IHGB, além de uma prateleira com publicações de Cecília Westphalen, Altiva Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Ruy Wachwoski. No meio da tarde, eu tomava, vez ou outra, um café com a bibliotecária ou o historiador, os informava sobre documentos interessantes que encontrara, bem como peguntava sobre o IHGPR. E, de fato, era eu quem retirava as caixas de Pórcia da estante, as trazia até minha mesa e, posteriormente, as guardava. Por diversas vezes, em ocasiões de reunião, recepção ou resolução de algum problema, consultei os documentos sozinha na sala. Observa-se, desde já, as diferenças entre o DEAP e o IHGPR. Evidentemente menos formal e a dispor de menos recursos que o Arquivo Público, ter a vida depositada ali indicava, de antemão, uma série de diferenças entre as consagrações individuais de cada uma das professoras.

Algumas vezes pesquisadores externos, o suponho, compareceram ao IHGPR. Perguntavam à bibliotecária sobre livros e documentos históricos, além de consultarem os boletins do Instituto. assim, apesar de modesto, o IHGPR parece tanto desfrutar de reconhecimento local quanto ser compreendido como um espaço de salvaguarda da história paranaense. Com efeito, o Instituto reúne em seus acervos bibliográfico e arquivístico extensa documentação sobre o Paraná (STRAUBE, 2016, p. 38). Tratam-se de 5685 títulos bibliográficos de autores/as paranaenses ou que tematizam o estado; mais de 5000 cópias de documentos do século XVI ao XIX, originalmente depositados na Biblioteca de Lisboa e da Torre do Tombo e focalizados nas relações entre o atual estado do Paraná e Portugal (idem). Para além, é claro, de volumosa documentação sobre o regime de províncias no país e da emancipação do Paraná (idem). Há, ainda, a Filmoteca Paranista, cujo catálogo dispõe de filmes e documentários sobre o estado e suas personalidades. À nível de arquivos pessoais, o

arquivo do IHGPR abriga as coleções Caetano Munhoz da Rocha (1879 – 1944), eminente político paranense, Ernani Costa Straube (1929 -) e Pórcia Guimarães Alves (1917-2005), ambos professores (idem).

A coleção Pórcia Guimarães Alves é composta, pois, de 15 caixas organizadas ora por temas ora por algarismos. as caixas numéricas são nomeadas apenas por algarismos, 1, 3, 4, 9 e 15, e correspondem aos documentos de sua família. as caixas temáticas, exclusivamente relativas à vida de Pórcia, são:

- Caixa 2 – Congressos...;
- Caixa 5 – Escritos, Cartas...;
- Caixa 6 – Escritos Pessoais...;
- Caixa 7 – Publicações, Menções à Pórcia...;
- Caixa 8 – Depoimentos, Certificados, Contratações;
- Caixa 10 – Escola Mercedes Stresser, Vulto Emérito, III Congresso de Psicologia, 70 anos de Psicologia no Brasil, Professor Emérito;
- Caixa 11 – Informativos ABP, Estatuto AIPA, ABPA e ABP, Projeto de Lei de Regulamentação e CFP;
- Caixa 12 – Correspondências CBPE, Parque Iguaçú, Socorrista, Instituto Decroly;
- Caixa 13 – Depoimentos Miró e Guimarães, Festejo UFPR, Anais 1970, Histórico Banco Nacional, Carta Denúncia UFPR;
- Caixa 14 – Instituto Decroly, Testes Vocacionais, Testes Rede Ferroviária, Texto Anísio Teixeira.

Cerca de dois anos atrás, uma outra pesquisadora consultou longamente a coleção Pórcia Guimarães Alves e a reorganizou como apontei acima. Os temas foram distribuídos entre as caixas 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 14, referidas exclusivamente à Pórcia; as outras caixas, 1, 3, 4, 9 e 15, foram nomeadas apenas com numerais e guardavam os papéis das famílias Guimarães e Alves, bem como o arquivo pessoal de Orestes Augusto Alves, pai de Pórcia.. A coleção que eu consultei passou, portanto, pelo escrutínio de uma investigadora que, à época, pesquisava a trajetória de vida

de Pórcia. Desde sua doação em 2005, o arquivo não havia sido catalogado pelo IHGPR ou mesmo reorganizado. Os documentos foram entregues já encaixotados e, por isso, foram diretamente armazenados no arquivo geral do Instituto. Anos depois, esta pesquisadora redistribuiu os documentos da coleção Pórcia Guimarães Alves por temas e números - aqueles que apontei acima. A ordenação final separou, pois, os documentos de Pórcia e os de sua família. Criou-se um arquivo específico de documentos sobre Pórcia dentro da coleção Pórcia Guimarães Alves, que abriga também, como visto, vasta documentação genealógica sobre as famílias Guimarães e Alves. É impossível dizer se, originalmente, esses documentos eram pensados em conjunto por Pórcia, se foram separados posteriormente ou vice-versa. Entretanto, os documentos foram doados em conjunto e como um único arquivo.

As caixas do arquivo de Pórcia continham uma dupla numeração. Uma visualmente mais antiga, feita à caneta e já desbotada, estava inscrita ao fundo das caixas, ao passo que a catalogação mais nova estava marcada à frente – em adesivos ou caneta hidrocor. Por exemplo, na parte frontal da caixa nº 1 havia um adesivo no qual se lia "1"; nas costas da caixa, porém, estava palidamente escrito "50". À medida que essa dupla marcação estava presente em todas caixas do acervo, considero as seguintes hipóteses: 1) possivelmente, seu acervo era mais extenso do que a documentação doada e 2) Pórcia elegeu com atenção aquilo que depositaria no Instituto. À vista disso, analiso no próximo capítulo o conteúdo das caixas cedidas ao IHGPR, pois tal percepção é central para a compreensão dos vínculos entre Pórcia e a instituição.

Se em 1972 Cecília iniciava o projeto de Levantamento e Arrolamento de Arquivos, em 19 de junho do mesmo ano Pórcia era admitida sócia-efetiva do IHGPR[27]. Sua entrada foi marcada pela entrega de um *curriculum vitae*, seguido de um memorial autobiográfico[28]. À época com 55 anos, Pórcia detalhou os trabalhos desenvolvidos em prol da educação infantil no Paraná. A educação de crianças foi situada, pois, no centro de sua carreira, a despeito de seu trabalho na FFCLPR ou mesmo no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ao longo das 27 páginas que compõe o documento, não há nenhum vínculo explícito entre sua trajetória e o IHGPR. Por outro lado, tampouco o Instituto demarcou um sentido para a guarda destes documentos, como o DEAP o fez com o fundo Cecília Maria Westphalen. No site do IHGPR, por exemplo, não há qualquer menção à Pórcia, seja na seção de personalidades, seja na própria apresentação de seu arquivo institucional. Afora sua inclusão no quadro de sócios do IHGPR em 1972, não há conexões claras entre Pórcia e o Instituto.

27 Caixa 3. Ficha de inscrição como sócia-efetiva do IHGPR, de 19 de junho de 1972. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo do IHGPR.

28 Idem.

Entretanto, um olhar mais atento evidencia sentidos possíveis à permanência dos documentos no Instituto. A começar, pois, o acervo foi elaborado como uma coleção. Embora centralizado quantitativamente em Pórcia, isto é, retém um grande número de documentos dela e sobre ela, qualitativamente o acervo está disposto em termos genealógicos. A considerar a dupla numeração das caixas de Pórcia e a possibilidade, daí derivada, de existir um arquivo mais extenso não doado ao Instituto, creio ter havido uma atenção pessoal da educadora na escolha daqueles documentos que integrariam sua doação. É possível que descenda, ainda desse escrutínio, a formação de um acervo tão enxuto, constituído de 15 caixas. Acredito que a própria subtração de documentos operada por Pórcia expresse uma lógica de acumulação específica, conforme a qual selecionou e ordenou seus papéis, ao mesmo tempo que formulou uma adequação de sua trajetória à proposta do IHGPR. Em meu entendimento, sua herança genealógica esteve ao centro desse movimento. Mais precisamente, os documentos de sua família que estavam sob sua guarda.

Sem desejar me ocupar da genealogia da família de Pórcia, sua ancestralidade remetia, pois, à figura do Visconde de Nácar, título nobiliárquico concedido a Manuel Antônio Guimarães (1813 – 1893) (RIBEIRO, 2018a, p. 33). Natural de Paranaguá – PR, o Visconde foi um eminente político paranaense, vice-presidente e presidente interino da província do Paraná, além de importante comerciante de erva-mate do Paraná[29]. A própria ancestralidade do Visconde remetia a outras figuras centrais a economia ou política paranaenses, tais como Joaquim Antônio Guimarães, seu pai, proprietário de sesmarias, e sua mãe, Anna Maria da Luz, descendente de família parnanguara quatrocentona (ALVES, 2012, p. 212). A Manoel Antônio Guimarães foi atribuído o título Visconde de Nácar em 1880, por decreto a 31 de agosto do corrente assinado pelo Imperador Dom Pedro II. A titulação foi concedida após a visita do Imperador ao litoral paranaense naquele ano e o nome Nácar adveio de uma das propriedades do Visconde (RIBEIRO, 2018, p. 39-40). É de se imaginar a importância, para a família Guimarães, da guarda de documentos que afirmassem seus laços familiares. O grosso dos documentos não relativos à Pórcia se atém, pois, à cidade de Paranaguá, ao loteamento de terras, à compra e venda de mercadorias e escrituras de propriedades. Além, naturalmente, de certidões de nascimento, matrimônio e óbito. Elabora-se, com efeito, o retrato de uma família estabelecida e preocupada com sua própria história.

29 Entre 1854 e 1889, sua firma, Nácar & Filho, era responsável por 25% das exportações de mate paranaense. Renomeada Guimarães & Cia após seu falecimento, na década de 1920 a firma foi responsável por 48% das exportações de mate feitas pelo Porto de Paranaguá (ALVES, 2017, p. 215). O Visconde era proprietário, também, do maior conjunto de embarcações do Porto, o que lhe situava ao centro das transações comerciais realizadas ali, haja vista seu controle não apenas sobre a exportação de erva-mate como sobre as importações trazidas ao Paraná (WESTPHALEN, 1988, p. 94). Segundo Cecília Westphalen (idem), até o início do século XX, a firma era a principal casa comercial de Paranaguá.

Inicialmente, esses documentos pertenciam à mãe de Pórcia, Magdalena Guimarães Alves, precocemente falecida em 1930. Seu esposo, Orestes Augusto Alves (1887 – 1962) guardou-os e incluiu outros, sobre sua família e acerca da história de Paranaguá. Com sua morte, os documentos foram entregues à Pórcia, filha mais velha do casal, que os manteve sob seus cuidados até 2005 (RIBEIRO, 2018b, p. 353). Dessa perspectiva, a organização de seu arquivo como uma coleção confeccionada em torno de seus próprios feitos individuais e da importância histórica de sua família ganha outros contornos. Creio, pois, tratar-se de uma estratégia de consagração em dois níveis: uma propriamente institucional, relativa ao forjar sua aderência à proposta do IHGPR, uma vez que esse Instituto centralizava estudos sobre a história do Paraná, e outra referente à intenção biográfica de seu acervo. Acerca desse último ponto, a confecção de seu arquivo neste modelo indica tanto a importância de sua genealogia em sua narrativa sobre si mesma, na qual seu entendimento sobre si expressa elementos dessa herança nobre, quanto manifesta o reconhecimento de Pórcia enquanto ser dotado de valor e relevância imemoriais. Tais observações ficarão mais claras ao longo deste trabalho. Ao incluir os papéis de sua família junto aos seus, Pórcia justificou o depósito do acervo no IHGPR, além de ter situado a sua vida face a uma constelação de atores de relevância histórica ao Paraná. Aqui, o reverso tem também seu interesse e lugar no arquivo: Pórcia situou a vida de outras pessoas em relação à sua.

A classificação da coleção de Pórcia organizou e destacou *seus* documentos segundo seus feitos profissionais. Recordo que esta classificação foi elaborada por uma pesquisadora, cuja investigação se voltava ao estudo da trajetória de Pórcia, entendendo-a como uma pioneira no estudo da Psicologia da Educação no Paraná. Este exame de sua trajetória a centralizou como ponto nodal da história da educação no estado. A razão de me referir a isso repousa no entendimento de que, ao se debruçar sob a coleção completa de Pórcia, a pesquisadora ordenou apenas os seus documentos, dando a eles maior destaque em detrimento aos itens de sua família – que tanto passa a ser vista apenas como sua família quanto teve seus papéis identificados por algarismos. Para além, os artigos de Pórcia foram organizados por temas profissionais, de modo a evocar uma imagem de Pórcia como altamente ativa e laboriosa. É escuso dizer, por outro lado, que esses critérios não poderiam ser inventados se o tema dos papéis tampouco se referissem a eles. De todo modo, a tematização das caixas apresenta, a meu ver, duas dimensões: em primeiro lugar, os interesses da pesquisadora face a sua própria pesquisa e, em segundo lugar, uma preocupação contemporânea em acentuar trajetórias de mulheres. Interesses que, de diversas maneiras, correspondem aos meus.

Do ponto de vista do tempo presente, estudos de gênero ou sobre mulheres têm ganhado crescente atenção no Brasil. Na esteira das reivindicações do movimento feminista no país, foi ao

final da década de 1970 que as/os primeiras/os pesquisadoras/es da área granjearam algum espaço acadêmico, bem como tímido estabelecimento de uma agenda de pesquisas (CORREA, 2001, p. 20-21). Mais recentemente, e institucionalizadamente, os estudos de gênero têm lançado luz e complexificado temas canonizados nas academias brasileiras, porém analisados de um ponto de vista supostamente neutro: o do gênero masculino. Intelectuais, dramaturgia, modernidade, arte, entre tantos outros temas são, então, examinados levando-se em conta a dimensão de gênero enquanto categoria analítica (SCOTT, 1995). A fim de não exceder essa especulação, me limito a supor uma conexão entre essa nova agenda de pesquisas e a categorização dos documentos da coleção Pórcia Guimarães Alves.

À diferença do fundo Cecília Maria Westphalen, cuja organização institucional naquelas 35 caixas se amparou no próprio trabalho intelectual de Cecília, bem como em uma elaboração de si altamente marcada pelo trabalho e pelo êxito, a coleção Pórcia Guimarães Alves está cindida entre a nobreza de sua história familiar e seus feitos individuais, reunidos em torno do depósito no IHGPR. Lançar luz a essa clivagem na elaboração da coleção é, ao mesmo tempo, empreender uma explicação dos processos pelos quais sua vida foi objetivada na forma de uma coleção, ou seja, em um conjunto documental temático. As cisões desta elaboração permitem, ademais, entrever uma lógica de acumulação documental e de intenção autobiográfica nas quais os laços familiares reverberaram nas próprias formas de Pórcia pensar a si mesma. Não obstante, a quantidade de documentos sobre ela indica um (auto)reconhecimento de seu valor individual e, sobretudo, da importância de seu trabalho para si e para o Paraná, em que não se trata de reduzi-la aos feitos de outrem. O arquivar de seu cordão umbilical é, nesse sentido, pleno de significados, ao destacar o valor de sua individualidade, de sua vida, ao mesmo tempo em que a conexão mais íntima com a família. A sua vida se integrou, pois, ao panteão familiar com méritos próprios, os quais foram somados aos e para o êxito de sua família.

Os papéis que, a seguir, tomo como documentos reveladores das vivências de Pórcia e Cecília na FFCLPR respondem, pois, as referidas lógicas de objetivação. Entendê-las é tanto argumentar pela dimensão etnográfica da pesquisa em arquivos quanto sublinhar, de maneira particularmente densa, as possibilidades e limites da produção de conhecimento a partir de papéis pessoais. No caso de ambas e naquilo que me interessa, trata-se de compreender que o arquivar de suas vidas foi atravessado por elaboradas maneiras de pensar a si e expor suas trajetórias profissionais. Aquilo que restou ou permaneceu sobre suas atividades docentes não está, desde esse ponto de vista, desligado de interesses e intenções. Em vez de tomar as narrativas dos documentos em si mesmas como objeto, trata-se de enfocar uma perspectiva na qual essas narrativas são

produzidas pelas relações sociais entre os atores aos quais se referem – além, naturalmente, de transpassadas pela normatização do arquivamento e motivações do/a pesquisador/a.

Por fim, uma última consideração. É possível compreender, ainda, o deslocamento dos documentos de Cecília e de Pórcia aos referidos arquivos a partir de uma segunda perspectiva, complementar aos argumentos lançados. Os arquivos dos setores de Ciências Humanas e de Educação, onde devem estar os artigos referentes aos cursos de História e Pedagogia, foram organizados apenas em 2012. Anteriormente, os documentos estavam empilhados em salas quaisquer. Mesmo outros professores/as, de maior ou menor êxito acadêmico que ambas, tiveram seus documentos doados a outras instituições ou mantidos em arquivos familiares – por exemplo, José Loureiro Fernandes[30], Eny Caldeira[31] e Maria Olga Mattar. Com efeito, os arquivos da UFPR não recebem ou guardam arquivos pessoais, senão apenas documentos de atividades meio e fim relativas à instituição. O fato de os documentos de Cecília e de Pórcia estarem em outras instituições não é, assim, uma situação específica de suas trajetórias. É, antes, relativa à política de arquivamento e conservação documental na UFPR.

30 De atuação ativa nos círculos intelectuais de Curitiba, José Loureiro de ascensão Fernandes (1903-1977) era formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1927), e em antropologia pelo Museu do Homem, em Paris (1953); figurou entre os fundadores do CEB e da FFCLPR, além de mediar a contratação dos Irmãos Maristas, quando a Faculdade esteve à beira da insolvência econômica. Foi diretor do Museu Paranaense (1938-1946), fundador do atual Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), do Departamento de Antropologia (DEAN), entre outros. Foi também Secretário de Educação e Cultura do Paraná (1947-1949) e presidente da associação Brasileira de Antropologia (1957-1959) (DRESCH, 2016, p. 1-3).

31 Eny Caldeira (1912-2002) foi uma educadora formada pela FFCLPR em 1940, na mesma turma em que Pórcia. Trabalhou como professora primária até que, entre 1952 e 1955, em razão de seus trabalhos em pedagogia infantil, assumiu a direção do Instituto de Educação do Paraná. Foi docente também da FFCLPR, no cargo de Didática, além de pesquisadora do INEP, membro do Conselho Estadual de Educação do Paraná e diretora da Escola Experimental Maria Montessori e do Centro Juvenil de Artes Plásticas (SILVA, 2013, p. 17)

CAPÍTULO 2. SELEÇÃO DOCUMENTAL COMO GESTÃO DA MEMÓRIA

A essa altura, creio ter informado o suficiente sobre dois tópicos: onde estão arquivados os documentos e segundo quais sentidos foram depositados nos respectivos arquivos. Desde este horizonte de compreensão, a ideia de um trabalho puramente confirmado pelas informações contidas na letra fria dos documentos cede espaço, progressivamente, a um entendimento mais matizado das camadas de negociação e interesses que têm lugar na pesquisa documental. Uma vez interpretadas essas relações, é possível compreender uma outra dimensão deste tipo de pesquisa: a apreensão da seleção documental na qual se baseou a confecção do fundo/coleção em questão.

Não pretendo, entretanto, analisar exaustivamente os conjuntos documentais de Pórcia e Cecília, senão examinar os documentos relativos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná entre 1950 e 1970. A intenção, pois, é compreender as inserções e engajamentos de ambas nas redes de interdependência da FFCLPR. Entendo que seus conjuntos documentais revelam posições e relações sociais em configurações diversas, sob as quais se edificaram os pertencimentos e lembranças dispostas em seus acervos. Aqui é recolocado o problema do arquivo pessoal como uma intenção autobiográfica. Retomo-o com vistas a acentuar, ao final da presente seção, algumas dimensões em relação à ideia de gestão da memória de Michel Pollak (2010).

Como salientado por Cristopher Prochasson (1998, p. 106), não há obrigatoriedade legal em conservar itens ao longo da vida e, muito menos, em armazená-los posteriormente em uma instituição. Embora o autor se refira à França, apenas em 1991, com a lei n. 8.159,[32] o governo federal brasileiro estipulou normativas de administração, conservação e acesso aos documentos de instituições, públicas e/ou privadas; não se formalizou, contudo, a gestão de fundos pessoais. Menos do que analisar a política brasileira de arquivos, esse marco legal permite pensar a "qualidade da intenção" (idem) inscrita na produção dos fundos documentais pessoais. Isto é, na ausência de referências jurídicas estritas, cabe ao portador/a dos documentos estabelecer os critérios de acumulação e organização de seus objetos e, no caso do depósito em uma instituição, decidir pelas exigências de consulta (DUCROT, 1998). É uma tarefa centralizada nas intenções e interesses do proprietário/a do acervo, na qual se observa o revelar da consciência histórica que esse ator tem de si mesmo (PROCHASSON, 1998, p. 112). Em outras palavras, as motivações relativas ao ato de tornar públicas certas atividades do âmbito pessoal sugerem um entendimento de si como ente

32 Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em 20 nov 2019, as 9:00.

singular da história. Tal pressupõe, por conseguinte, algum nível de colaboração entre os objetos guardados, seus conteúdos e as intenções dos atores.

A respeito dessa dimensão, Renato Janine Ribeiro (1998) distinguiu entre a coleção de si e a simples coleção, compreendendo-as como caracterizações dos arquivos pessoais. A primeira se destinaria, pois, ao salvaguardar da própria história a partir do filtro do êxito. Esse seria reconhecido pela mediação dos objetos guardados, cujo valor seria estabelecido tanto no presente com relação ao passado, quanto nas expectativas de reconhecimento no futuro. A segunda definição, a simples coleção, seria marcada pela guarda de objetos pessoais de maneira menos intencionalmente gloriosa. A ambas definições corresponderia um atributo autobiográfico, embora mobilizado em graus distintos. Esse entendimento expressa que, na operação historiográfica contemporânea, a memória "Deixou de residir no gesto exemplar, econômico, do herói, para figurar numa multiplicidade de pequenos atos e gestos, quase anônimos" (RIBEIRO, 1998, p. 37). Nesse registro, preocupar-se com o futuro da própria existência não é mais, ou não deveria ser, tomado como propriedade das grandes personalidades, dos heróis. Corresponderia, antes, as práticas cotidianas de construção do eu, nas quais a própria ideia de glória é redefinida e situada relacionalmente.

A elaboração de si seria, pois, mediada pelo objeto material – e, em minha análise, precisamente, os papéis. A fabricação possível do eu circunscreveria não apenas o sentido que o objeto tem para o portador/a, como também o reconhecimento social do eu evocado pelo objeto. Se considera, assim, a importância das conexões sociais no processo pelo qual se reconhece uma individualidade a partir de um registro material. Há aqui a enunciação de uma dimensão ainda não discutida, a da alteridade. Se a memória documental é uma montagem do próprio passado, na qual a presença do outro é indissociável da produção do eu, a diferença torna-se, então, uma qualidade elementar (ABREU, 2016, p. 42). Pois "A identidade pessoal, [...] não remete a uma essência, mas a uma situação de interação: o 'eu' se define, sempre, diante do 'outro', de preferência na escala de grupos ou sociedades" (MENESES, 1998, p. 96). Essa interação, creio, é necessário ressaltar. Não se trata apenas de pensar a si próprio, como de, nesse processo, tornar outras trajetórias artífices da narrativa autobiográfica do portador/a[33].

A análise que proponho acentua, pois, os arquivos pessoais enquanto campo de produção do eu, no qual as interações com os outros são o núcleo desse processo. Nesse mesmo sentido, o arquivo forja um testemunho do conjunto de relações vivenciadas pelo portador/a dos documentos. Sobre isso, gostaria de mencionar, entretanto sem elaborar agora, que as alteridades enunciadas nos documentos das docentes se baseiam, majoritariamente, em relações com pares. Isto é, os outros

33 A relação entre memória e alteridade é objeto do terceiro capítulo desse trabalho.

presentes nas narrativas documentais de Cecilia e Pórcia compõem, em geral, alteridades familiares a elas, tanto no sentido genealógico quanto no sentido de comum. A alteridade aqui, portanto, é um marcador escorregadio de semelhanças e diferenças restritas. Amparadas em suas interações com múltiplos pares, sobretudo intelectuais, as narrativas de Cecilia e de Pórcia estabelecem tramas de distâncias e pertencimentos variados, segundo os quais se elaboram relações do tipo "eu" e "ele/a", "eu" e "eles/a" ou "nós" e "eles/as", etc (ELIAS, 1980, p. 142). A produção dessas redes abordo ao longo desse e do próximo capítulo.

A expectativa de um destinatário, isto é, de um leitor externo interessado nos conteúdos arquivados, é igualmente central. A referência a um leitor/a, imaginado ou não, orienta a forma e o conteúdo do arquivo, pois é a ele/a que se destinam as memórias tramadas na documentação[34] (ARTIÈRES, 1998, p. 32). Neste sentido, a expectativa de consulta ao arquivo pessoal, a seus objetos e narrativas, orienta a montagem do próprio acervo. Esses leitores/as podem ser tanto idealizados quanto indivíduos em específico, tais como colegas de trabalhos, familiares ou amigos/as. Mesmo nesse último caso, não se trata de um leitor/a que, necessariamente, esteja citado/a nos documentos, mas, sim, de alguém que represente o sentido da existência e conservação daquele acervo e, sobretudo, daquelas memórias. O cerne da questão está, pois, no sentido que essas individualidades assumem para o portador/a dos documentos e, mais especificamente, para a formulação de suas narrativas de memória (POLLAK, 2010). Mais uma vez, se reforça a dimensão da interação social na elaboração de acervos pessoais.

A dimensão do/a leitor/a está, com efeito, ligada ao local de depósito dos documentos. No capítulo anterior, interpretei o sentido do arquivamento dos acervos de Cecília e de Pórcia no DEAP e IHGPR. Lancei luz as relações que emprestavam significado institucional ao depósito de seus conjuntos documentais nesses arquivos. Não apenas as instituições ressignificaram e produziram consagrações as suas memórias pessoais, como elegeram públicos leitores ao vincularem, elas mesmas, sentidos sobre si e sobre o abrigo desses conjuntos documentais em suas dependências. Em reciprocidade, tanto Cecília quanto Pórcia produziram narrativas de si coerentes aos escopos do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico, respectivamente. Esta coerência possuía, para elas, sentido e interesse pessoais, à medida que institucionalizou e publicizou suas memórias e suas composições de si.

34 Sobre isso, é interessante observar como eu me situo enquanto leitora dos acervos de Pórcia e Cecília. Como visto, a organização de um arquivo pessoal empenha-se por um leitor/a, conforme o qual orienta a publicização de sua imagem. Eu, além de usuária ativa dos referidos arquivos, pesquiso os próprios acervos de Pórcia e Cecília. Creio, nesse sentido, que minha investigação não apenas realize a expectativa da leitura externa, como efetive, pois, o sentido da existência desses arquivos, ao consultá-los, examiná-los e produzir compreensões sobre seus significados. Isto é, ao decompor e escrutinar a montagem desses arquivos, eu afirmo e fortaleço a sua resistência ao tempo. Pesquisar os acervos materializa, pois, as intenções que mobilizaram suas criações.

Se a expectativa de leitura incide sobre a organização das próprias narrativas, há o desafio de perceber em que momento, se o houve, a prática cotidiana de conservação ultrapassou a mera guarda de papéis e se inscreveu em uma intenção propriamente autobiográfica (ARTIÈRES, 1998, p. 22). Embora eu não tenha informações sobre isso em relação à Cecília e à Pórcia, a importância de atinar a essas camadas de interação está, pois, na percepção das condições sociais da produção de arquivos pessoais e, nesse sentido, à confecção de memórias através dos registros transmitidos (GUERIOS, 2008). Não se tratam apenas de constrangimentos materiais e concretos, como da produção da duração do eu no tempo, ou seja, da perenidade da própria vida. Segundo quais critérios contar, em público, sua trajetória? Com efeito, as organizações documentais de Cecília e de Pórcia destacaram redes de interdependência dotadas de sentidos retrospectivos e pregressos, nas quais estiveram em jogo não apenas o testemunho de suas vinculações a determinadas configurações sociais, como suas próprias maneiras de compreender a si próprias enquanto acadêmicas. Essas ligações, em meu entendimento, podem ser tanto melhor compreendidas quanto maior clareza houver em relação à seleção documental.

No bojo dessa ideia, busco elucidar o quanto essa aproximação a outros nomes com o intuito de falar de si, isto é, de apresentar sua vida na forma de seu arquivo, é relativa à produção de uma reflexão sobre si ancorada na identificação com outros atores. As lembranças empíricas conservadas em seus acervos acentuam pertencimentos face a variadas redes de atores. Através dessas conexões e, em certos casos, desconexões, as professoras produziram suas narrativas colocando-se relativamente a outros personagens enquanto marcadores de suas trajetórias. Não se trata, contudo, de uma revisão racionalista da própria vida, na qual se gestaria o passado puramente a fim de manipular as compreensões dos efeitos futuros e, sim, da escolha por acentuar determinados engajamentos a despeito da miríade de acontecimentos nas quais elas transitaram. Daí a importância de considerar a acumulação documental, ou seja, de apreender as formas, bem como os efeitos, produzidos pela feitura de seus acervos.

Creio que a ideia de *gestão da memória* de Michel Pollak (1989) ofereça, nesse sentido, uma alternativa ao exame da produção de memórias em arquivos pessoais. Trata-se de uma compreensão relacional dos processos de rememoração, pois embora a memória seja elaborada em relação à intenção pessoal daquele/a que narra, refere-se a um processo pelo qual uma pessoa redefine a si e aos outros simultaneamente. A confecção da memória de um indivíduo seria, assim, mediada por conflitos, contradições e interesses variados acerca de sua própria história, na qual se busca gestar duplamente a memória sobre um evento: em relação ao tempo pretérito e ao tempo presente, aos atores do passado e aos atores do presente. Dessa perspectiva, as experiências do silêncio ou

fechamento sobre um tema são de igual interesse, a medida em que, não raramente, resultam de um entendimento pessoal sobre as razões de narrar e transmitir a própria vida face as possibilidades de compreensão de um evento - sobretudo acontecimentos traumáticos instigariam o silêncio como condição de comunicação (POLLAK, 1989, p. 14). O elemento a que se atina, assim, é à dimensão social da memória, mesmo a nível individual. Longe de ser apenas um exercício de pensar o passado, a reconstrução da própria memória é um processo também de "Reconstrução de si mesmo [pelo qual] o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros" (idem, p. 13).

O recurso à ideia de gestão da memória na compreensão de processos de seleção documental em acervos pessoais acentua sua dimensão autobiográfica. O uso da etnografia em arquivo como método para compreender os ordenamentos retrospectivos, bem como a urdidura de coerências e continuidades entre certos eventos lança maior luz aos processos de gestão da memória individual ou, pelo menos, à intenções de reforço a determinados acontecimentos e redes de atores. Isto é, os documentos que restam, que se conservam, respondem em parte a uma lógica de intenção autobiográfica, segundo a qual se restituem as relações sociais nas quais o ator tomou parte ao longo da vida. Do mesmo modo, aquilo que não se conserva[35] é subsumido da narrativa sobre a própria trajetória. Nesse sentido, "O esforço de manter em segredo a coleção é apenas uma tentativa de anular ou neutralizar sua natureza visceral de enunciado [autobiográfico], suprimindo pela violência as redes de interação" (MENESES, 1998, p. 97).

Com efeito, minha intenção é tomar a seleção documental como parte fundamental dos processos de gestão da memória individual em acervos pessoais. Reconheço, contudo, os limites e perigos dessa abordagem, uma vez que Pollak a construiu a partir do exame das narrativas de vida compostas pelas próprias pessoas em situação de entrevista. Em meu caso, trata-se de perceber o arquivo pessoal como uma intenção autobiográfica e, não necessariamente, uma autobiografia *stricto sensu*. No acervo pessoal, elaboram-se narrativas sobre si e sobre os outros, porém a partir de objetos nem sempre confeccionados pelo/a portador/a – como atas, convites, propagandas e bilhetes, mas que são, ao mesmo tempo, dotados de um novo sentido na organização e objetivação do arquivo pessoal, sobretudo no espaço público. Essa tensão e mediação pelo papel compromete, em certo sentido, a abordagem que proponho, embora não invalide-a. Como demonstro, a seleção documental opera como uma gestão da memória de si, uma vez que, a partir dela, se elaboram narrativas sobre a própria vida e acerca das relações com os outros, ao mesmo tempo em que demais eventos, sentimentos e pessoas são passados ao largo da construção do acervo. Os documentos selecionados testemunham as interações vivenciadas pelos atores ao longo do tempo e

35 Nem tudo aquilo que resta ou se exclui é produto de uma ação intencional e dotada de sentido para o ator.

acentuam, nesse sentido, os engajamentos e as distâncias entre determinadas pessoas e redes de interdependência.

O principal desafio no emprego da ideia de gestão da memória refere-se, contudo, à outra questão. Sua construção esteve marcada pelas condições dos sujeitos de pesquisa de Pollak (2010, p. 10): mulheres sobreviventes de campos de concentração nazistas que aceitaram narrar sua experiência 40 anos depois da Segunda Guerra Mundial. Ao ouvir seus relatos, Pollak observou um conflito entre as lembranças das entrevistadas e aquelas veiculadas pelas associações de judeus deportados da Segunda Guerra. À época da pesquisa, as associações judaicas haviam oficializado uma memória coletiva acerca do nazismo e da perseguição aos judeus que, institucionalizada, atuava como uma força exterior sobre os testemunhos das sobreviventes, pressionando-os em uma mesma direção, enquadrando-os (POLLAK, 1992, p. 209). Os laços entre os sobreviventes dos campos, assim colocados pelas associações, eram as vivências de uma mesma experiência traumática, cuja unidade de sentido se apoiava em um dever por relatar, em conformidade ao testemunho oficial, a vida nos campos (POLLAK, 1989, p. 09).

Nesse registro, a defesa dos interesses judaicos no pós-guerra tanto incidia sobre a memória pública acerca dos campos de concentração quanto transformava as lembranças individuais, constrangidas pelo testemunho oficializado, em deveres de memória. Em situações limite como essa, a vergonha, o medo e o desejo por reparação catalisam a formação de comunidades de sobreviventes e, por conseguinte, a oficialização da memória sobre um evento, a medida em que discordâncias sobre o passado podem suscitar dúvidas sobre a credibilidade das experiências narradas. O individual e o coletivo não estão, contudo, necessariamente em oposição, apenas apresentam ideias e perspectivas diferentes sobre um mesmo evento (POLLAK, 2010, p. 12). Há, em verdade, uma grande variedade de conexões e circulação de ideias entre as pessoas que vivenciaram um mesmo acontecimento, organizadas em grupos ou não. O problema se põe na possibilidade das lembranças individuais revelarem fissuras na narrativa oficial, de confessarem outros detalhes, de acrescentarem transgressões e faltas, enfim, de comprometerem a integridade e a confiabilidade do relato oficial.

A esse processo de oficialização da memória coletiva, Pollak (1989) denominou *enquadramento da memória.* Tratam-se de práticas de controle das memórias, nas quais estão em jogo a produção de um relato coeso sobre os eventos vivenciados (idem, p. 12). O processo de oficialização da memória coletiva pressiona, pois, as experiências individuais em depoimentos coerentes e concordantes entre si. As discordâncias, contradições e negações entre os testemunhos

assumem o estatuto do silêncio, fragmentados entre a própria experiência e a publicização oficializada da memória do evento (POLLAK, 2010, p. 11). O enquadramento, por sua vez, resulta tanto mais efetivo quanto mais se beneficiar de lugares da memória, especialistas e recursos para sua manutenção enquanto versão factual do acontecimento. É na clivagem entre objetivo e subjetivo, oficial e subterrâneo e memória e silêncio que se opera, pois, a gestão da memória individual (POLLAK, 1989, p. 10).

O silêncio é, para Pollak (2010), a marca dessa gestão, uma vez que coloca a escolha pela comunicação e pelos ouvintes no presente – tempo do relato. Comunicar na atualidade um evento do passado é, nesse sentido, um voto sempre renovado de intenções de transmissão e expectativas de escuta. Sem significar de imediato o esquecimento, as reticências sobre um tema anunciam a profundidade do problema colocado, cindido entre a experiência, os ouvintes, a oficialidade e o tempo. E é aqui, justamente, que está a dificuldade da aplicação da ideia de gestão da memória em arquivos pessoais. A quais processos de enquadramento é possível relacionar as gestões da memória de Cecília e de Pórcia?

Tenho argumentado pela centralidade da intenção autobiográfica em acervos pessoais. Mais do que uma neutra individualidade, a intenção autobiográfica pressupõe o situar da própria trajetória em tempos e lugares face aos quais são reconstruídas relações com outras pessoas, instituições, ideias e acontecimentos. A confecção do eu no arquivo implica, nesse sentido, uma gestão da própria memória, ao revolver interações pretéritas e efetuar escolhas quanto a publicizar ou silenciar partes da própria história. Com efeito, trata-se de perceber o arquivo pessoal como a história de uma vida, porém contada a partir de lembranças empíricas tornadas matéria-prima da memória. Embora Pollak situe a ideia de gestão da memória a partir de relatos de história de vida, a intenção autobiográfica oferece, a meu ver, condições suficientes para o exame de narrativas sobre a própria trajetória. Não obstante, meu trabalho etnográfico nos acervos de Cecília e de Pórcia fundamentou um conhecimento complexificado das relações entre elas, como proprietárias, e seus acervos, suas seleções documentais, os depósitos em instituições, as categorizações documentais, os acessos e os leitores/as. Examinar essa amálgama proporcionou, pois, um olhar analítico sobre o sentido de arquivar e publicizar a própria vida. Nesse sentido, não apenas os objetos transmitidos e as relações que eles permitem inferir incidem sobre a tarefa da memória, como o conjunto destes elementos constitui a forma da gestão da memória em arquivos pessoais.

A relação dos arquivos de Cecília e de Pórcia com a ideia de enquadramento da memória exige, pois, uma elaboração mais complexa. Por questões de clareza, a realizarei no próximo

capítulo. Antes de a efetuar, portanto, produzo uma cartografia dos documentos sobre a FFCLPR presentes nos acervos de Cecília e de Pórcia, atinando as organizações conforme as quais elas marcaram aqueles papéis no contexto da publicização de suas trajetórias acadêmicas. Creio que essa ordem torne o exame do enquadramento da memória mais interessante não apenas analiticamente, quanto para o próprio leitor/a. Pois, pouco a pouco, se revelam contrastes entre as lembranças da FFCLPR nos acervos de Cecília e de Pórcia e, com isso, fissuras quanto as possibilidades de haver uma memória homogênea sobre o trabalho intelectual na Faculdade.

Começo pelo Fundo Cecília Maria Westphalen.

2.1. Cecília, a especialização como poder

Compreender o Fundo Cecília Maria Westphalen foi uma tarefa árdua. Composto por mais de 100 caixas e sem dispor de uma catalogação ou sequer de uma orientação temática, a leitura dos documentos e a procura por lembranças da Faculdade transformou meu campo etnográfico em um trabalho vertiginoso. Essas condições me alarmaram de início. Pois não era possível ter ideia, sequer, se havia documentos sobre a FFCLPR e, posteriormente, se aquilo que consultei era suficiente ou se havia mais para ser lido. A impossibilidade de conhecer panoramicamente o acervo me levou, pois, a produzir uma estratégia de leitura: eu fotografei todos[36] os documentos referentes ao intervalo entre 1950 e 1980 e, eventualmente, 1990. A intenção era ganhar tempo e, com isso, consultar o máximo de caixas possíveis, deixando a leitura fina dos documentos para depois. Naturalmente, eu os lia antes de fotografar e, com isso, sabia o que coletava como material de pesquisa. Após mais de um mês de campo, considerei haver informações em volume suficiente para análise e encerrei as idas ao Arquivo Público. Ao todo, foram 931 páginas de documentos fotografadas.

Ao analisar os documentos coletados, 121 me interessaram em especial. Esses documentos cobrem, pois, um período de 1942 a 1978, em que grosso deles se refere aos anos entre 1958 e 1963. Na tabela 1, em apêndice, os organizei em um planilhamento geral[37]. Os distingui em 32 categorias temáticas, tais como discursos e solenidades, envio de publicações, correspondência

36 À exceção das fotocópias de livros, artigos e documentos históricos presentes no acervo de Cecília.

37 A nomenclatura que emprestei aos documentos nessa tabela (e também na de Pórcia, apresentada à frente) é, com efeito, amadora e não reflete as normativas de catalografia do Arquivo Público e de organização de acervos, em geral. A elaborei com a finalidade de oferecer, ao leitor/a, uma visão geral dos documentos que formam a base do meu argumento.

pessoal, currículos, entre outros. Além disso, separei-os por ano. Há, assim, uma visão panorâmica das 35 caixas consultadas no arquivo de Cecília, a partir da qual é possível atinar as atividades e períodos de exercício de maior intensidade em sua trajetória segundo esse recorte. Com efeito, há uma concentração de 74 documentos entre 1958 a 1963, dispersos sobretudo entre as categorias solicitações de licença, relatórios de atividades do DEHIS, ofícios, regulamentos e circulares do DEHIS, ofícios, portarias e circulares da FFCLPR, correspondência internacional e envio de publicações. É interessante notar o rareamento desse volume documental nos anos seguintes: 1965, 1966 e 1968 marcam anos sobre os quais não havia quaisquer documentos. Desde 1964, porém, há uma diminuição progressiva no número de artigos sobre a FFCLPR conservados anualmente[38].

Do período entre 1958 a 1963, no qual focalizo minha análise, considerei apenas uma correspondência como de caráter pessoal. Trata-se de uma carta de quatro páginas enviada por ex-aluno em 1962, na qual ele agradece profundamente à Cecília pela indicação a um cargo na repartição de Trabalho Social Rural em Santa Catarina[39]. À exceção desse documento, o grosso do material do período trata de temas relativos à FFCLPR ou a atividades intelectuais, paralelas à docência. Essencialmente acadêmica, a documentação coletada nas 35 caixas revela tanto o meu recorte de pesquisa quanto a configuração do Fundo. Isto é, embora meu interesse incidisse sobre a coleta de dados, tampouco havia materiais não acadêmicos em quantidade. Apenas circulares, pareceres, regulamentos, nomeações, relatórios e ofícios somam, entre 1942 e 1978, 37 documentos. Meu interesse em coletar tais documentos esteve tanto no revelar de uma intensidade de atividades, quanto na percepção do conjunto de interações e alianças tecidas por Cecília na FFCLPR. Pois embora sejam documentos formais e muitos deles protocolares, há especificidades na redação, na forma de elaborar os pedidos e solicitações que, a meu ver, permitem deslocar a atenção do puro conteúdo para as nuances, tais como remetente, destinatário e destaques do texto.

O exame que se segue foi amplamente baseado em documentações desse tipo. A compreensão do material, por sua vez, se efetivou a partir de uma grande quantidade de perguntas feitas não apenas aos conteúdos dos documentos, como as suas condições de produção. E, como é visível na Tabela 1, embora nem todos os documentos sejam sobre a Faculdade, há uma expressiva quantidade de materiais protocolares, isto é, de correspondências profissionais, organizações de eventos e associações, contratos, diplomas, nomeações e efetivações em cargos públicos. Um conjunto bastante específico de documentos, a encerrar a trajetória de Cecília entre fronteiras

38 À exceção de 1976, ano de falecimento de Pylades Westphalen, pai de Cecília. Nessa ocasião, Cecília recebeu cartas de condolências.

39 Caixa 3, pacote 1. Carta de Victor Gardolisnki a Cecília em 17 de julho de 1961, remetida de Florianópolis. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

institucionais. Nas 35 caixas analisadas, não encontrei uma narrativa sobre sua família e amigos; tampouco seu relacionamento com Altiva estava presente. Entre os 121 documentos selecionados, apenas quatro se referiam a sentimentos, lembranças e desejos sobre o futuro: um elogio a atuação escolar de Cecília em 1942, uma carta de ex-aluno em 1962 e duas cartas a amigas em 1976. A considerar, pois, que dessas seis correspondências nenhuma foi remetida ou destinou-se a familiares ou à Altiva, bem como apenas duas foram redigidas por Cecília, creio que a historiadora desejasse proteger a exposição de seus afetos.

Assim, além de uma discussão entre espaço público e espaço privado, estes documentos de Cecília tensiona racionalidade e afeto, compreendendo-as enquanto dimensões não redutivas ou homólogas ao público e ao privado, respectivamente. No caso de Cecília, sua vida "privada" foi permeada pelas atividades que ela desenvolveu no espaço "público" e vice-versa. Seu relacionamento com Altiva, por exemplo, é revelado aos poucos em suas correspondências. Nessas, Cecília a nomeava sempre como professora Altiva, isto é, lançava mão de uma formalidade e titularidade do ambiente de trabalho, embora relatasse em suas cartas causos do cotidiano delas – nem sempre vinculados à FFCLPR, como viagens e projetos acadêmicos. O mesmo se passou com o endereço residencial de ambas. Seus formulários de solicitações de verbas continham, cada, um endereço distinto, relativo à moradia de cada uma. Porém, em carta redigida à FFCLPR, Cecília solicitou que as correspondências e materiais de Altiva fossem remetidos, a despeito de seu endereço "oficial", à casa de Cecília. Tal indica, pois, que as historiadoras moravam juntas. O que se destaca é, para além da confidencialização da sua sexualidade, um claro borrar de fronteiras entre o espaço do público e do privado. No caso da troca dos endereços, observa-se como aquilo que é tomado como relativo à vida privada é lançado ao ambiente do trabalho, configurando suas relações desde a perspectiva da vida íntima.

Ao privilegiar sua carreira acadêmica, a seleção documental das 35 caixas analisadas acentua o êxito profissional de Cecília, reforçando um sentido de ascensão em sua vida. Esses documentos projetam sua vida como guiada por uma ambiciosa racionalidade, na qual escolhas e fins predestinados caminhavam juntos: a formação, por ela, de um centro de excelência em pesquisas históricas. A dimensão dos afetos esteve, por outro lado, subsumida a essa narrativa racional. Isto é, parece ter havido uma opção por distinguir os feitos de sua carreira em detrimento de qualquer perspectiva sentimental, vinculada seja ao espaço "público", seja ao "privado" - não há, por exemplo, relatos de seu tempo de graduação, depoimentos de amizades no DEHIS ou mesmo

recordações familiares[40]. Desde essa perspectiva, os documentos examinados no Fundo Cecília Maria Westphalen sublinham os limites do entendimento dos arquivos pessoais como espaços de conservação da vida privada, íntima e sentimental, sobretudo ao narrar sua vida desde o ponto de vista de sua trajetória profissional. Cabe destacar aqui haver, naturalmente, conexões entre racionalidade e mundo público e sentimento e vida privada. No entanto, em minha pesquisa o acervo de Cecília tanto entrelaçou o público e o privado quanto afastou desses âmbitos as narrativas de cunho afetivo. No mesmo sentido, não apenas a expressão dos sentimentos esteve minimizada, como a racionalidade é um recurso explicativo da própria intimidade. Ao longo da presente seção esclareço esse argumento.

Sem perder de vista, pois, as circunstâncias próprias ao meu trabalho de campo e o recorte implicado pela leitura das 35 primeiras caixas, discuto agora três critérios de eleição documental do fundo Cecília Maria Westphalen, tomados e interpretados em relação a seus nexos com a FFCLPR: *racionalidade e destino, individualidade* e *trabalho exaustivo.* Antes, contudo, é necessário pontuar uma questão. Ao falar em critérios de acumulação, seja do acervo de Cecília, seja do de Pórcia, é preciso admitir que eles certamente mudaram ao longo do tempo, sobretudo ao tratar-se da extensão de uma vida. A considerar o arquivamento como uma ação de memória, é necessário compreender o embate que ele significa entre passado e presente, isto é, entre o tempo do acontecimento, da manutenção do conjunto documental e da doação do acervo. A quantas revisões o arquivo de Cecília passou até chegar a forma do acervo depositado no DEAP? Em sua juventude, é possível que Pórcia tenha descartado documentos que, quando mais velha, gostaria de ter conservado? Existiu um momento em que ambas organizaram seus arquivos especificamente para a doação e, para tanto, os revisaram? Embora sem respostas, essas perguntas permanecem ativas ao fundo da reflexão, sinalizando as transformações e interesses acionados no arquivamento da própria vida. A razão, portanto, de debater os critérios de eleição documental não está em esgotar os significados da ação de arquivar e, sim, em escrutinar retrospectivamente o acervo. Pois sua montagem final, ao acentuar temas e personagens, possibilita mapear filtragens na acumulação documental. Interessa aqui, pois, compreender esse jogo entre o interesse de publicizar a própria trajetória ao final da vida e a conservação de documentos ao longo do tempo, admitindo que o sentido dessa conservação se transformou constantemente.

40 Como notado pelo professor Rafael Benthiem, membro da banca de defesa deste trabalho, o Fundo Cecília Maria Westphalen conta com um extenso acervo fotográfico. Eu, porém, não tive acesso a esses materiais e tampouco soube de sua existência quando estive em trabalho de campo; motivo pelo qual não considero tais objetos em meu argumento.

Racionalidade e destino

Preponderantemente, minha consulta documental no Fundo Cecília Maria Westphalen frisou a tematização de materiais relativos a estudos ou trabalhos. Nesses, foi possível observar a produção de nexos através das ideias de sucesso e de esforço profissionais. Com efeito, havia uma forte referência a escolhas racionais em sua trajetória acadêmica - aqui me refiro aos tipos de ação tipificadas por Max Weber (2012) como racionais com relação a fins ou a valores, isto é, aquelas nas quais o sentido da ação é estabelecido mediante a reflexão entre meios e fins ou orientada racionalmente por valores. Em vez de tomar essa racionalidade como o sentido do acontecido, embora não a negue enquanto tal, interpreto-a como uma dimensão da acumulação documental de Cecília. Destaco, assim, a construção de uma memória sobre a própria vida amparada em uma documentação empírica cujos temas salientaram uma narrativa de ascensão pelo trabalho individual, mas não solitário – discuto a seguir.

Como destaquei anteriormente, documentos de tipos protocolar, programático ou institucional são maioria nas 35 caixas do acervo de Cecília. Dos 121 documentos elegidos para análise, 80 são dessa qualidade e 41 de variedade mais livre, porém não necessariamente informais, tais como cartas, discursos e bilhetes. Ao selecionar esses documentos, Cecília inscreveu, em simultâneo, uma linearidade profissional na qual se narram, a despeito dos conflitos e alianças, bem como das transformações e permanências, explicações a longo prazo de sua centralidade para diversas atividades intelectuais. Naquilo que me interessa, é possível interpretar como o acervo de Cecília produziu informações sobre sua relevância e indispensabilidade face a três horizontes, que se sucedem no tempo: o Departamento de História, o Programa de Pós-Graduação em História e a própria Universidade Federal do Paraná. Nesse sentido, o Fundo Cecília Maria Westphalen reforça o entendimento dos arquivos privados como espaços de consagração da própria individualidade, nos quais o sentido da acumulação documental espelha a compreensão histórica que o ator tem de si próprio.

A fim de clarificar esse critério de acumulação documental, discuto a seguir a inclusão e a omissão do livro Pequena História do Paraná na narrativa profissional de Cecília.

***

Em discurso de 1978[41], Cecília relembrou o início de sua amizade com Brasil Pinheiro Machado. A ocasião era a entrega de uma solenidade acadêmica, pela UFPR, ao historiador. Disse ela,

> No início de 1947, eu me aproximava, na Sala da Congregação, do Professor perante o qual deveria prestar o meu exame oral no Concurso de Habilitação, para ingresso na Faculdade de Filosofia.
>
> Acreditem todos, eu era uma adolescente em pânico, pois o Examinador era nada menos que Brasil Pinheiro Machado, homem público que ocupara as manchetes dos jornais curitibanos durante todo o ano de 1946.
>
> A primeira pergunta foi aterrorizante e paralisou-me "Como era o nome da mãe de Dom João, o Mestre de Avis?"
>
> Eu sabia, certamente, quem fora o Mestre de Avis, mas não sabia por nada neste mundo, nem do outro, o nome de sua mãe.
>
> Silêncio da aluna e do professor. Calmamente, ele tirou e acendeu o cigarro. Fumou. Depois de alguns segundos, disse "Não sabe mesmo? Ótimo, pois se soubesse é que estaria errada" (DISCURSO...,1978, p. 01).

À época da solenidade, Cecília somava 28 anos de docência na UFPR e era reconhecida tanto como um dos grandes nomes tanto da Historiografia Brasileira quanto da História do Paraná. No ano da homenagem a Pinheiro Machado, Cecília estava empossada como diretora do SCH e, ao final do período no cargo (1980), concorreria à reitoria da Universidade. Seu discurso a Pinheiro Machado, portanto, enunciava não apenas um saudosismo como afirmava um antigo e forte reconhecimento entre ambos historiadores.

A lançar mão da concepção braudeliana de história, Cecília pontuou "[...] Três permanências, de uma história de longa duração, na qual está para sempre inserido o nome de Brasil Pinheiro Machado" (DISCURSO..., 1978, p 02): a restauração da Universidade do Paraná em 1946, a reintegração do território do Iguaçu ao Paraná e, finalmente, a elaboração do modelo teórico de escrita da História do Paraná. Com atenção, narrou a indispensabilidade do professor em cada um dos eventos, alçando-o a uma posição de importância. Em especial, em relação a seu trabalho como historiador, Cecília salientou a publicação do artigo Esboço de uma Sinopse de uma História do Paraná (1951), no qual delineou um "[...] Modelo teórico pelo qual temos podido penetrar e conhecer a história das comunidades paranaenses" (idem). Discuto o Esboço adiante.

Com efeito, esse herói da História do Brasil era o professor que lhe ensinou, à altura dos exames orais, sua primeira grande lição, "Aquela do conceito de História, não circunscrito ao

41 CAIXA 1, PACOTE 1. Discurso de 19 de dezembro de 1978, por ocasião de entrega de solenidade acadêmica entregue ao professor Brasil Pinheiro Machado pela UFPR. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

contingente, ao circunstancial, ao fático, da História somente de nomes de personagens célebres e de efemérides comemorativas de magnos acontecimentos" (DISCURSO..., 1978, p. 01). Adianto desde já os esforços de Cecília em produzir uma unidade de sentido entre sua trajetória acadêmica e as concepções de História de Pinheiro Machado e Fernand Braudel. Cecília, efetivamente, organizou sua fala em termos de uma narrativa histórica de longa duração, fundamentada em permanências, ao mesmo tempo em que acentuou, além de eventos da História do Brasil do Paraná, a centralidade do modelo teórico proposto por Pinheiro Machado para a historiografia local. No auge de sua carreira, a professora não dispensava, pois, seus vínculos com o historiador paranaense e tampouco com o intelectual dos Annales. Compreender a confecção dessa mediação é, pois, uma chave de entendimento à elaboração de Cecília sobre si enquanto intelectual, bem como ao sentido da sua acumulação documental em um registro entre destino e racionalidade.

O primeiro trabalho formal de Cecília foi o livro didático Pequena História do Paraná, escrito por encomenda do estado para o 1° Centenário de Emancipação do Paraná em 1953 (MACHADO, 2016, p. 69). Na obra, Cecília propôs uma compreensão do desenvolvimento do estado conforme as orientações historiográficas do texto Esboço de uma Sinopse de uma História do Brasil do Paraná[42] (1951), de Brasil Pinheiro Machado (idem, p. 70). O Pequena era, pois, um esforço de didatização da história do Paraná para crianças; ao final de cada capítulo, havia questões e figuras a serem empregadas no ensino de História. As fontes do trabalho, por outro lado, foram os livros de ilustres historiadores paranaenses, como Romário Martins e Rocha Pombo. A referência central ao livro foi, porém, o texto de Pinheiro Machado.

O historiador, que fora seu avaliador à entrada na graduação e, à altura da escrita do Pequena, era seu colega de trabalho na FFCLPR, propôs em seu Esboço uma maneira de se pensar e realizar a escrita da história do Paraná. O Esboço era, pois, um roteiro de pesquisa no qual estavam elencados 22 pontos básicos à escrita da história do estado[43]. Pinheiro Machado entendia as histórias regionais, chamadas de células fundamentais, como a história interna do Brasil, em um processo de justaposição de histórias aos moldes de Von Martius (MARCHETTE, 2013, p. 37-38). Cada porção regional do território nacional responderia a múltiplos estímulos, locais ou não - tais como política, guerra e culturas alimentares, de modo a produzir sua própria expansão. Rapidamente, o texto

42 Machado, então membro do IHGPR, elaborou seu texto a pedido do Instituto para o Centenário de Emancipação do Paraná. Com efeito, o pensou como roteiro de escrita aos demais membros do IHGPR. Cada membro se responsabilizaria por um dos pontos, de modo que, à altura das comemorações do Centenário, um livro sobre a história do Paraná estivesse pronto. O projeto não se realizou, mas a publicação do Esboço foi feita em 21 de julho de 1951 no Boletim do IHGPR (MARCHETTE, 2013, p. 37).

43 Por exemplo, capítulo 1: Os Primeiros Estabelecimentos Portugueses no Sul do Brasil; capítulo 5: Transformação do Paraná pela Abertura de Estradas; capítulo 8: Processo de Autonomização da Então Província; capítulo 9: Conquista da Terra Pelo Proprietário Privado; capítulo 14: História da Revolução de 1894, entre outros.

tornou-se uma referência para a historiografia paranaense e reforçou a já estimada posição intelectual do historiador (idem).

Com efeito, Pinheiro Machado elaborou a reflexão que, dois anos depois, serviria de base ao primeiro trabalho publicado de Cecília. Por sua vez, o Pequena História do Paraná marcou a primeira aplicação do modelo historiográfico do professor. Com isso em mente, observo como o discurso de Cecília de 1978 realçou uma interação entre ela e Pinheiro Machado em período anterior, em 1947, sem qualquer menção à escrita do livro de 1953. Como visto, a historiadora elegeu a publicação do Esboço como um evento importante da história do Paraná, além de ter, por diversas vezes, cruzado sua trajetória a do professor. Ao escolher o que narrar, Cecília privilegiou contar uma espécie de mito de origem, no qual destacou um vínculo de base, primordial, entre ela e um dos maiores nomes da historiografia paranaense: Brasil Pinheiro Machado.

Efetivamente, o Pequena foi praticamente suprimido das 35 caixas consultadas no acervo de Cecília. Para além, desapareceu de seus currículos, de sua bibliografia publicada e de suas entrevistas durante as décadas de 1970 e 1980, retornando apenas em memorandos após sua aposentadoria, em finais dos anos 1990[44]. Soa, pois, como uma mancha em sua carreira ou como um "Pecado de juventude" (MACHADO, 2016, p. 76). O sentido desse ocultamento está, a meu ver, relacionado aos laços intelectuais estabelecidos por Cecília após suas viagens para Alemanha e França. Como apontei no capítulo 1, a possibilidade de se inscrever em uma corrente intelectual internacional de excelência e de, com isso, compartilhar um métier histórico com intelectuais renomados exigia um esforço anterior, qual seja, o de produzir as próprias condições para a pesquisa em História no Brasil. Estava em jogo, pois, um tenso equilíbrio entre a institucionalização da História e o oferecimento de uma compreensão do ofício intelectual. Grande parte de seus esforços laborais pós-1959 se explicam nesse cruzamento, isto é, entre se engajar em redes intelectuais estabelecidas e, ao mesmo tempo, construir núcleos de excelência em História no Brasil.

Uma correspondência enviada por Cecília a Braudel em 1962 é particularmente clara quanto a isso. O início da carta foi marcado por uma sutil cobrança. Cecília dizia ter escrito ao professor em 1959, porém sem resposta. Aguardou, então, até que houvesse "Alguma cousa de positivo para contar[-lhe]" (1962, p.1). Objetivamente, Cecília esperou por três anos até submeter nova carta ao intelectual. Na redação da missiva, Cecília posicionou-se como uma colaboradora internacional de Braudel, ao informar-lhe tanto o estado da institucionalização do ensino e pesquisa em História nas

44 Caixa 21, pasta 26. Roteiro de entrevista enviado por Claudia Alberti, Emilene Novak e Simone Cortiano, alunas da graduação em Pedagogia da UFPR, para Cecília em 18 de setembro de 2002.

universidades brasileiras quanto seus trabalhos pessoais como historiadora. Afirmou, pois, haver isolamento dos professores de história no Brasil, mas que os contatos estimulados por seu intermédio ajudaram a estreitar laços acadêmicos, cujos resultados mais acabados seriam o Simpósio de Professores Universitários de História e a associação dos Professores Universitários de História. Ao final, acentuou a fundação do DEHIS e as atividades ali desenvolvidas, em notável referência a seu próprio trabalho. Ao despedir-se, contudo, acrescentou, "Em suma, quero dizer-lhe que, embora distanciada, tenho procurado seguir as lições e, sobretudo, as orientações metodológicas que recebi naquelas poucas semanas que passei na 6ª Sessão, junto ao prezado professor, ao Prof. Chaunu e outros" (idem, p. 3).

Com efeito, essa correspondência destaca a importância do estágio na École e, sobretudo, da proximidade a Braudel na formação e expectativas intelectuais de Cecília. Nesse sentido, é possível falar em uma transformação de sua autopercepção após as referidas viagens. Embora Cecília tenha passado apenas três semanas na 6ª Sessão da École e seis meses na Köln Universität, em seu acervo é a vinculação à França que se destaca, sobretudo como lócus de redefinição de sua trajetória profissional. Aqui, o importante é notar como essa redefinição se opera tanto no presente quanto no passado, à medida que enseja uma recombinação dos fatores que lhe impulsionaram até aquele momento (1978, ano do discurso a Pinheiro Machado), sendo um deles O Pequena História do Paraná. Com efeito, considero como sua interação nas redes intelectuais francesas promoveu uma reavaliação da sua produção como critério de sua própria aderência. Sua transformação rumo a uma intelectual de prestígio exigia, pois, um currículo à altura, e o Pequena, livro didático escrito sob encomenda, não parecia adequar-se à proposta dos Annales. Para além, creio serem as próprias condições de escrita do livro, fundamentado em um modelo teórico-metodológico ainda frágil, pois nunca aplicado, e sem consulta a fontes empíricas em primeira mão, os grandes marcadores da supressão da obra de suas lembranças acadêmicas. É a sua tese, Carlos Quinto e o Império Universal, produção que lhe rendeu as viagens à Europa, que ocupa o espaço de sua primeira publicação.

A instável relação de Cecília com o Pequena reforça, pois, meu argumento, ao destacar sua racionalização acerca das lembranças de sua própria trajetória. Ao mesmo tempo, tal relação focaliza uma outra dimensão de sua acumulação documental: o destino. A retomar o discurso de 1978, observa-se como a historiadora centralizou sua relação com Pinheiro Machado desde o primeiro encontro acadêmico entre ambos, qual seja, os exames orais do vestibular. Mais de trinta anos depois, Cecília reapresentava sua carreira lançando mão dos vínculos tanto com Pinheiro Machado quanto com Braudel, equacionando-os na forma de sua trajetória. Para além, a

historiadora esclareceu ter contato, desde o início, com uma compreensão da História como evento complexo e não redutível aos grandes momentos e personalidades - explicação próxima a de Braudel. No entanto, esta é uma compreensão tardia em sua carreira, como o próprio livro Pequena História do Paraná e sua supressão demonstram. Nesse sentido, seu discurso atua como uma explicação do futuro pelo passado, apresentando-se na forma de uma narrativa impenetrável e organizada racionalmente. No auge de sua carreira profissional, diretora do Setor de Ciências Humanas da UFPR, foi esse laço primordial com Pinheiro Machado, interpretado à luz da metodologia braudeliana, que Cecília escolheu rememorar. Com efeito, esse tipo de elaboração de si escreveu o seu futuro profissional como um resultado esperado pelas condições vivenciadas no passado. A racionalidade evocada na acumulação documental de Cecília naquelas 35 caixas sinaliza, assim, tanto um controle retrospectivo da composição do acervo quanto uma intenção em formatar sua vida em direção a uma narrativa de trajetória intelectual. Ambas dimensões, naturalmente, andam juntas.

Individualidade: lembrar-se de si

Na documentação consultada, foi notável a conservação de artigos sobre a própria Cecília. Em que pese tratar-se, obviamente, de seu acervo, é ainda assim interessante avaliar a autorreferencialidade de suas lembranças. O situar-se ao centro de sua própria documentação frisa, pois, o silêncio acerca de outros/as personagens. A seletividade de sua acumulação documental acena, nesse sentido, não apenas aos aspectos próprios à sua trajetória, como ao reconhecer estrito de vínculos e proximidades a outras pessoas[45].

Como é visível na tabela 1, os documentos de Cecília elegidos em minha pesquisa são, em sua maioria, institucionais. Os seus conteúdos, por outro lado, impossíveis de serem anunciados em uma tabela, referem-se geralmente as atividades individuais de Cecília na Faculdade, tais como presença em bancas de defesa, comissões e informações de suas disciplinas, bem como as atividades que ela, em cargos de liderança, representava. Mesmo nesta última condição, Cecília não conservou documentos sobre outros/as[46], como, por exemplo, docentes do DEHIS, do qual foi chefe até meados de 1960, ou membros/as da associação de Professores Católicos do Paraná, do qual foi

45 Há que se destacar a dificuldade de Cecília em reter as cartas que ela mesma remetia. Em seu acervo, identifiquei cartas enviadas por ela a Braudel, a alguns orientando/as e a colegas historiadores, das quais há cópias em seu arquivo. A maior parte de suas correspondências era, pois, escrita por terceiros e destinada à Cecília.

46 À exceção de cartas trocadas com orientados em finais de 1970 e início da década de 1980.

presidente na gestão 1957/58. Não há, tampouco, publicações de outras pessoas, recortes de jornais sobre seus colegas de profissão e sequer documentos sobre sua família. Relembro, porém, que meu trabalho no fundo documental de Cecília baseou-se em um recorte de pesquisa e que não o escrutinei por completo. É possível que haja diferentes documentos arquivados nas caixas não consultadas. O argumento lançado aqui é, com efeito, baseado exclusivamente nas leituras das 35 primeiras caixas do acervo.

Há, pois, uma forte atenção ao seu desempenho acadêmico individual e, nesse sentido, a uma narrativa da qual se conhece apenas a sua perspectiva. É difícil desemaranhar, por exemplo, seu retorno da França e Alemanha em 1959 da promoção dos Seminários de História e da fundação do DEHIS. Pois tanto há apenas a enunciação das conexões de Cecília com ambos eventos, quanto a redação de tais documentos é produto de seu trabalho. Em outras palavras, os acontecimentos institucionais do curso de História da FFCLPR são narrados através do ponto de vista dela, não apenas por mencioná-la exclusivamente, como por serem escritos por ela empossada em cargos de chefia. Daí a importância de considerar as condições de produção dos documentos e, por conseguinte, das lembranças evocadas em seu acervo – além da própria coleta de dados.

É possível identificar, nesse sentido, a elaboração de duas formas de individualidade em seu Fundo. A primeira refere-se a uma forma de experiência solitária da vida acadêmica e a segunda, à produção de uma narrativa de indispensabilidade de seu trabalho. Nesse último caso, há uma tensão entre fabricar sua relevância para os projetos acadêmicos em História no Brasil e ao mesmo tempo determinar a importância dos próprios projetos em si. Ora domina a referência a si própria, de modo a quase subsumir as realizações institucionais ao seu nome, ora prevalece a atenção as ideias e atividades.

***

Até 1960, Cecília filiou-se a pelo menos seis instituições intelectuais, a mais variadas possíveis: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, associação de Ex-Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, *Amis de Marc Bloch*, *The Historical association*[47], Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e associação dos Professores Católicos do Paraná. O interessante dessas vinculações está não apenas na energia dispensada em manter-se ativa simultaneamente nesses centros, como também na gerência individual e solitária de

47 Caixa 21, pasta 60. Correspondência confirmando a inclusão de Cecília como membro da The Historical association, Londres em 12 de julho de 1955. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

sua adesão a essas redes. Ela mesma redigia as solicitações para as instituições, expressando sua intenção em filiar-se. Lançava mão, unicamente, da publicação do Pequena História do Paraná e de seu cargo como professora assistente da FFCLPR. Nos casos de adesão posterior a 1958, destacava seu título de docente-livre de História Moderna e Contemporânea e os estágios doutorais em França, com Fernand Braudel, e Alemanha, com Richard Konetzke – a essa altura, o Pequena oscilava entre ser suprimido em benefício da tese sobre Carlos Quinto e em ser anunciado em seu currículo.

A mesma retórica esteve presente na produção de seus vínculos junto aos consulados de França, Espanha e Itália. Cecília manteve com os órgãos contínua correspondência entre 1954 e 1957, sobretudo acerca de bolsas de estudos e grupos de pesquisa. Em alguns casos, como do consulado espanhol, Cecília ministrava voluntariamente cursos sobre a história da Espanha e, em outros, como o Consulado da Itália, participava de variadas atividades, como composição de bancas e comissões julgadoras. É digno de nota, pois, o esforço em engajar-se e, sobretudo, tornar-se notável aos olhos de variadas instituições. Em seus documentos, Cecília não mencionou quaisquer interações com outros atores nessas instituições, que poderiam ou não ter lhe aberto portas e disposto possibilidades de crescimento. Seu foco esteve, na documentação examinada, na produção de um relato ancorado em seu esforço individual.

Ao mesmo tempo, do seio dessa narrativa desponta uma contradição. Ao receber bolsas da Espanha, Alemanha e França em 1958, todas oferecidas pelos consulados dos respectivos países, sua apresentação sobre o fato é de que foi convidada a receber os incentivos e tomar parte em intercâmbios acadêmicos. Essa é a forma através da qual ela apresentou, ao Setor de Ciências Humanas e ao Conselho Técnico Administrativo da FFCLPR, seus pedidos de afastamento para viagem acadêmica. Em suas palavras,

> […] Em vista da repercussão do seu livro "Carlos V – seu Império Universal", foi convidada […] a tomar parte das comemorações que se realizarão na Espanha durante os meses de setembro e de outubro em torno do Centenário do Imperador Carlos V […]; também a *Direction Générale des Affaires Culturelles et Techniques* do Ministério Exterior da França dirigiu convite à Requerente para estagiar naquele País, junto ao eminente Professor Braudel, sem dúvida o maior historiador da França no momento […]. (REQUERIMENTO…, 1958, p. 01)[48].

Entretanto, em seu acervo não encontrei documentos convidando-a à mobilidade acadêmica e, sim, trocas de correspondências ao longo das quais Cecília tanto se informava quanto se

48 Caixa 1. Pacote 2. Carta a Moysés Lupion, governador no estado do Paraná, em 28 de julho de 1958. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

candidatava a bolsas de estudo oferecidas pelas instituições[49]. Posteriormente, os resultados eram emitidos na forma de uma carta de aceite formal, aos moldes de um convite. Salta aos olhos, pois, a redefinição de seus esforços de integração, silenciados em benefício de uma perspectiva mais exitosa, por meio da qual se insinuam reconhecimento e prestígio. O sentido da individualidade aqui é, para além, complexamente mobilizado: se, inicialmente, seus empenhos são destacados, posteriormente essa mesma dimensão é redefinida em termos não mais da gestão solitária de seus contatos e, sim, do reconhecimento de seu desempenho individual enquanto historiadora. Algo semelhante se passa em relação à sua família.

Na consulta a seu acervo não identifiquei, pois, documentos sobre sua família. Ela é mencionada apenas brevemente em correspondências ou formulários de solicitação de pesquisa, nos quais eram requeridas informações de filiação familiar. A despeito dessa limitação, aos poucos foi possível agrupar informações sobre sua origem. A descrição que apresento a seguir é, contudo, baseada em entrevista de 1997 concedida por Cecília ao jornalista José Wille para compor a coluna Memória Paranaense, do atual Portal Paraná.

Seu pai, Pylades Westphalen (? - 1976), era farmacêutico e sua mãe, Palmyra (? - ?), dona de casa. O casal teve apenas dois filhos, Olympio Westphalen (1925 - 2004) e Cecília[50]. Até sua adolescência, à época do ensino ginasial, a família dispunha de algumas posses e Cecília foi educada em escolas particulares[51]. No entanto, o início da 2ª Guerra Mundial fragilizou a economia familiar, empobrecendo-a. A família mudou-se, então, da Lapa para Irati (PR) para acompanhar o pai, que passara a trabalhar tanto na rede ferroviária quanto como farmacêutico viajante. Posteriormente, a família transferiu-se à Curitiba, onde Cecília finalizou seus estudos basicos. Seu ensino colegial realizou-se em simultâneo em duas escolas públicas: o Colégio Estadual do Paraná e o Instituto de Educação do Paraná[52]. No primeiro, Cecília formou-se no ciclo classico e, no segundo, no normal[53].

Na mesma entrevista, Cecília revelou uma informação inédita face a seu acervo no DEAP: seu irmão Olympio era também formado em História e Geografia pela FFCLPR. Disse ela, "[...] Por que eu me encaminhei para a História? Fui alertada pelo meu irmão Olympio Luiz Westphalen,

49 Caixa 21, pastas 43 e 44, respostas do Instituto Max Planck e da Universidade de Londres à candidatura de Cecília a bolsas de estudos oferecidas pelas instituições. Cartas de 07 de janeiro de 1958 e 31 de março de 1958 , respectivamente. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

50 Outras fontes indicam três filhos: Olympio, Edgar e Cecília. Não foi possível confirmar essa informação.

51 Caixa 7, pacote 2, pasta 25. Breve Curriculum-Vitae. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

52 Caixa 9, pacote 2. Dados pessoais. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

53 É possível que a escolha por graduar-se no classico estivesse ligada a uma intenção de ingresso no ensino superior, haja vista os conteúdos das provas de admissão serem relativos ao currículo do ensino classico. Por outro lado, a formação na Escola Normal, ao prover um diploma de professora primária, apresentava-se, creio, como uma opção segura de trabalho.

que se formou [dois anos] antes de mim, lá no ginasio de Irati, e que veio para Curitiba fazer o curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras" (1997, s.p.). A despeito do arquivo de Cecília se referir raríssimas vezes à sua família, não haver quaisquer menções as afinidades de formação entre ela e o irmão é particularmente sugestivo. Olympio Westphalen não apenas formou-se historiador como trabalhou, em extensa parte de sua carreira profissional, na Universidade Estadual de Londrina como professor de História, tendo sido, inclusive, diretor do Museu Histórico de Londrina[54]. Algumas de suas atividades acadêmicas cruzaram-se, pois, as da irmã: está listado entre os membros fundadores da atual associação Nacional de Professores Universitários de História[55] (ANPUH) (MACHADO, 2016a, p. 11), tendo participado, pelo menos, da edição de 1973, na qual Cecília foi a 1ª tesoureira (PAULA, 1974, p. 31; p. 11).

O silêncio acerca de seu irmão parece-me, pois, indicativo da produção de uma narrativa individualizada e assentada sobre o mérito pessoal. Nesse sentido, a ausência de documentos sobre sua família nas 35 caixas pesquisadas não expressa necessariamente um conflito familiar[56] e, sim, duas dimensões condicionantes: a dificuldade de conservação de documentos antigos, sobretudo tratando-se de uma família não estabelecida socialmente e pertencente as camadas médias, e a própria intencionalidade de Cecília quanto a sua narrativa pessoal, de atenção à dimensão acadêmica, entendida e apresentada como produto de seu esforço individual.

Assim como no caso das correspondências com os consulados, Cecília apresentou sua carreira como produto único de seu laborioso trabalho. Não mencionou, pois, quaisquer informações sobre dispor de uma rede familiar possível de lhe inserir ou indicar à determinadas atividades e instituições, ou mesmo capaz de apresentar-lhe a contatos e, com isso, ajudá-la. Destaca-se certa preferência de Cecília tanto por enunciar vínculos que ela teria alcançado sozinha

54 Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/morre-professor-pioneiro-476148.html>>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

55 A fundação da ANPUH foi, pois, um empreendimento encabeçado por Cecília e, a julgar pela extensa documentação guardada, do qual se orgulhava. Foi membra ativa da associação até 1977, ano em que, em razão de um sério conflito em uma assembleia da associação, desvinculou-se da mesma. Nessa assembleia, Cecília defendeu restrições à participação de docentes de História do ensino basico na associação, justificando tal opção através da finalidade da ANPUH, qual seja, de circular pesquisas e metodologias do ensino superior. Para além, se opôs à escrita de uma carta, em nome da associação, contra o governo militar, na qual se denunciariam as censuras e seria publicizada a oposição da associação à disciplina de Ensino Moral e Cívico. Após afastar-se da ANPUH, Cecília participou da fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisas Históricas em 1980 (MACHADO, 2016).

56 A morte de seu pai, por exemplo, foi relatada em duas cartas no ano de 1976, nas quais Cecília acentuou os sentimentos de solidão e tristeza ao reorganizar a própria vida aos 50 anos. Caixa 1, pacote 1. Carta de Cecília a Elisa Gonçalves Martins em 29 de outubro de 1976; Carta de Cecília a Marilene Santos, em 29 de outubro de 1976. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

quanto em recusar apresentar favorecimentos, se houve. Os laços de Cecília com Braudel e com Pinheiro Machado apresentam, pois, tais características: contatos que ela teria feito e mantido individualmente, a partir de sua iniciativa e capacidade pessoais. Por exemplo, ao enunciar uma conexão com Pinheiro Machado à altura de seu exame vestibular, em 1947, Cecília interrompeu qualquer reflexão sobre a apresentação do professor a ela através de seu irmão, independentemente disso ter acontecido ou não. As redes de apoio institucional que ora se evocam em seu acervo compartilham, igualmente, das mesmas condições. São referenciadas, em geral, a personagens e eventos conquistados especificamente por meio de seu compromisso com a pesquisa em História. Esse é o caso de sua amizade com Eugênia Prado e Maria Beatriz Nizza da Silva, historiadoras vinculadas à Universidade de São Paulo, e com Adeline Daumard, historiadora francesa ligada a Fernand Braudel. No capítulo 3 deste trabalho, examino a torção dessa individualidade em uma qualidade intelectual, a do mérito próprio.

Trabalho exaustivo: os rastros do caminho

Se é possível considerar, portanto, o conjunto documental de Cecília sobre a FFCLPR, naquelas 35 caixas, como confeccionado a partir de critérios de acumulação que privilegiam uma narrativa racional e individualizada, a consagração de tal perspectiva está na demonstração empírica de uma espantosa e ininterrupta quantidade de atividades acadêmicas. É por meio do trabalho que Cecília pode comprovar, com efeito, sua indispensabilidade para a formação do campo institucional da História, alçando-se a uma incontestável posição de destaque.

Destaquei inúmeras vezes a quantidade de documentos relativos as suas tarefas e pesquisas na FFCLPR. Se eu os organizasse em uma redação cronologicamente orientada, começaria por recontar, pois, a vida de Cecília desde a prova de admissão ao curso, como se iniciada naquele momento. Relembraria os exames orais junto ao professor Brasil Pinheiro Machado em 1947, a assunção do cargo de professora assistente na cátedra de História Moderna e Contemporânea em 1950, a esforçada formatura em Direito em 1952, sua primeira publicação, o livro Pequena História do Paraná, em 1953, as constantes adesões a sociedades e associações de historiadores entre 1954 a 1958, o brilhante concurso à livre-docência na referida cátedra em 1957 e, então, naturalmente, os convites para estágios doutorais entre 1958 e 1959 na École de Hautes Études en Sciences Sociales, França, e na Kohl Universität, Alemanha, respectivamente. Daí em diante, narraria seu irrefreável destino: a vinculação a grupo de estudos internacional com pesquisa sobre o Porto de Paranaguá, a

fundação dos Seminários de História, do Departamento de História da UFPR, da associação Nacional dos Professores de História e, finalmente, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR - tudo isso apenas até 1972. Além, é claro, do firme laço estabelecido com Fernand Braudel, manifesto nos intercâmbios de estudantes e docentes entre Brasil e França, dos convites nacionais e internacionais para ministrar aulas e seminários, da consagração na historiografia brasileira e da investidura em cargos administrativos de alta relevância na Universidade.

Desde essa perspectiva, o acumular de documentos de tipo institucional, sobretudo aqueles do cotidiano acadêmico, reforça o contar de sua trajetória profissional em certo detalhamento, revelando os rastros explicativos de sua carreira – aqueles elegidos por ela como explicativos. A considerar, pois, o elemento retrospectivo presente na ordenação de um arquivo pessoal, essa organização e seleção documental são sugestivas. Creio haver, nesse sentido, um desejo por acentuar suas atividades acadêmicas com o intento não de [apenas] valorizar sua história e, sim, de observar seu esforço e relevância para a montagem institucional do ensino e pesquisa em História no Paraná e, quiçá, Brasil.

Em estudo sobre a trajetória do antropólogo Curt Nimuendaju, Christiano Tambascia (2013) considerou algo semelhante, isto é, as inflexões entre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e a própria trajetória profissional de Niemunedaju. Desse ponto de vista, examinar vida do antropólogo "Permite lidar com as formas pelas quais os esforços em estabelecer a antropologia como ciência, tal como vislumbrado nas universidades europeias, encontraram expressão no Brasil" (p. 102). Creio que a organização do acervo de Cecília tenha impacto semelhante relativamente à organização da História enquanto disciplina especializada no Paraná. A permanência de artigos protocolares em seu acervo está ligada, a meu ver, a esta intenção de cruzar a sua trajetória profissional à história da História paranaense. Daí a atenção aos meandros desse caminho, aos cargos, projetos e atividades desempenhadas.

Se indiquei, até agora, certa linearidade nos estudos de Cecília sobre o Paraná, no entremeio destas atividades a professora manteve correspondências e troca de publicações com instituições variadas, como os consulados da Itália, Espanha e França[57] e com docentes da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil[58], além de lecionar na cátedra de História Moderna e Contemporânea da FFCLPR. Teceu, pois, um leque variado de relações e horizontes de pesquisa que não se reduziam apenas à história do Paraná. É possível compreender, assim, que sua tese de

57 Caixa 3, pacote 2. Carta ao Consolato Generale d'Italia em Curitiba em 03 de junho de 1954. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

58 Caixa 3, pacote 2. Carta de Eugênia Prado a Cecília em 23 de outubro de 1957, remetida do Rio de Janeiro. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

livre-docência (1957) se refira à vida do imperador Carlos V e não a uma personalidade paranaense. O que se nota aqui, portanto, é a fragmentação daquela narrativa coesa e linear que atribuo à Cecília. A formação colegial de Cecília em simultâneo nos ciclos clássico e normal apresenta, igualmente, uma abertura a opções e destinos possíveis, como se a jovem desconfiasse do futuro e não buscasse, pois, contar com a sorte.

Exemplo de suas silenciosas transformações pelo caminho é o concurso à professora permanente do Colégio Estadual do Paraná, no qual foi aprovada em 1° lugar para o cargo de professora de História do Brasil em 1960. Cecília permaneceu no posto até sua aposentadoria, em 1969. Com efeito, o período em que analiso a trajetória de Cecília na FFCLPR foi acompanhado de sua docência escolar, evento fortemente minimizado em seu acervo – me deparei com apenas a folha de aprovação no concurso. Indiretamente, porém, o magistério é mencionado em seus pedidos de licença para viagens, em currículos longos e em restritos ofícios estaduais, nos quais constavam seu tempo de serviço. No início da década de 1960, porém, Cecília integrou as comissões do I e do II Congresso de Licenciados em História, cujos objetivos eram aprimorar a formação docente e compartilhar metodologias de ensino. A II edição do evento realizou-se, inclusive, em Curitiba[59]. Embora tais atividades somem-se quantitativamente ao grande número de tarefas desempenhadas por Cecília, desde a perspectiva qualitativa elas são, sobretudo retrospectivamente, preteridas em razão de uma narrativa consagrada em torno do exercício acadêmico.

Essa tensão entre uma narrativa de êxito individual e as fissuras reveladas por alguns documentos assume sua forma mais acabada, a meu ver, na documentação de Cecília acerca de sua formação na Escola Normal, da qual guardou apenas o rascunho de seu discurso de formatura[60]. Nele, Cecília enfatizou fortemente a importância da educação infantil para o desenvolvimento nacional e melhoria das condições de vida dos brasileiros/as. Em suas palavras,

> Iremos levar as crianças brasileiras, o certo grau de instrução que lhes permitirá enfrentar a vida, contribuindo sempre, para a formação de novos contingentes alfabetizados, até ao radioso dia, em que não mais se contará com um índice apavorante de analfabetos, que entravam o progresso das nações destinadas aos grandes feitos; como o Brasil, que tem para o nosso orgulho, reservas físicas, que o podem colocar, um dos primeiros países, no conceito universal dos povos! Mas que as suas possibilidades, encontram-se adormecidas, unicamente pelo facto de não haver professores, que instruam as massas e as preparem, para a tarefa de vencer todos os obstáculos que se antepuserem ao aprimoramento das condições de vida do brasileiro! (1947, p. 06).

59 Caixa 3, pacote 1, pasta 33. Carta de Maria Conceição Costa e Silva a Cecília em 31 de agosto de 1962. Remetida de Salvador, Bahia. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

60 Caixa 28. Discurso de Cecília em sua formatura na Escola Normal, 1947. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

Naturalmente, trata-se de uma fala pública e em uma ocasião bastante distinta, cujo objetivo é engrandecer aqueles que se formavam professores/as. Entretanto, é notável a formulação de um sentido seriamente profissional ao magistério infantil, sobretudo se comparado as discussões políticas sobre o valor e objetivo tanto do ensino primário quanto das professoras normalistas. O esteio da profissionalização de mulheres como professoras primárias era a ideia da vocação delas com as crianças (LOURO, 2004). À diferença da educação masculina, o objetivo de se educar as mulheres era um reforço à essencialização delas: qualificá-las ao cuidado do lar, à maternidade e à educação dos filhos, futuro da nação (ALMEIDA, 1998, p. 19). Esse entrelaçamento entre o magistério primário e o cuidado de crianças, somado ao pagamento de baixos salários as professoras, forçou a desprofissionalização do ofício. Não obstante, a educação de crianças marcou a entrada massiva de mulheres, sobretudo dos estratos médio e baixo, no mercado de trabalho remunerado (LOURO, 2004, p. 376).

O motivo de me referir a isso está, pois, relacionado ao discurso de Cecília. Sua fala contrapõe-se à lógica da vocação ao destacar um sentido civilizatório na educação infantil. Não me parece, contudo, que Cecília tenha assumido essa significação sobre a Escola Normal em sua trajetória, pois sua formação normalista é enunciada raramente não apenas em seus documentos como na redação de seus currículos e memorandos. Creio que, retrospectivamente, o magistério primário não se adequava à figura intelectual que ela criava sobre si. Ao mesmo tempo, a ausência de informações sobre a Normal em seu acervo destaca o esforço de seu discurso de formatura, dotado de um sentido profissional que pareceu não se concretizar.

Essas poucas lembranças da Escola Normal põem em relevo, ainda, uma dimensão fria da experiência, em que o afeto ou os vínculos são preteridos ou, talvez, protegidos. Foi na Escola Normal que Cecília conheceu Altiva Pilatti Balhana, sua companheira por toda a vida. Como relembrado em carta remetida pela amiga Aurinha, provavelmente ao final da década de 1970[61], histórias e diversões não faltaram na Escola. Lembrava ela de "[...] Ambas companheiras [Cecília e Altiva] na aventura teatral: "O diabo enlouqueceu", de Joracy Camargo, que teve um retumbante sucesso, divertindo a Escola e, mais ainda a nós, a tal ponto que tivemos que repeti-la por várias vezes".

Narrativas de tipo afetivo estão, com efeito, diluídas ao longo do acervo de Cecília. Apenas uma outra entrevista, uma ou outra carta, um outro discurso em que se relembram episódios pretéritos. Seus documentos permitem inferir, não obstante, relações afetivas com Altiva Pilatti Balhana, Adeline Daumarde e Brasil Pinheiro Machado, além de Fernand Braudel - todos

61 Caixa 17, pacote 1. Carta de Aurea à Cecília, sem data. Disponível em fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

acadêmicos/as. Assim, embora o conjunto documental analisado priorize a dimensão intelectual de sua trajetória, as condições de sua elaboração revelam tanto fissuras quanto outras esferas de sua vida.

2.2. Testemunhar o passado: o arquivo de Pórcia Guimarães Alves

Se, por vezes, o IHGPR não me pareceu tão distinto quanto o DEAP, a coleção Pórcia Guimarães Alves estava organizada em 15 caixas nomeadas tematicamente. Dessas 15, 10 eram relativas exclusivamente à Pórcia e estavam divididas, em geral, conforme atividades profissionais. Cada caixa de papelão, de formato retangular e tamanho médio, continha um adesivo branco a enunciar seu tema, por exemplo: Caixa 12. Correspondências CEPE. Parque Iguaçu. Socorrista. Instituto Decroly. Como já debatido anteriormente, tal organização foi, pois, fruto do trabalho recente de uma pesquisadora externa, autorizada a reordenar o acervo. Efetivamente, como verifiquei ao longo da pesquisa, os documentos correspondiam aos temas enunciados, embora sua disposição interna as caixas fosse anárquica do ponto de vista cronológico.

Ao iniciar a consulta documental, me inteirei das condições materiais do acervo. Desde sua doação, os documentos estavam depositados em sacolas plásticas transparentes e fechados dentro das caixas de papelão, sem a higienização ou conservação adequados. Continham, por exemplo, clipes e grampos de metal enferrujados, estavam empoeirados, mofados e, até mesmo, dobrados, rasgados ou simplesmente amassados dentro das sacolas. Não raro, as sacolas estavam em vias de arrebentar, pois o número de documentos excedia sua capacidade. as próprias caixas estavam desestruturadas pela quantidade de peso. Suas tampas apresentavam muitos desgastes e, em geral, não mais fechavam ou estavam quase destacadas do corpo da caixa. Em termos de acondicionamento, tais escolhas interferem diretamente na conservação documental. Nessas condições, é provável que, em pouco tempo, o acervo se deteriore por completo – relembro que a coleção estava depositada ao lado de uma janela, sensível a todas as intempéries climáticas. Mais uma vez, se revela a tensão entre a percepção da própria vida como dotada de sentido e interesse histórico e os constrangimentos externos, atuantes sobre essa própria elaboração de si. Como mencionei no capítulo 1, depositar seu arquivo em uma instituição pequena, cujos anos de ouro foram na metade do século passado, provoca uma pressão sobre as possibilidades de duração do arquivo e, portanto, da própria vida para além do tempo.

A ver o tamanho do acervo, examinei a coleção por inteiro. Ao atinar aos tipos de documentos ali arquivados, concentrei-me em analisar apenas a documentação exclusiva de Pórcia. Nesse sentido, penso de agora em diante em um acervo de Pórcia, em vez de a coleção Pórcia Guimarães Alves, a medida em que a coleção engloba os conjuntos documentais de Orestes Augusto Alves, seu pai, e a genealogia da família Guimarães. Ao citar o acervo de Pórcia, me refiro as caixas 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 14 presentes na coleção Pórcia Guimarães Alves. A razão por tal escolha advém dos próprios documentos guardados na coleção, aqueles de seu pai e da família Guimarães: além de antigos, tematizavam sobremaneira as cidades de Antonina e Paranaguá (PR), suas populações, compra e venda de imóveis e comércios. Não dispunham, pois, de informações que pudessem ser consideradas no presente argumento, no qual busco examinar os critérios de acumulação documental de Pórcia sobre si mesma, no sentido uma intenção autobiográfica. Naturalmente, manter seu acervo pessoal junto ao de sua família tem impacto na gestão de si. Nesse sentido, a medida que for pertinente, retomarei as considerações sobre os demais documentos da coleção.

Iniciei a consulta pela caixa de número 1 em busca, mais especificamente, de informações tanto biográficas quanto de sua formação e docência na Faculdade. Havia de 150 a 200 documentos por caixa. Apesar das caixas estarem organizadas tematicamente, consultei cada uma delas e fotografei uma larga quantidade de materiais. Em especial, copiei todos os documentos que mencionassem a Faculdade. Ao todo, selecionei 722 páginas de seu acervo.

Os documentos de Pórcia estão, pois, distribuídos de maneira homogênea por entre os anos (ver tabela 2) – à exceção do ano de 1949 e 1958, anos em que Pórcia afastou-se para viagens acadêmicas no Chile, e 1953, quando integrou a Comissão Executiva da XI Conferência Nacional de Educação, vinculada ao Centenário do Paraná. Diferentemente do acervo de Cecília, a acumulação documental de Pórcia permitiu, pois, que eu me concentrasse em analisar documentos do período de 1940 a 1970, com ênfase nas décadas de 1950 e 1960 – mesmo nessas, pude distinguir aquelas atividades mais interessantes à análise. assim, após filtrar a documentação coletada, selecionei 130 documentos para a análise. Os dispus na Tabela 2 em apêndice, segundo uma divisão de 27 categorias temáticas. Dessas, 16 são vinculadas aos diferentes cargos exercidos por Pórcia ao longo de sua vida, como professora da Faculdade, diretora de escolas e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, por exemplo; as outras 11 referem-se as relações de Pórcia com seu pai e irmãos, a aspectos de sua infância, como seu nascimento e formação escolar, além de diários, reflexões sobre a vida e cartas românticas.

O número de artigos relativos ao intervalo entre 1917 e 1936 chama atenção, igualmente, à produção de um arquivo pessoal desde o início de sua vida, provavelmente gerenciado pelos pais - o documento mais antigo de seu acervo pessoal é seu próprio cordão umbilical. Com efeito, há 19 documentos a relatar sua infância e adolescência através de poemas, diários, apresentações e boletins escolares. A década de 1940, período marcado pelo início da vida profissional de Pórcia, é também exposta através de uma série de atividades voltadas à sua formação – 39 documentos. Ao contrário de Cecília, cujo arquivo enfatiza mais a empresa acadêmica e menos o processo de vivência dos eventos, o acervo de Pórcia permite vislumbrar a sinuosidade de seu crescimento da mais tenra idade até a vida adulta. Nesse sentido, há a produção de um relato sobre como a educadora tornou-se quem é, ao modo da ideia de *Bildung*, isto é, de cultivo da mente e do espírito (RINGER, 2000, p. 96). Exploro essa ideia adiante.

A ordenação temporal do acervo coincide, pois, com a organização dos currículos de Pórcia. Isto é, há atenção as atividades desempenhadas a cada ano, aos contatos extrauniversitários e aos esforços institucionais em gerenciar as escolas e os projetos educacionais. No mesmo sentido, há uma minimização dos empenhos e atividades junto à Faculdade ou vinculados a ela. A tomar apenas a confecção de seus currículos, se poderia supor, efetivamente, haver uma irrelevância da Faculdade em sua vida, pois essa não deixa de ser citada, embora sem centralidade. O núcleo de seus currículos é, irremediavelmente, a educação infantil, tomada desde os centros educacionais geridos por Pórcia até a produção de pesquisas encomendadas pelo INEP. O magistério superior, ou mesmo a possibilidade de utilizar tal espaço institucional como uma plataforma de divulgação ou realização de seu trabalho intelectual, é preterido em razão da divulgação destes eventos. Discuto essa tensão adiante. À presente altura, me refiro a tais circunstâncias em referência ao número de documentos conservados por Pórcia sobre a Faculdade. Das 722 páginas fotografadas, elegi 128 documentos à análise. Desses, cerca de 20 se referiam a vínculos diretos entre Pórcia e a FFCLPR. Essa redução documental, a meu ver, expressa antes a produção de uma justificativa relativamente ao seu desempenho como docente do magistério superior, do que uma desvalorização de sua experiência universitária – ao contrário do que uma leitura apressada dos currículos poderia sugerir, embora coincida com ela quantitativamente.

Assim, ao analisar a composição do acervo de Pórcia e dos atores enunciados, bem como a relação desses com a própria conservação documental no IHGPR, creio ser possível atinar a três critérios de acumulação documental relativamente à FFCLPR. O primeiro, *clivagens das lembranças*, expressa a oscilação temática da conservação de documentos sobre a Faculdade, cindida entre aspectos de sua formação e de sua profissionalização. Essa cisão se exprime, mais

profundamente, nos estilos de documentos conservados sobre cada momento. Em relação à sua formação, os documentos guardados manifestam a manutenção dos vínculos com os catedráticos da Faculdade, bem como suas expectativas de crescimento e pertencimento intelectual; no tocante a sua experiência profissional, sublinham-se uma série de impedimentos e obstáculos ao seu desenvolvimento pleno enquanto intelectual vinculada a um centro universitário. No bojo dessa clivagem se inscreve, a meu ver, o segundo critério de acumulação: *um dossiê silencioso.* Os documentos sobre sua carreira profissional na FFCLPR atestam os trâmites burocráticos de três conflitos. O primeiro, a ameaça de contratação de Eny Caldeira, em 1955, para reger interinamente a cátedra em que Pórcia trabalhava desde 1951; o segundo, o longo processo de revisão da participação de Pórcia no concurso à cátedra de Psicologia da Educação, em 1961 e; o terceiro e último, as providências da professora, junto à direção do Setor de Ciências Humanas da UFPR, para identificar e punir os estudantes que, anonimamente, divulgaram pela instituição um manifesto difamatório contra ela, em 1965.

Por fim, o último critério é relativo à centralidade de documentos trocados com sua família em seu acervo, *família: o eu e os outros.* Apesar desse critério não se relacionar diretamente à Faculdade, é impossível não discuti-lo, haja vista a quantidade de documentos sobre sua família tanto na coleção Pórcia Guimarães Alves quanto no arquivo pessoal de Pórcia. Em termos de seu acervo, tanto seu trabalho na educação infantil quanto sua família situam-se como nortes, por meio dos quais Pórcia comprovou o relevo de sua carreira e, mais ainda, de sua trajetória. Como demonstro a seguir, seu pai, Orestes Alves, acompanhava os passos da filha, aconselhava-a e orientava-a em suas decisões não apenas profissionais, mas também sentimentais. Era junto à sua família que Pórcia expressava seus sentimentos, revoltas pessoais e alegrias. A considerar o número de documentos trocados com familiares e, sobretudo, a dimensão emocional de suas correspondências, nas quais remetente e destinatário/a descreviam em detalhes seus estados de humor, suas frustrações e desejos, seu arquivo caracteriza-se fortemente pela dimensão dos afetos.

No tocante a esse último critério, é interessante notar como há uma compreensão de Pórcia quanto a importância de outras pessoas em sua trajetória. Em seu acervo havia, além de seus próprios papéis, publicações de colegas, lembranças de aniversários de outrem, comprovantes de comparecimentos a eventos e mesas-redondas nas quais ela era mera espectadora, convites de casamento, cartas agradecendo o apoio ou o favorecimento em determinada situação, etc. Claro está que esses documentos manifestam elos e engajamentos a uma série de redes e atores; ao mesmo tempo, anunciam a construção de si de Pórcia como ancorada em uma proximidade a outros indivíduos, aos quais ela atribuía, suponho, parte de seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Como se estabelecesse uma centralidade as relações interpessoais, Pórcia anunciava seus laços a outras pessoas incluindo-os em sua narrativa sobre sua própria trajetória. Creio, pois, derivar dessa mesma perspectiva a confecção de seu dossiê silencioso. Nesse caso, em especial, trata-se de esclarecer as condições para seu insucesso da mesma forma pela qual ela lançou luz aos vínculos que a impulsionaram em suas conquistas. Em suas lembranças estavam constantemente em jogo as interações com outras pessoas, porém balizadas pelo sentido que Pórcia atribuiu a tais conexões em sua vida.

A dimensão da explicitação de seus afetos se inscreve, a meu ver, no mesmo registro. Isto é, uma construção da memória a partir da qual não se exclui categoricamente uma esfera da vida, pois ela é condicionante de seu desenvolvimento pessoal. as pesarosas lembranças de Pórcia acerca da morte de sua mãe e, mais tarde, de seu irmão, são esclarecedoras quanto a isso. Parece-me, com efeito, que Pórcia compreendia a si como resultado desses eventos ou, pelo menos, entendia tais acontecimentos como fundamentais ao seu desenvolvimento ulterior. O sofrimento pela perda inesperada da mãe, as lembranças do velório descritas em cartas, o adoecimento do irmão, enfim, as tristezas, de modo geral, são lembranças constantes ao longo de seu acervo, por meio das quais ela apresentou seu crescimento da infância à adolescência, bem como seu amadurecimento à idade adulta.

Nesse sentido, há uma espécie de compromisso pessoal na forma de narrar a própria história, isto é, a composição de seu acervo revela a reconstituição dos acontecimentos centrais de sua trajetória desde o seu entendimento sobre como tais eventos e pessoas a impactaram. É, pois, uma narrativa complexa em que ora se comunicam feridas e mágoas implicadas em seu desenvolvimento pessoal, ora se delineiam afetos e expectativas futuras e ora se elaboram justificativas, além de defesas, a situações hostis. A conexão entre as situações narradas está, pois, no controle de Pórcia acerca dos significados de tais eventos/indivíduos ao longo do curso de sua vida. No caso de seu arquivo, em particular, a tensão entre a circulação de significados entre as escalas privada e pública é dotada de uma centralidade não encontrada no fundo Cecília Maria Westphalen. Com efeito, a organização do arquivo de Pórcia relativamente à FFCLPR destaca sua visão acerca do curso dos eventos e, particularmente, sua acumulação documental é lançada como testemunho comprobatório da sua perspectiva. Neste e no próximo capítulo, busco mapear as condições de elaboração dessa forma de narrar a própria vida.

Clivagens das lembranças

Se, de início, a ausência de documentos sobre a FFCLPR no acervo de Pórcia parecia-me relativa a uma simples inexpressividade da instituição em sua vida, ao agrupar cronologicamente seus exíguos documentos sobre a Faculdade, observei uma clivagem nos temas informados. Na década de 1940, se anunciavam parcerias e atividades dotadas de expectativas futuras. A partir dos anos 1950, porém, se revela uma predileção por expor conflitos. Como se preparasse um dossiê, Pórcia recapitulou passo a passo as cenas de três conflitos profissionais: a defesa de sua posição na cátedra de Psicologia da Educação em 1955, quando a pedagoga Eny Caldeira, ex-diretora do Instituto de Educação, foi cotada para reger interinamente a cátedra, o indeferimento de sua inscrição à cátedra de Psicologia da Educação em 1961, e o manifesto estudantil anônimo contra suas aulas, em 1965. Nesse momento, porém, limito-me a apresentar a clivagem interna a seu conjunto documental sobre a Faculdade.

Em seu acervo há poucos documentos referidos à FFCLPR – cerca de 20. Desses, metade se refere a eventos ocorridos ou ligados à Faculdade, tais como cursos, mesas-redondas e reuniões da associação de Ex-Alunos da FFCLPR, ocorridos até o final da década de 1940. Tais documentos são, em geral, boletins informativos da associação de Ex-Alunos[62] e programações de eventos e cursos ministrados na Faculdade. Em especial, nesse conjunto documental me interessa um relato formal assinado por Pórcia, aos moldes de uma ata, das conclusões encaminhadas em reunião da associação de Ex-Alunos com docentes e dirigentes da FFCLPR em 1948[63].

Pórcia, então diretora da associação, propôs a criação de um curso de especialização em Orientação Educacional e Profissional as recém-formadas pedagogas. Com apoio de José Loureiro Fernandes, catedrático de Antropologia e então Secretário de Educação e Cultura do Paraná, foram concedidas bolsas de estudo na Faculdade as requerentes, bem como Pórcia encarregou-se por organizar um projeto à fundação de um centro de organização profissional no Paraná – o futuro Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Para além, nessa reunião Loureiro Fernandes nomeou Pórcia sua assistente na pasta de Educação e Cultura e arranjou-lhe cursos de especialização em Psicologia da Educação na Universidade do Chile, em Santiago. Com efeito, esse documento relata um envolvimento de Pórcia com a Faculdade no qual se acentuam vínculos, além de compromissos

62 Caixa 6. Boletim informativo da associação de Ex-Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, de novembro de 1946. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

63 Caixa 6. Conclusões da mesa redonda realizada em 29 de maio de 1948, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

ativos, entre ela, suas colegas e o corpo docente da instituição. Esse relato é particularmente característico do tipo de documentação conservada por Pórcia acerca de seus anos de formação na FFCLPR – entre 1938 e 1950.

Ao contrário da visão geral de seu acervo, na qual há documentos sobre todos os anos, seus materiais sobre a FFCLPR são cronologicamente intermitentes. Dos documentos pós-1950, o primeiro é referente a 1955 e trata da hipótese de contratação de Eny Caldeira como interina na cátedra em que Pórcia, então, atuava como assistente de ensino. Daí em diante, todos os materiais conservados se referem a trâmites de revisão de contratos (1955), participação em seleções (1961) ou a protestos de Pórcia (1965). O intervalo entre os documentos arquivados sublinha, pois, descontinuidades na conservação de suas lembranças empíricas sobre a Faculdade, embora ela lecionasse ali semestralmente desde 1951. Observo, pois, que na década de 1940 Pórcia não detinha nenhum vínculo com a Faculdade, à exceção de participar da associação de Ex-Alunos, entidade civil autônoma desvinculada formalmente da FFCLPR. O silêncio acerca da Faculdade inicia-se, pois, a partir de sua docência ali. Os documentos posteriores a 1950 marcam com clareza e, a meu ver, intencionalidade, conflitos tanto institucionais quanto cotidianos – analiso-os adiante.

Tal maneira de arquivar sua trajetória na FFCLPR, na qual os anos de formação são associados a projetos de fôlego e o período profissional a problemas, se manifesta, igualmente, em suas relatos escritos e públicos. Discuto, a seguir, um depoimento de Pórcia de 1988 publicado na revista Educar, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na qual ela retomou a fundação da Faculdade, seu curso superior e os primeiros anos após sua formatura. O núcleo do texto é, pois, o orgulhoso relato de sua graduação em Pedagogia, à qual se inscreveu no primeiro ano de funcionamento da Faculdade. Pórcia informou uma série de eventos sobre sua formação, como a sociabilidade entre os/as estudantes, as amizades, a construção de atividades acadêmicas, tais como o Centro Acadêmico da FFCLPR, do qual foi a primeira 1ª Secretária, além de detalhar sua formatura em 1940.

Graduada na primeira turma da FFCLPR, a cerimônia e sua lembrança sobre ela, como era de esperar, não pouparam elogios aos quadros profissionais que, então, se formavam. Ainda no exitoso dia de sua colação de grau, Pórcia recebeu, do professor Homero de Melo Braga, convite para lecionar em sua cátedra. Em suas palavras,

> A festa continuou, depois de concluída a solenidade. Abraços, flores, telegramas. De vestido longo branco – como as demais formandas – enfeitado com bolero de renda também branco, flores na mão, pisando em nuvens, ao deixar o salão em direção à saída, acompanhada de familiares e amigos, encontrei o professor Homero de Melo Braga, que, ao me cumprimentar, disse: "Gostaria de contar com sua colaboração em Biologia da

> Educação". "Como?" "Como assistente de cadeira, responsável pelas aulas práticas". Mal refeita do convite, encontro-me com o professor Joaquim de Mattos Barreto – professor de Psicologia da Educação – que também me convidou para trabalhar como sua auxiliar. Impossível descrever a emoção, foi a glória! Convém notar que eu havia obtido as melhores notas, no correr do curso, nas duas disciplinas: Biologia da Educação e Psicologia da Educação (ALVES, 1988, p. 74).

Tal inebriante alegria chegaria ao fim, pois, seis meses depois. Pórcia assumiu o cargo de assistente de ensino de Homero de Melo e Braga à altura da contratação dos Irmãos Maristas como mantenedores da Faculdade. Fundada em 1938 como instituição privada, já no ano seguinte a Faculdade apresentava sinais de falência, devido ao baixo número de estudantes e à extinção de favorecimentos entre a FFCLPR do governo do estado do Paraná[64] (PRADO, 2017, p. 32). O contrato foi lavrado em 1939 e as alterações acordadas integradas tanto ao regimento interno da Faculdade quanto à sociabilidade cotidiana (idem, p. 69). Em especial, destaco a criação do Conselho Geral da Faculdade, gerido pelo reitor do Instituto Marista, e da inclusão, no regimento da FFCLPR, de cláusulas a demandar respeito à religião católica na rotina institucional (idem). A última exigência era, pois, pela interdição de mulheres aos cargos docentes. O impedimento de professoras na Faculdade vigorou, pois, a partir de 1941, ano em que as primeiras graduadas conquistaram postos docentes. Pórcia assumiu as aulas de assistente de Biologia da Educação e, no meio do ano letivo, foi convocada a se retirar do cargo. Haja vista o andamento das aulas, se ela desejasse, poderia permanecer até o término do curso, porém sem vencimentos (ALVES, 1988, p. 75). A interdição perdurou até 1950, ano da federalização da Universidade do Paraná, a qual a FFCLPR integrou-se em 1946.

Desejo destacar, assim, uma peculiaridade do arquivo de Pórcia, que creio expressar-se também na entrevista de 1988. Há a produção de uma clivagem no interior de seus materiais sobre a Faculdade e, sobretudo, de suas lembranças e narrativas sobre a instituição. Na aludida entrevista de 1988, é notável a associação de sua graduação (1938-1940) a momentos de alegria e glória, ao passado que, o ano seguinte (1941), no qual Pórcia detinha posto profissional remunerado, é marcado por abrupta desconexão. Ainda em sua entrevista, as reflexões que se seguem à narração da interdição docente equacionam a mesma tensão, na qual a FFCLPR é expressão de uma alternativa profissional ao mesmo tempo em que impossibilidade de trabalho. Ao procurar empregos como pedagoga, Pórcia descreveu uma profunda frustração, qual seja, sua formação especializada não era reconhecida; significava, antes, um obstáculo à efetivação profissional. Em

64 Esse, inicialmente, lhe apoiara em sua criação e manutenção através de Omar Gonçalves da Motta, Secretário do Interior e Justiça do Paraná, catedrático da Faculdade de Direito do Paraná e fundador da FFCLPR (PRADO, 2017, p. 32). Em conflito com Manoel Ribas, interventor do estado, no findar de 1938 Motta deixou seu cargo e o interventor encerrou, por sua vez, quaisquer vínculos entre a instituição e o governo paranaense.

seu entendimento, as faculdades de filosofia teriam desagradado aos profissionais autodidatas, "Principalmente no interior, onde o médico da cidade fazia um "bico" dando aulas no ginasio, o promotor complementava seus rendimentos lecionando Português, etc." (ALVES, 1988, p. 77).

Por óbvio, Pórcia não reconhecia tal situação como responsabilidade da FFCLPR. O que busco salientar é a associação, em sua retórica, da Faculdade ora a alegrias e expectativas, ora a problemas, percalços e impedimentos. O interessante aqui é perceber a produção dessa conexão narrativa entre a FFCLPR e reveses. Esse registro de compreensão está expresso, igualmente, na organização física de seu acervo. Como visto, documentos associados a seu período de formação e de envolvimento puramente acadêmico com a Faculdade – me refiro aqui as atividades da década de 1940, na qual vigorava a interdição docente, apresentam engajamento e ânimo, como se dotados de expectativas positivas. Por sua vez, os documentos relativos a seu trabalho profissional, institucionalizado, na Universidade são filtrados pelo conflito e impossibilidades de realização. Há uma tensão aqui entre formação e profissionalização: Pórcia reconhece e qualifica positivamente o valor da primeira, enquanto amarga uma série de problemas com a segunda. Sobre isso, é interessante observar mais uma questão.

Antes de retornar à Faculdade em 1951, Pórcia foi tanto professora do Colégio Novo Ateneu, quanto adjunta do grupo escolar 19 de Dezembro e do Instituto Paranaense de Educação (CURRICULUM..., 1999, p. 6-7)[65]. Relativamente a este último cargo, o conseguiu apenas após ameaçar contatar o interventor do Paraná, Brasil Pinheiro Machado, seu ex-professor na FFCLPR. assim, "Somente em 1948, quando, ameaçando a assistente técnica da Escola Normal, de que ia recorrer ao professor Brasil Pinheiro Machado – então interventor – é que giraram os gonzos e a porta se abriu..." (ALVES, 1988a, p. 76). Não obstante seu forçoso afastamento da FFCLPR em 1941, Pórcia continuou a manter contato com os docentes. Não à toa, lançou mão de seu vínculo com Brasil Pinheiro Machado a fim de conquistar uma vaga no Instituto de Educação (op. cit).

Igualmente, ao final da década de 40, Pórcia estaria entre as lideranças do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) do Paraná. Competia ao CEPE, pois, "Estudar a realidade educativa brasileira, em especial a paranaense, a fim de contribuir para o desenvolvimento do estado" (REGIMENTO..., 1948, p. 01)[66]. O Centro, promulgado por decreto em 1949, era vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, pasta sob direção do também catedrático da

65 Caixa 8. *Currículo Vitae* 1972. Disponível em coleção Pórcia Guimarães, arquivo IHGPR.

66 Caixa 6. Regimento do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, de 1948. Disponível em coleção Pórcia Guimarães, arquivo IHGPR

Faculdade, José Loureiro Fernandes. A integração de Pórcia ao CEPE foi, pois, indicação de Loureiro Fernandes, que lhe designou assistente da pasta em 1948[67].

Assim, apesar de distante formalmente da Faculdade, Pórcia manteve vínculos ativos com, pelo menos, dois catedráticos durante a década de 1940. Manter documentos comprobatórios dessas interações e, através deles, reconhecer o apoio de ambos professores em sua trajetória, sugere a ordenação retrospectiva de seu acervo em direção à cisão de sua experiência na FFCLPR entre formação e profissionalização universitária.

Um dossiê silencioso: a memória em litígio

É possível, pois, identificar uma clivagem na acumulação documental de Pórcia acerca da FFCLPR, cujo desdobramento se expressa na ênfase em eleger documentos de tipo conflitivo enquanto lembranças de seu trabalho docente na instituição. Em outras palavras, se nos anos 1940 a tônica dos temas relativos à Faculdade esteve na anunciação de vínculos e expectativas, após 1951, o relevo passou à exposição de conflitos desde a perspectiva burocrática. Nesse caso, trata-se de um acúmulo documental balizado por uma ideia de autodefesa, por meio da qual Pórcia pôde remontar legalmente três conflitos: a contratação de Eny Caldeira para a cátedra de Psicologia da Educação, sua participação no concurso à cátedra de Psicologia da Educação e sua defesa ao manifesto estudantil anônimo.

É desde essa perspectiva que sugiro, pois, a formação de um dossiê acerca de sua docência universitária. Embora devesse ser, até certo ponto, constrangedor rememorá-los e mantê-los, em exclusividade, como as lembranças empíricas de seus mais de trintas anos vinculada à FFCLPR, Pórcia o fez, sugiro, com o intuito de defender-se, bem como de narrar a sua perspectiva dos fatos. Em especial, tratam-se de situações nas quais ela estava certa de ter sido injustificadamente prejudicada. Apresentar os condicionantes de sua carreira, bons ou ruins, impede que se normalize a

67 Mencionei anteriormente, a existência de um documento sobre a FFCLPR no acervo de Pórcia referente a uma reunião da associação de Ex-Alunos da Faculdade com catedráticos da instituição. Daquela reunião, originou-se um curso de especialização em educação e o gérmen da fundação do CEPE. Também como efeito dessa reunião, Loureiro Fernandes designou Pórcia como assistente de sua pasta. Na Secretaria de Educação, competiu à educadora viajar ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul coletar materiais sobre instituições semelhantes ao CEPE, a fim de fundamentarem a estrutura e funcionamento do Centro. Ademais, as visitas de campo de Pórcia embasaram a montagem do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia. Informações disponíveis em Caixa 6. Regimento do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, de 1948. Disponível em Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, caixa 5.

sua trajetória no magistério superior como um produto em si mesmo – sobretudo a considerar que Pórcia a definia como frustrante. Em suas palavras, "Guardei uma frustração. Durante quase 30 anos, não tive nem vez nem voz dentro da Faculdade, fui praticamente marginalizada. [...] Transferi toda a minha energia, o meu desejo de realizar, para fora da Universidade, o que poderia ter realizado dentro dela" (ALVES, 1988a, p. 146). Não à toa, pois, seus currículos, entrevistas e seu próprio arquivo priorizam suas atividades extrauniversitárias.

Um dos primeiros documentos pós-1950 sobre a Faculdade é, com efeito, uma carta dirigida a Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade, em 1955[68]. Nessa, Pórcia relatou seu desconforto, bem como protestou contra a contratação da professora Eny Caldeira ao cargo de docente interina de Psicologia da Educação – cargo superior ao exercido por Pórcia, que era então assistente de ensino. Até aquele momento, Eny era também assistente de ensino da cátedra de Didática e não detinha, pois, vínculos com a cátedra de Psicologia da Educação[69]. Em termos formais, a integração de Eny à cátedra não alteraria o trabalho de Pórcia, porém, como a educadora explicitou em sua carta ao reitor, a contratação lhe fazia sentir-se preterida e prejudicada não apenas profissionalmente, como moralmente.

A considerar seus quatro anos como docente na cátedra, Pórcia estava certa de destinar-se a ela ascensão na área. De acordo com o Estatuto da Universidade, seria assegurado aos professores em exercício na cátedra a preferência à sua regência interina. assim, a contratação de uma docente externa para um posto superior ao seu lhe parecia tanto inadequada legalmente quanto simbolicamente. A julgar pelo relato de Pórcia, a admissão de Eny fora organizada pela própria direção da Faculdade, à época sob encargo de Homero Batista de Barros[70]. Em especial, é possível que constrangesse à Pórcia o fato de a contratação ter sido arranjada sem qualquer notificação a ela, ainda mais se articulada por pessoas que a conheciam. A educadora soube do compromisso com Eny Caldeira através da Comissão de Ensino do Conselho Universitário, quando a proposta já estava em análise (RIBEIRO, 2018, p. 153). Nota-se, pois, a profunda desconexão de Pórcia com os demais atores da instituição. Não encontrei quaisquer informações de Eny ter sido contratada

68 Caixa 12. Carta de Pórcia a Flávio Suplicy de Lacerda, Reitor da Universidade Federal do Paraná, a protestar contra a contratação de Eny Caldeira ao cargo de professora interina da cátedra de Psicologia da Educação. Disponível em Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, caixa 5.

69 Eny era, à época, diretora do Instituto de Educação do Paraná. No cargo, manteve correspondências com Joaquim de Mattos Barreto, então Secretário de Educação do Paraná e catedrático de Psicologia da Educação. Tal elucida, pois,o convite à docência (SILVA, 2013, p. 101).

70 Catedrático de História Antiga e Medieval FFCLPR, Homero Batista de Barros foi diretor da FFCLPR durante a década de 1950 e início de 1960 – posterior Setor de Ciências Humanas da UFPR. Católico, era membro do Centro de Estudos Bandeirantes, foi um dos fundadores da FFCLPR e esteve no centro da polêmica entre a Revista Anhembi e a Faculdade – discuto à frente.

como interina; Pórcia, por sua vez, manteve-se como professora assistente até o ano seguinte, quando tornada docente efetiva.

Cronologicamente, os próximos documentos sobre a instituição relatam as correspondências e empenhos de Pórcia em reverter o indeferimento de sua inscrição ao concurso à cátedra de Psicologia da Educação. O primeiro documento é, pois, uma petição enviada a 14 de agosto de 1961[71] à direção da Faculdade. Pórcia solicitava, pois, a promulgação de sua inscrição ao concurso. Para tanto, a reencaminhava a inscrição acompanhada da documentação exigida pelo edital. Pórcia dividiu os documentos e comprovantes, meticulosamente, em pastas de A a G organizadas em um índice remissivo de três páginas. Anexou, também, um extenso currículo, em que destacou seus dez anos de docência na cátedra de Psicologia da Educação, além de incluir 50 cópias de tese inédita, intitulada Contribuição ao Estudo da Repetência Escolar (1961)[72]. Esse conjunto documental marca, de maneira particularmente clara, sua perspectiva de cumprimento dos requisitos à participação no concurso. A justificativa do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade para o indeferimento amparava-se, porém, em uma questão institucional: a ausência de título de doutorado para nomeação à cátedra. Ao contrário da livre-docência que, até 1968, permitia a inscrição de graduados/as, o concurso para catedrático exigia titulação superior (PEREIRA, 2019, p. 13).

Em renovado pedido à Direção do Setor para revisão da decisão em 1962, Pórcia elaborou um relatório técnico, por meio do qual detalhou artigos do Estatuto da Universidade, sobretudo aqueles referentes a concursos docentes. Defendeu, pois, uma interpretação do código em que, ao ser formada em Pedagogia e especializada em Psicologia Educacional, teria condições formais de inscrever-se e lecionar o conteúdo da cátedra. Ademais, assim como no caso da contratação de Eny, Pórcia considerava seu tempo de serviço como uma incontestável evidência de domínio da área:

> Jamais, outrossim, poderia ser negado a membro do corpo docente o direito de se inscrever em concurso, ainda mais quando, como no caso da recorrente, o professor está no exercício da cátedra. Arrepia à consciência universitária que não possa se inscrever em concurso quem há muitos anos é admitido pela Universidade na regência plena da cátedra, como a

71 Caixa 5. Documentação e tese de livre-docência apresentadas para inscrição no concurso à cátedra de Psicologia da Educação, em 14 de agosto de 1961. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

72 O trabalho de campo e coleta de dados foram realizados por Pórcia com apoio do CEPE em 1960. Por meio desse, foi instalado em Curitiba, em 1954, o Centro de Demonstração do Ensino Primário, no qual experimentavam-se novas metodologias de ensino, organização pedagógica da escola e arquitetura escolar. Para sua tese de livre-docência, Pórcia debruçou-se sobre os dois primeiros tópicos. Sua intenção era compreender se havia condicionantes institucionais ou individuais (a nível dos próprios estudantes) a contribuir para os altos índices de repetência no ensino primário municipal. assim, primeiramente organizou um programa de ensino e exame escolar junto a professores e diretores da rede municipal de Curitiba, com vistas a aprimorar os critérios escolares de avaliação dos estudantes. Após essa primeira abordagem, a educadora aplicou o programa de ensino e avaliação no Centro de Demonstração do CEPE, ao mesmo tempo em que levantou dados quantitativos sobre o perfil dos estudantes. Os resultados foram relatados e analisados na tese entregue ao concurso (ALVES, 1961, p. 5-6).

> suplicante, efetiva por lei federal, conforme a documentação apresentada (SOLICITAÇÃO..., 1962, p. 02)[73].

Para Pórcia, assistente da cátedra de Psicologia da Educação desde 1951, docente efetiva da Faculdade em 1956 e professora contratada em 1961 para reger a referida cátedra até a finalização do atribulado concurso, detentora de uma competente carreira universitária e de um currículo dotado de publicações e de uma tese inédita, nada explicava o indeferimento. Ainda em 1962, Pórcia solicitou vistas e cópias de atas do Conselho Técnico Administrativo da Universidade sobre o concurso à cátedra, desde a fixação do edital em fevereiro de 1961[74]. Acessou, pois, o cerimonioso relato dos conselheiros Francisco José Gomes Ribeiro e Osvaldo Pilotto acerca de sua petição enviada em 1961 e do reclame de 1962. Os conselheiros afirmavam reconhecer, pois, os serviços prestados à Faculdade, bem como as capacidades intelectuais e didáticas de Pórcia. Contudo, tais "[...] Circunstâncias favoráveis à peticionária" (CERTIDÃO..., 1962, p. 02)[75] não suprimiam a ausência da documentação exigida pela legislação (idem).

A troca de correspondências administrativas se estendeu até 1966, como atesta o boletim administrativo da Universidade de 1965, no qual a questão da inscrição estava frisada[76], e um bilhete de 1966 escrito à mão por Pórcia, a explicar a ausência de uma assinatura em seu diploma de bacharel[77]. Em seu arquivo, esse é o último documento sobre o indeferimento. Embora não haja quaisquer alusões a uma resolução do conflito, Pórcia nunca assinou como livre-docente da cátedra[78]. Apenas em 1967, em virtude do decreto federal n. 60.684, que previa a suspensão de concursos naquele ano e desembocaria na Reforma Universitária de 1968 (Lei n°5540), marcada pela extinção da livre-docência e regime de cátedras, bem como pela reestruturação do magistério superior, Pórcia tornou-se professora titular do quadro permanente da UFPR (RIBEIRO, 2018, p. 152). Antes de 1967 e sem resultados do concurso à cátedra, Pórcia continuou ironicamente a trabalhar como docente contratada na regência da cátedra – era, pois, a professora responsável pela

---

73 Caixa 5. Solicitação, à diretoria do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná de revisão do inferimento à sua inscrição ao concurso à livre-docência em Psicologia da Educação, em 1962. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

74 Caixa 5. Certidão n. 852 de vistas a atas do Conselho Técnico Administrativo da Universidade Federal do Paraná relativas ao concurso à cátedra de Psicologia da Educação. Certidão expedida em 05 de julho de 1962, sob número de processo 752/61. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

75 Idem.

76 Caixa 5. Boletim administrativo da Universidade do Paraná, n. 108, de maio de 1965. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

77 Caixa 5. Bilhete de Pórcia, possivelmente à Direção do Setor, a 10 de junho de 1966, a explicar a assinatura de Inspeção Federal em seu diploma de bacharel, de 1940. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

78 Não consultei, nesse particular, os documentos de Setor de Educação da UFPR, onde poderia haver informações sobre o desenrolar do processo, devido à pandemia de Covid-19.

área. Nota-se, desde já, a relação da trajetória de Pórcia com as mudanças macro institucionais do trabalho acadêmico, objeto do próximo capítulo.

No ano de 1965, Pórcia iniciaria nova correspondência com Homero de Barros, diretor do Setor de Ciências Humanas, acerca de um outro problema: uma carta anônima distribuída na Faculdade[79]. A carta, espécie de manifesto estudantil, acusava Pórcia de ser uma má profissional. Altamente difamatória, a carta estava lotada de "Termos indecorosos e injustificáveis, com argumentação falsa e injúrias" (CARTA A HOMERO..., 1965, p. 1). Apresento um trecho do manifesto,

> Essa Professora faz o que quer com os alunos. Chama-os de imaturos, eternos adolescentes, o que é contra toda regra de Psicologia Educacional, de cuja cadeira é professora. Diz que os alunos não sabem interpretar as perguntas das provas e dá notas baixas. Mas o que ela não sabe é que: "aluno que nada aprende é porque o professor nada ensina" (CARTA MANIFESTO..., 1965, p. 01).

Mais uma vez, pois, Pórcia sublinhou impossibilidades de integrar-se à Faculdade, seja a nível docente, seja ao nível discente. O manifesto é uma espécie de catalisador das atitudes que Pórcia tomou em relação à contratação de Eny e ao indeferimento do concurso, nos quais mostrou-se insistente e expressou um sentido pessoal ao seu cargo na cátedra. Me refiro aqui, pois, à relação que ela estabeleceu entre seu tempo de serviço e as expectativas de regência contínua e ascendente na área. O excerto do manifesto destacado acima é bastante brando, se considerados outros trechos, nos quais Pórcia e a então assistente de ensino foram fortemente desqualificadas. Nas três páginas da carta-manifesto, há referências a um tipo de usurpação da cátedra por ela, bem como aos obstáculos dispostos àqueles que desejassem pesquisar sua especialidade. Em especial, há contínuas

79 Caixa 5. Carta de Pórcia a Homero Batista de Barros, diretor do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, em 1965. Solicita providências acerca de carta anônima difamatória distribuída na Faculdade. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

acusações acerca de Pórcia não vincular estudantes capacitados à cátedra e de, em oposição, apenas escolher aqueles menos brilhantes, com o fito de manter-se permanentemente na cátedra. Não há informações sobre o desenrolar da situação. A solicitação de providências junto à direção do Setor é, pois, um dos últimos documentos de Pórcia sobre a Faculdade.

A questão que se põe é: por que arquivar apenas conflitos? E, sobretudo, expô-los como evidências de sua carreira na FFCLPR para além do tempo? A compreendê-los como eventos centrais de sua carreira, Pórcia esforçou-se por organizá-los silenciosamente em seu acervo, em uma quantidade mínima de documentos. Dotados de inconteste sentido legal, sua seleção documental atua enquanto evidência burocrática dos conflitos. Seu acervo é, nesse sentido, uma plataforma de salvaguarda de suas ações e lembranças na/da Faculdade. Por meio dele, é possível compreender as configurações de sua atividade profissional na instituição desde o seu ponto de vista, sem, ao mesmo tempo, necessitar lançá-lo completamente à luz. Suas entrevistas e depoimentos publicados não mencionam nenhum desses eventos. Suponho, pois, que Pórcia organizou sua narrativa profissional em torno de não precisar falar, diretamente, sobre eles. Seu arquivo, por outro lado, é um espaço seguro de revisão do vivido, confeccionado ao final da vida, através do qual ela pôde deixar rastros de uma reivindicação a uma outra história da Universidade.

Dessa perspectiva,

> O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

Seu interesse em deslindar razões para explicar sua trajetória universitária não é, tão somente, uma ação racional com vistas a redefinir, ou assegurar, o sentido de sua carreira profissional. Há, pois, uma tensão vindoura da própria maneira de Pórcia compreender a si, na qual ressoa a dimensão da tradição, da moral e da importância pessoal, desde uma perspectiva hierárquica unida ao nome de sua família e à sua formação.

Família: o eu e os outros

Dos 130 documentos elegidos para análise, há 69 a ligar Pórcia à sua família (ver Tabela 2). Tratam-se sobretudo de cartas trocadas com irmãos e com o pai, bem como de inúmeras lembranças de sua infância, como boletins escolares assinados pelos pais, bilhetes da professora parabenizando o desempenho da filha, panfletos dos recitais de Pórcia ao piano, relatos em diários, cartinhas enviadas à mãe e ao pai, desenhos, cartões de boas-festas à família e de congratulações pelo nascimento dos filhos/as. Isso sem mencionar os acervos de Orestes Alves e da família Guimarães, integrantes da coleção Pórcia Guimarães Alves. Do ponto de vista quantitativo, é um dado expressivo; qualitativamente, porém, há nuances e inflexões quanto ao lugar de sua família em sua narrativa pessoal.

A mãe de Pórcia, Magdalena Guimarães Alves, faleceu subitamente em 1930, quando Pórcia tinha 12 anos. Deixou, além dela, mais quatro filhos: Paulina, Manoel, Orestes e Dalena, todos mais novos. Foi Orestes, o pai, quem criou as crianças. O pai era, pois, uma figura central à família; zeloso e comprometido com a criação dos filhos/as, acompanhou a trajetória de Pórcia até o final de sua vida, instruindo-lhe e orientando-a honesta e melancolicamente através de inúmeras cartas. Cada um dos passos da filha era, pois, comunicado à família. Em viagens, Pórcia escrevia diariamente ao pai ou aos irmãos/as, em correspondências específicas a cada um. Um mínimo de atraso era acompanhado, ao cabeçalho da carta, de pedidos de desculpas ou de cobranças pela ausência. Creio, pois, que a morte da mãe em 1930 e, em 1940, o falecimento do irmão Orestes por doença, intensificaram os laços do núcleo familiar, tanto apartando-os da convivência com outros membros da rede familiar quanto ampliando a dependência do pai para com os filhos e vice-versa[80].

Os pais de Pórcia eram, pois, naturais de Paranaguá (PR), cidade localizada no litoral paranaense. Sua mãe era filha de Claro Américo Guimarães e neta de Visconde de Nácar, título nobiliárquico concedido a Manoel Antônio Guimarães em 1880, um dos mais bem-sucedidos comerciantes de erva mate da região. Por outro lado, seu pai, Orestes Augusto Alves, não descendia de uma família tradicional, tendo desde os 16 anos trabalhado no comércio de livros, objetos de arte e artefatos[81]. Em 1924, tornou-se funcionário público do estado do Paraná, cargo em que permaneceu até sua aposentadoria (RIBEIRO, 2018b, p. 352). Não há informações sobre seu posto. Desde 1917, ano de nascimento de Pórcia, a primeira filha do casal, Magdalena e Orestes residiam

80 Os lutos pelas mortes da mãe e do irmão estão presentes pelo arquivo, nas cartas enviadas a amigas, nos relatos em seus diários e nos poemas publicados no Jornal da Escola Normal. Quando adulta, Pórcia citava vez ou outra sua mãe ou o irmão em uma correspondência, lembrando-se de ambos e do orgulho que poderiam sentir, ou mesmo recordando arrependimentos e saudades. Caixa 6. Publicação dos poemas Crepúsculo e Reminiscências de Filha no Jornal da Escola Normal, em 1936; Diário de Pórcia, sem paginação. Caixa 5. Cartas de Orestes à Pórcia em 29 de janeiro e 21 de fevereiro de 1958. Disponíveis em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

81 Caixa 5. Carta de Orestes Augusto Alves à Pórcia em 29 de janeiro de 1958. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

em Curitiba. Além do próprio casamento, a moradia em uma outra cidade, embora separada por pouco mais de 100 km, indica o dissolver progressivo dos laços familiares mais imediatos com a família Guimarães. Com a morte de Magdalena, creio efetivar-se o afastamento completo da família Guimarães-Alves da cidade de Paranaguá e de seus demais familiares. Não há, pois, correspondências ou alusões a interações do núcleo familiar para além de suas redes domésticas.

Com efeito, a prática da reflexão de Pórcia sobre sua genealogia é um produto tardio de sua trajetória[82] , que não coincide, materialmente, com a própria composição de seu arquivo. Isto é, afora os documentos históricos da família Guimarães, não há evidências de convívio ou de associações de Pórcia ao nome de Visconde de Nácar, como se ela tivesse, em juventude, beneficiando-se disso. Mais tarde, porém, ela mesma redigiu e manteve arquivadas, nas caixas referentes à família Guimarães, notas biográficas sobre seu tio Newton Guimarães, seu avô Claro Américo Guimarães, seu bisavô Manoel Antônio Guimarães, o Visconde, e sobre seu tataravô, Joaquim Américo Guimarães, de modo a reconstruir os laços entre os familiares até o nascimento de sua mãe. Acerca da família paterna, Pórcia confeccionou um verbete sobre Manoel Claro Alves, irmão de seu pai. Além disso, preservou em caixa separada a documentação exclusiva do Visconde de Nácar. Nessa, está contida a concessão do título nobiliárquico assinada pelo Imperador Dom Pedro II, bem como as escrituras de inúmeras propriedades e recibos de transações comerciais de grande vulto. Como destacou Alexandra Ribeiro (2018[a], p. 46), Pórcia elaborava uma narrativa sobre a família Guimarães e, em menor medida, sobre a genealogia de seu pai, em que os membros/as da rede familiar teriam, todos, a potência de um futuro brilhante.

assim, se o fortalecer de sua conexão ao Visconde de Nácar é produto do final de sua vida, é a relação com seu pai e irmãos/as que se destaca ao longo de seu crescimento. O que não quer dizer, por outro lado, que durante sua formação Pórcia não tivesse ciência de sua genealogia ou mesmo que essa não tivesse expressão em sua educação e expectativas familiares. Reforço, apenas, que a demonstração dos vínculos históricos de sua família está ligada a uma idade mais avançada, na qual houve uma recomposição de sua trajetória. É possível que a revisão dos laços familiares tenha coincidido com a organização de seu acervo pessoal e, nesse sentido, com a seleção dos documentos sobre a Faculdade.

---

82 Creio datar-se de finais de 1980 a organização da dimensão genealógica de seu acervo. Nesse período, Pórcia organizou a publicação de um verbete biográfico pelo centenário de nascimento de seu tio, Newton Guimarães (ALVES, 1989), bem como passou a mencionar, ou reivindicar, a ascendência genealógica em entrevistas. Embora sem data, os conteúdos mencionados sugerem tratar-se de entrevistas ao final após ou próximas a 1990, quando a educadora já tinha cerca de 70 anos. Ver ALVES, Pórcia Guimarães. Entrevista ao Museu da Imagem e do Som do Paraná. Curitiba, arquivo do Museu da Imagem e do Som, s.d. A própria caligrafia de Pórcia na escrita das notas biográficas de seus membros familiares é, pois, similar a sua assinatura e escrita em documentos de finais da década de 1980.

Os vínculos de Pórcia com seu pai são, pois, de variadas ordens. Ela detalhava ao pai sua vida profissional e amorosa; pedia-lhe, pois, conselhos sobre parceiros românticos e possibilidades de noivado, aos quais ele respondia com atenção e suave repreensão, destacando confiar na filha e na integridade dos princípios e valores que ele lhe ensinara[83]. Quanto à carreira profissional de Pórcia, quando ela estava em viagem, seu pai era responsável por relatar-lhe quaisquer novidades sobre as atividades que ela desempenhava, assim como sobre seus pares - em especial, sobre publicações, eventos e entrevistas de Anísio Teixeira[84]. Orestes atuava, pois, como assessor pessoal, permitindo que a filha se distanciasse do ambiente de trabalho sem desconectar-se dos acontecimentos diários. Ademais, tal sinaliza certo nível de confiança nas relações entre eles, bem como a tendência de Pórcia em apoiar-se em membros de seu núcleo familiar. Não há, pois, evidências em seu acervo de que ela tenha lançado mão de recurso semelhante com atores vinculados à Faculdade.

Embora seu pai não fosse escolarizado formalmente – Orestes não concluiu o ensino ginasial, diversas são as cartas trocadas entre ele e Pórcia com longos trechos em espanhol e inglês, além de excertos curtos em francês. Orestes incentivou profundamente a instrução dos filhos, matriculando-os nos "Mais afamados colégios de Curitiba" (CARTA..., 1958, p. 1)[85]. Com efeito, Pórcia teve educação musical, praticando piano na infância, além de contínuo estímulo familiar à leitura de histórias infantis, poemas, revistas em quadrinhos e romances, além da prática de desenho (idem). A solidão do pai, viúvo, parecia aplacar-se na educação dos filhos/as, a qual planejou meticulosamente. Dos filhos homens, pretendia tornar um engenheiro agrônomo e o outro químico-industrial, "Profissões de muito futuro e grande utilidade para a Nação" (idem); as meninas, Pórcia, Paulina e Dalena, prometeu a formação para o magistério primário e curso superior, se desejável.

Em suas correspondências com Orestes, do mesmo modo que em seu acervo, há uma valorização da experiência educacional, entendida de maneira ampla como o conjunto de atividades voltadas ao desenvolvimento intelectual, à formação da personalidade através do cultivo cognitivo (RINGER, 2000, p. 96-97). Tal perspectiva ressoa, pois, à ideia de *Bildung*, na qual compreende-se que

> Toda a personalidade está envolvida no ato de cognição. Quando as matérias a aprender são selecionadas de forma adequada, sua contemplação pode conduzir à sabedoria e à virtude. Elas podem atrair, elevar e transformar o estudioso. Desse modo, ele pode adquirir uma qualidade indelével, também chamada de *Bildung* (idem).

83 Caixa 5. Carta de Orestes Augusto Alves à Pórcia em fevereiro de 1948. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

84 Caixa 5. Carta de Orestes Augusto Alves à Pórcia em 25 de julho de 1958. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

85 Idem.

A formação de Pórcia, não raro, foi destacada como evidencia de suas qualidades pessoais e individuais. Não se trata, desse ponto de vista, apenas da valorização da cultura como da produção da distinção pessoal pela educação. Ao mesmo tempo, distinguir-se individualmente não significava a fabricação de um lugar no mundo pela vocação profissional, uma vez que sua herança genealógica já havia consagrado os brios e atributos pessoais necessários ao seu sucesso. A tensão está, justamente, na manifestação da sua personalidade individual como dotada das previstas insígnias.

Por vezes, tal qualidade intelectual convertia-se em um senso de superioridade. Não raro, Pórcia e o pai escreviam em tom sarcastico sobre a tacanhez de Curitiba e, principalmente, de seus habitantes. Por exemplo, durante viagem acadêmica ao Chile em 1958, ela escreveu ao pai: "Domingo apareceu aqui uma "caravana de professores de Curitiba", almoçaram e jantaram 26 pessoas feias, mal vestidas, [...] quase morremos (os brasileiros) de vergonha" (CARTA..., 1958, p. 01)[86]. Em outra ocasião, em carta remetida por seu pai em 1951, se lê "Mas, tenho pensado: como vae ser a tua vida aqui, neste canto do Mundo, nesta medíocre e inexpressiva Curityba, depois dessa viagem [à Paris], desses passeios maravilhosos?". Adiante na mesma carta, seu pai acrescentou: "Voltar as atividades prosaicas, viver nesta "porcaria" inacabada, trabalhar naquela mesinha "pernóstica", dormir no "quartinho de creada"... Como irá ser?" (CARTA..., 1951, p. 01)[87]. No contexto dessa carta, Orestes parecia, pois, repetir as palavras utilizadas por Pórcia em carta a qual ele respondia – não encontrada. A continuar sua missiva, seu pai lhe sugeria paciência e prudência, pois tais atividades ordinárias lhe permitiriam, desde o ponto de vista econômico, uma vida confortável e proveitosa, por meio da qual ela poderia libertar-se do cansativo convívio descrito na carta.

Comentários desse tipo são constantes em suas correspondências. Produzem, pois, o efeito de um entendimento de sua superioridade nas relações cotidianas. Creio, pois, que tal compreensão de si seja ancorada, para além do senso de sua elevada formação, em uma perspectiva familiar que tanto emerge da confecção de vínculos muito antigos, tais como os identificados com o Visconde de Nácar, quanto contemporâneos, ou seja, aqueles vivenciados em seu núcleo familiar imediato.

Destaco, assim, uma atitude de Pórcia em relação a si mesma na qual fulgura sua relevância pessoal. assim como nos conflitos na FFCLPR, o acervo de Pórcia sugere a produção de um eu moralmente estabelecido, em que se desfruta de prestígios genealógicos, bem como de heranças de

86 Caixa 5. Carta de Pórcia a Orestes Augusto Alves em 15 de janeiro de 1958. Remetida de Valparaíso, Chile. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

87 Caixa 5. Carta de Orestes Augusto Alves à Pórcia a em 23 de julho de 1951. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

um passado imemorial, aos quais se somam seus feitos individuais e sua carreira profissional. Sugiro, nesse sentido, que Pórcia atuava no mundo segundo um código de valores cindido entre tradicionalidade e individualidade. A considerar sua formação, bem como sua percepção acerca do valor da educação, é compreensível que ela se sentisse incompreendida e prejudicada em suas relações interpessoais. Contudo, seus reclames e protestos parecem, por vezes, relativos a ordem do desconhecimento de sua importância – e isto tanto retrospectivamente, ao incorporar-se à genealogia da família Guimarães, quanto à época, ao frisar, por exemplo, seu trabalho na Faculdade como desmoralizante. as correspondências de Pórcia com seu pai sugerem claramente a forma como ela entendia a si, isto é, como dotada de uma personalidade cultivada, superior. A ideia, de fundo, é como se ela de antemão esperasse atingir posições de sucesso, pois essas lhe seriam meritórias desde a perspectiva de quem ela é e não, tão somente, de seu trabalho.

Dessa perspectiva, o acervo documental de Pórcia contribui para a compreensão dos processos de transições entre uma ética tradicional e uma ética individualista. Como sinaliza a interpretação de Regina Abreu acerca da trajetória de Miguel Calmon, herdeiro das oligarquias baianas, íntimo da nobreza brasileira e exímio político, cujo destino estava escrito desde seu nascimento,

> Se os pressupostos individualistas baseiam-se no princípio da igualdade de oportunidades e da liberdade do mercado, a herança do nome sinaliza o oposto. O significado simbólico desse fato traduz-se na percepção de um mundo social onde também o público estaria contaminado pela hierarquia. No processo de formação do homem público Miguel Calmon, percebe-se que ele irá ocupar um lugar previamente estabelecido na sociedade nacional. Seguirá os desígnios de um destino previamente traçado e não de algum atributo interior que, no bojo da ideologia individualista, geralmente é denominado vocação (ABREU, 1996, p. 91).

Desse ponto de vista é que creio advir, com efeito, os conflitos de Pórcia na Faculdade. Não raro, ela referia-se aos conflitos na Faculdade como desonras ou constrangimentos, pois tratavam de desconsiderar seu lugar na instituição. Sua reação é compreensível se entendermos como ela pensava a si mesmo através desse registro cindido entre tradicionalidade e individualidade. Tal se reflete, inclusive, em sua forma de acumular documentos, na qual persevera o destaque as interações vividas no interior dos eventos centrais de sua vida – desde a denúncia aos obstáculos à demarcação dos laços positivamente valorizados. Tal posição é, por excelência, ambígua. Ora situa uma espécie de honestidade quanto aos seus sentimentos relativamente aos eventos vividos e ora silencia faces de sua trajetória em detrimento de assinalar barreiras[88].

88 Sobre isso, noto como os conflitos na FFCLPR foram narrados desde a perspectiva burocrática, embora Pórcia tivesse o hábito de detalhar seus sentimentos em correspondências familiares. Creio haver três explicações a isso: primeiramente, a morte de seu pai em 1962, logo após o início do conflito sobre a inscrição ao concurso; em

A forma como Pórcia compreendia a si mesma não me parece, pois, compatível a um ambiente no qual as relações se tornaram mais individualizadas e fundamentadas em méritos pessoais. Sobretudo o trabalho acadêmico encontrava, nesse momento, diversas transformações, como a integração de imigrantes e de famílias remediadas aos centros universitários (MICELI, 1987). Seu olhar sobre si mesma é, pois, referente a um outro código de valor, no qual há certa expectativa pela manutenção das relações desde a perspectiva de um decoro de fundo tradicionalista. Não obstante, Pórcia compartilhava uma visão de mundo também individualista, no qual destacava a qualidade de seu trabalho e de seu nome. Acionava, assim, uma individualidade centrada na importância histórica de *seu* lugar e de *seu* destino no mundo. No próximo capítulo, discuto essa maneira de ser e sua expressão na atividade intelectual.

***

Embora longa e a apontar para uma série de eventos e possibilidades de análise, a avaliação que realizei nesse capítulo teve por finalidade compreender as acumulações documentais sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná presentes nos acervos de Cecília Westphalen e de Pórcia Guimarães Alves. Ao escrutinar os documentos de ambas sobre a Faculdade, foi possível apreender não apenas as vivências delas na instituição, como as formas pelas quais elas escolheram recordar essas experiências.

A nível micro, cada um dos acervos acentuou eventos e acontecimentos próprios, relativos seja à trajetória profissional individual, seja aos cursos e cargos desempenhados por elas. Com efeito, documentar sua própria carreira é uma forma não somente de atestar vínculos profissionais, como de testemunhar a própria importância no curso dos eventos narrados. No caso de Cecília, atinar à sua acumulação documental permitiu compreender, além de seu percurso acadêmico, a sua própria maneira de pensar a si e, sobretudo, de expressar seu entendimento de sua posição nas redes da Faculdade, bem como em redes internacionais de excelência. Sua predileção por acentuar suas atividades e por colocar-se em posições centrais nos mais variados ambientes fundamentou sua narrativa desde a perspectiva de um eu altamente autocentrada. Tal existência era confirmada pela realização de tarefas relembradas de um ponto vista individualizado, cujo sucesso era expresso em termos de desempenho individual. Sua trajetória na Faculdade foi apresentada por eventos desse

---

segundo lugar, tais problemas ocorreram em Curitiba, cidade em que residia sua família. É provável que ela se comunicasse pessoalmente com eles; por fim, a própria formação de um dossiê, como detalhei anteriormente, no qual a perspectiva legal dos fatos era mais favorável ao seu argumento do que a anunciação de suas próprias impressões sobre ter sido prejudicada – dimensão por si só expressa em sua insistência em cada um dos conflitos.

tipo, isto é, nos quais há uma cadeia de ações racionais e regulares, orientadas para o êxito e excelência e concretizadas por suas atitudes individuais.

O acervo de Pórcia, por sua vez, acionou uma outra perspectiva de si, na qual houve uma orientação moral da ação e das expectativas. Seu acervo balizou uma série de fragmentos, nos quais se interpuseram camadas contínuas de insucesso, êxito, tristeza e amizades, dimensões confeccionadas em termos da compreensão do seu lugar no mundo. A posição intelectual reivindicada por Pórcia esteve, pois, cindida entre aspectos de uma tradicionalidade, na qual suas ações eram dotadas de decoro e expectativas de reconhecimento, ao mesmo tempo que por uma individualidade, através do qual ela manifestava seu merecimento individual pelas atividades realizadas. Seu acúmulo documental sobre a FFCLPR se orientou, pois, nesse sentido. Ora Pórcia reclamava reconhecimento institucional de seu lugar na Faculdade, a apelar seja a códigos de lei, seja a seu tempo de serviço, e ora posicionava-se de maneira peculiarmente distante quanto a seu próprio trabalho ali, reduzindo-o à esfera dos conflitos e impedimentos, ou seja, tanto isentando-se quanto marcando seu descontentamento com as deliberações da direção da FFCLPR.

No próximo capítulo, busco apresentar como tais maneiras de compreender a si e ao trabalho acadêmico expuseram formas de exercício acadêmico. Sobretudo, creio que a tensão entre as narrativas de Pórcia e Cecília, nas quais ambas parecem por vezes situar-se em instituições distintas, encontra sua razão de ser na transformação do trabalho universitário durante a década de 1960. Como demonstram seus acervos, após a década de 1960 houve um rareamento no acúmulo documental de papéis sobre a Faculdade. Ademais, não há documentos a atestar que ambas docentes tenham trabalho juntas, apesar de lecionarem por décadas no mesmo estabelecimento. A meu ver, ambos os casos sublinham a contínua departamentalização e, por conseguinte, especialização da FFCLPR, compreendidas como faces de um processo mais amplo vivenciado nas instituições de ensino superior no Brasil após 1960, sobretudo 1968. O que se revela, por esse olhar, é uma perspectiva tanto das relações mais imediatas vivenciadas nas redes da Faculdade e, com isso, do cotidiano da institucionalização de um centro universitário, quanto dos influxos e processos sociais mais amplos nos quais as atividades acadêmicas locais estavam integradas. Há, dessa perspectiva, uma compreensão alargada e, ao mesmo tempo, microscópica, do processo de institucionalização do trabalho acadêmico no Brasil.

CAPÍTULO 3. LEMBRANÇAS E DIFERENÇAS: ser intelectual entre projetos e possibilidades.

No capítulo anterior, apresentei o conteúdo dos arquivos de cada uma das professoras em relação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Lancei mão da ideia de gestão da memória (POLLAK, 1989), a fim de compreender os ordenamentos retrospectivos dos acervos, sobretudo em termos das lógicas de acumulação e subtração documental. Isto é, baseadas em quais intenções Cecília e Pórcia elegeram, ao longo do tempo, aqueles documentos como pertinentes as suas narrativas profissionais na instituição? E, principalmente, quais efeitos tais escolhas produziram sobre o contar de suas trajetórias acadêmicas? Ao perceber os critérios de acumulação foi possível deslindar, aos poucos, intenções de perenidade reveladoras das compreensões de si e de outros confeccionadas pelas docentes em seus acervos. Pois ao inscreverem suas rotinas institucionais, bem como seus projetos na Faculdade, tanto Pórcia quanto Cecília mobilizaram redes de atores, por meio das quais elas situaram suas carreiras.

Assim, se no capítulo anterior concentrei-me em compreender a seleção documental de seus acervos e, com isso, atinei à produção de redes de interdependência nas quais o acento esteva na definição, ou ênfase, de determinados aspectos de suas vidas profissionais, no presente capítulo atento-me ao nível macro de análise, a fim de compreender formulações de afinidades entre trabalho, parcerias e êxito profissional, tais como inscritos nas redes de interação delineadas ao longo dos arquivos. Observar alguns condicionantes macro sociais relativamente ao exercício acadêmico, tais como reformas educacionais, transformações no acesso ao ensino superior e novas exigências ao trabalho docente, auxilia na compreensão tanto de suas experiências profissionais na Faculdade quanto na formulação de suas lembranças sobre elas. O faço, portanto, desde o ponto de vista acerca do modo como tais transformações no ensino superior foram reveladas tanto nas montagens dos referidos acervos quanto nas próprias narrativas de suas trajetórias acadêmicas.

A reflexão que início considera o contínuo processo de imbricação entre fenômenos micro e macro. Nesse sentido, os arquivos das professoras são campos privilegiados de análise, pois deslocam e tensionam a pesquisa entre fatores como: suas compreensões dos eventos vividos, a promoção de novas legislações na educação pública e, até mesmo, os sentidos atribuídos as reorganizações da ossatura das instituições públicas de ensino. as transformações e disputas políticas vivenciadas nas universidades brasileiras integram os acervos de Cecília e de Pórcia de

maneira central, ao situarem as pautas, recursos e possibilidades objetivas face as quais elas situaram, ao longo dos vinte anos aqui analisados, suas carreiras acadêmicas. Trata-se de perceber, com efeito, como os atores individuais ressignificam os "condicionantes macro sociais" em suas práticas cotidianas, atribuindo-lhes sentidos próprios, porém não apartados das exigências e expectativas vinculadas a eles. É essa tensão que busco examinar no presente capítulo.

3.1. O múltiplo contra o uniforme

Até o momento, atentei as dimensões que atuam como constrangimentos empíricos à prática de arquivamento do eu, sobretudo ao interporem camadas de negociação que, ao se interferirem reciprocamente, redefinem o sentido do arquivamento para o portador/a dos documentos. Refiro-me tanto as formatações e ressignificações dos acervos relativamente as instituições de depósito, bem como as escolhas por publicizar determinados rastros de suas trajetórias, de modo a privilegiar âmbitos específicos da vida. Observo mais uma vez como os vínculos entre o eu, a intenção autobiográfica e as relações com as variadas personalidades acionadas no acervo compõem redes de relações interdependentes, nas quais há múltiplos sentidos nas interações entre o eu e os outros. Trata-se, com efeito, de um processo de interações focado menos em diferenças objetivas e externas entre os indivíduos e mais nas experiências do diverso, por meio das quais é possível compreender a produção do eu no arquivo ou daquilo que chamo de intenção autobiográfica. Pois "O eu só existe na relação com o outro. E é na relação com o outro que é possível que o grupo [ou indivíduo] se perceba a si próprio" (ABREU, 2016, p. 41).

Desde a perspectiva da teoria de redes, compreende-se que

> [...] as ideias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu "eu" mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira esse eu, essa "essência" pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual (ELIAS, 1980, s.p.).

Esta forma de pensar a si relativamente a outras pessoas em conexões em fluxo, sejam contínuas, sejam mutáveis, lança luz ao caráter processual dos vínculos entre os atores

(STRATHERN, 2016, p. 227). A partir da observação das redes de relações ao longo das quais viveu um indivíduo, é possível considerar as condições de definição de si e, sobretudo, atentar as mudanças dessas significações do eu no decurso do tempo, à medida que transformaram-se as interações entre os atores e suas imersões em redes de interdependência. Isso é particularmente interessante, pois Pórcia e Cecília partilhavam não apenas da mesma instituição de trabalho no mesmo período, ou seja, mesmo lugar e mesmo tempo, como situavam-se em uma mesma rede de atores - nesse sentido, estão elas mesmas conectadas. Porém, além de não haver documentos a testemunhar interações diretas entre ambas, elas imputaram estatutos distintos a esses atores em suas narrativas.

As distinções quanto aos sentidos imputados a essas pessoas acompanharam, com efeito, as redefinições das próprias compreensões de si de Cecília e de Pórcia ao longo do tempo. Tratou-se, pois, de uma via de mão-dupla, em que o estabelecimento de vínculos para além do tempo com determinados indivíduos foi tanto autorizá-los a figurarem em suas narrativas de vida quanto apossar-se de seus nomes em suas trajetórias. A tensão posta pela análise simultânea de ambos acervos está, pois, na percepção das diferenças atribuídas a elementos comuns as lembranças. Desse ponto de vista, considera-se existirem, e coexistirem, "Memórias sociais, plurais, não apenas como diferentes conteúdos de lembranças, mas também como diferentes formas de lembrar" (ABREU, 2016, p. 44).

A ponderar esse último aspecto, começo este capítulo a interpretar as lembranças de Cecília e de Pórcia sobre a FFCLPR, aquelas apresentadas no capítulo anterior. Depreendo compreensões sobre a Faculdade através dos documentos que elas elegeram para conservação em seus arquivos pessoais. Em seguida, discuto as conexões rememoradas por ambas em seus acervos relativamente a si e a outros atores/as engajados nas redes da Faculdade, bem como aos eventos sociais mais abrangentes. O intento é compreender a produção de memórias tão distintas embora relativas a um mesmo lugar. Tal operação é feita, aqui, desde um olhar retrospectivo, qual seja, inicialmente apresento as compreensões sobre a Faculdade e, em seguida, analiso as variáveis possíveis inscritas em suas elaborações.

Como demonstrei no capítulo anterior, as narrativas profissionais de Cecília e de Pórcia sobre suas trajetórias e, principalmente, acerca da Faculdade distinguem-se claramente entre si, a despeito da confluência de nomes, tempos e lugares. Nessa tensão, creio se expressar aquilo que Sabina Loriga (2011) denominou como discordâncias de significações. Trata-se de uma compreensão da ideia de biografia conforme a qual os eventos históricos são significados

diferentemente por cada indivíduo, pois suas vivências no tempo são marcadas por percepções e entendimentos tanto distintos quanto quase incomparáveis (idem, p. 211). A referência a esse tema advém da interpretação de Loriga acerca das concepções de história e indivíduo presentes na obra de Leon Tolstói, conforme as quais

> Provido de um sobrenome, de um nome e de um pouco de história, cada personagem pensa, olha e sente as coisas a seu modo. Um homem não tem um determinado aspecto, é sempre outra pessoa que nota que ele tem esse aspecto: as mãos de Karenin são grosseiras e ossudas quando Ana as olha e são brancas e suaves através do olhar de Lidi Ivanovna. [...]. Longe de se irritar com esse caráter irredutível, Tolstoi faz dele um ponto de interesse para dar a palavra à imensa diversidade dos espíritos humanos, que faz com que uma verdade não se apresente jamais do mesmo modo a duas pessoas (LORIGA, 2011, p. 208).

No excerto acima, Loriga mencionou elementos da obra Anna Karenina (1877). Seu enredo gravita em torno romance extra-conjugal de Ana Karenina com o Conde Alexei Vronski, ambos aristocratas. Karenin, o homem cujas mãos são percebidas por Ana e Lidi, é o Conde Alexei Karenin, marido de Ana. assim como em Guerra e Paz (1869), obra centrada nas guerras napolêonicas através do olhar de personagens conectadas a três famílias da aristocracia russa, os Bezukovs, os Bolkonskys e os Rostovs, Tolstoi conectou suas personagens em relações interdependentes, nas quais cada ação e ideia, por mais simples ou banais, integraram curso mais largo dos eventos (idem, p. 184). Ainda que Tolstoi compartilhasse de uma compreensão de história de fundo niilista, sua prosa acentuava os vínculos entre os indivíduos e as formas pelas quais eles/as, interconectados, significavam tanto o curso dos acontecimentos quanto uns aos outros desde a posição que ocupavam naquelas relações (idem, p. 190). Tais como as mãos de Karenin, vistas ora como belas e delicadas e ora como grandes e ameaçadoras, os eventos históricos e as pessoas eram percebidos e, sobretudo, significados pelas personagens a partir do conjunto de suas vivências, entendidas como conectadas a um espectro abrangente de relações, indivíduos e valores, sejam do passado, sejam do presente.

Em uma reflexão semelhante a de Norbert ELIAS (1980), Tolstoi construiu uma interpretação na qual se acentuaram as dependências entre os atores em um processo histórico estendido para além dos sujeitos, embora cada ação individual contribuísse ao decurso infinito e múltiplo da história. Nas palavras de Loriga (2011, p. 190) ao analisar as relações de interdependência entre as personagens da obra e seus entendimentos sobre os eventos narrados,

> É precisamente esse sentido agudo da dependência – entre os seres humanos e entre os seres humanos e as circunstâncias – que conduz Tolstoi a analisar o passado num nível molecular. Integrando as unidades mínimas, vai além da evocação das significações afetivas do drama histórico. É no plano explicativo que quer levar em conta os fatores locais, os fatos minúsculos, infinitesimais. Para ele, não existe apenas uma multiplicidade

> de experiências vividas, mas uma multiplicidade de causas: não há uma causa, nem mesmo duas ou três causas, mas uma cadeia infinita de causas minúsculas, das quais nenhuma é em si mesma a verdadeira causa.

O entendimento de história lançado se aproxima, pois, a uma ideia de processo (ELIAS,1989). Uma trama sem início nem fim previsto, pois impossível de ser imputada a uma única causa, nas quais as posições, compreensões e horizontes de possibilidades das personagens se transformam ao longo de suas experiências e interações uns com outros/as. Dessa perspectiva, Tolstoi não apenas instiga, como explora, a coexistência de diversas visões de mundo. Da pulverização de ideias e sentidos, a "Única coisa que une verdadeiramente todas as suas personagens é a rebelião do múltiplo contra o uniforme" (idem, p. 208).

Sem me delongar nas concepções de Tolstoi, creio que o anunciado permita compreender a ideia de discordância de significações. Trata-se de complexificar nosso entendimento acerca das vivências em comum. Os significados atribuídos as experiências derivam-se de uma infinidade de causas não redutíveis simplesmente ao momento compartilhado. as imputações de sentidos aos eventos se situam em tramas móveis de perspectivas, pois acionadas por ideias, sentimentos e histórias mobilizados, eles mesmo, por uma série de intermináveis fatores relativos as individualidades ali presentes. Em outras palavras, a vida em comum em um instante não basta para que um acontecimento seja compreendido da mesma forma por aqueles que o viveram. Se, do ponto de vista da literatura, o ganho está em promover a inquietação sobre como a vida poderia ter sido se aquela ocasião do passado acontecesse de outra forma, na pesquisa científica tal percepção situa as interações entre o micro e o macro, entre o individual e o coletivo, entre o imediato e o distante. Em investigações sobre memórias, sobretudo aquelas a compartilhar da proposta de Michel Pollak (1989), a ideia de discordância de significações situa ao centro da análise os processos de enquadramento da memória, isto é, a gestão do silêncio, das diferenças e das fissuras em prol da coesão da narrativa oficial; o faz, sobretudo, ao valorizar a discordância de sentidos atribuídos aos eventos comuns.

Ao lançar esse argumento, coloco em cena novamente a temática do enquadramento, porém matizada pela discussão empírica dos conjuntos documentais analisados e da ideia de discordância de significações. Com isso, quero dizer que embora o enquadramento seja central ao objeto de Pollak, o exame das memórias de Cecília e de Pórcia sobre a FFCLPR situou o processo de enquadramento em uma dimensão difusa, na qual não se observa com clareza o gerenciamento de parâmetros oficiais unos sob as lembranças individuais. De fato, como situei ao longo deste texto e reforço nas páginas seguintes, há uma dispersão das pressões inscritas na organização de um acervo

pessoal: heranças documentais, desejos de consagração, revisões e reordenações, instituição de depósito, durabilidade material, acessibilidade, critérios de acumulação, sentimentos, controle de significados, entre outros. Cada um desses fatores opera uma força variável sobre o relato desejado e, sobretudo, sobre a intenção autobiográfica do/a portador/a dos documentos.

As narrativas das lembranças são, portanto, produto de interações diversas entre esses elementos, no sentido da confecção de um relato coeso porém pulverizado desde sua origem. Em outras palavras, a produção de um arquivo pessoal para depósito público carrega em si uma multiplicidade de pressões vivenciadas desde o início do acúmulo documental. Pois embora um arquivo seja doado ao final da vida, ele é só existe enquanto tal, isto é, como narrativa documental de toda uma trajetória, se no princípio - indiferente qual seja - objetos foram conservados. A elaboração de um acervo pessoal cuja organização conserva os rastros materiais de toda uma vida supõe, por excelência, que durante toda essa vida documentos foram guardados. A conservação de documentos ao longo do tempo posiciona o arquivo como o lugar dos tempos múltiplos ou, na denominação de Olívia Cunha (2005), como o espaço do tempo imperfeito.

Desde o ponto de vista da confecção do acervo, é impossível situá-lo face a um processo de enquadramento específico, segundo o qual teriam se efetivado reorganizações do relato material. Na dinâmica própria do arquivo, creio efetivar-se a pulverização dos processos exteriores capazes de incidirem sobre as intenções de arquivamento. Falar sobre memória em arquivo é pressupor o tempo não apenas da memória em seu confronto com o presente, como também considerar os tempos múltiplos nos quais a confecção, ou confecções, do acervo se operou e, portanto, os incontáveis tempos produtores das narrativas de memória racionalizadas na organização documental doada. É possível, então, admitir a materialidade do acervo como produto de organizações diversas, coesas e contraditórias em simultâneo, pois dotadas da unidade totalizante da pessoa cuja vida está arquivada. Nesse sentido, importa perceber a produção do acervo, ou seja, sua materialização no decurso do tempo, de modo a lançar luz as clivagens nos tipos, temas e narrativas contidas nos documentos elegidos para arquivamento. O que se opera, de fato, é um processo de enquadramento contínuo vivenciado na raiz da própria organização dos documentos como um arquivo.

Ao centro desse processo está, com efeito, a intenção autobiográfica do portador. as maneiras pelas quais Cecília e Pórcia decidiram contar suas carreiras profissionais na FFCLPR são reveladoras de lógicas plurais elegidas para narrar experiências históricas específicas. Como observado, as lembranças da Faculdade foram construídas nos acervos como produtos de intenções cujas referências eram distintas em ambos os casos: família, trabalho, pares, conquistas, conflitos.

Se, em um lado, havia a centralidade das conquistas pessoais individualmente destacadas, no outro, o relato situava a individualidade relativamente a relações vivenciadas em um passado imemorial e dotado de expectativas sobre o presente. as produções dessas narrativas puseram em cena um caleidoscópio de referências insubordináveis à perspectiva de uma gestão coesa e oficial. Pois eram relativas, em primeiro lugar, as intenções pessoais de Cecília e de Pórcia em seus projetos de consagração para além do tempo – o que não exclui, necessariamente, a existência de pressões oficiais sobre os relatos, apenas as localiza em uma dimensão difusa em termos da produção do arquivo. O espectro da trajetória de vida supõe, com efeito, que os próprios relatos enunciados no acervo sejam contraditórios, uma vez que as experiências rememoradas tanto foram vivenciadas em tempos, lugares e com pessoas/seres/objetos diferentes quanto reorganizadas constantemente. Nesse sentido, o exame dos acervos de Cecília e de Pórcia permite compreender como a elaboração de arquivos pessoais centraliza uma gestão da memória de si sem, com isso, localizar exteriormente um processo de enquadramento unívoco.

Desse ponto de vista, é possível compreender como Cecília e Pórcia recordam-se de formas tão distintas da FFCLPR em seus acervos. Como argumentei, suas lembranças estão situadas face a suas intenções autobiográficas e essas, por sua vez, estão tensionadas a uma miríade de pressões difusas ao longo da organização do acervo no tempo – tais pressões, cabe dizer, podem ser institucionais, pessoais, familiares, profissionais ou/e individuais. É possível, naturalmente, haver uma oficialidade da memória dos quadros docentes na FFCLPR e que essa tenha constrangido ambas lembranças ao longo da formação dos acervos – sobretudo os documentos de Pórcia seriam uma rachadura nessa memória oficial, a qual, creio, as lembranças de Cecília tenderiam a assegurar. A análise empírica dessa hipótese, porém, está além dos limites desse trabalho. Com base no exame efetivado, creio que as diferenças nos relatos estejam situadas nos diversos constrangimentos experimentados ao longo das formações dos acervos, cujos efeitos foram duas formas cristalizadas de se lembrar sobre a Faculdade. O interessante é perceber como a maneira de recordar em um arquivo parte da perspectiva daquele/a que, pelo documento, narrou e inscreveu a própria trajetória relativamente a uma malha de eventos e indivíduos, considerando-os parte de seu relato autobiográfico. Com efeito, lançar luz ao percurso da formação do arquivo ao depósito em uma instituição é compreender os variáveis processos de enquadramento da memória em termos de acervos pessoais.

A considerar tais elementos e a discussão deste último capítulo, é possível discriminar ao menos duas formas de rememorar a FFCLPR nos referidos acervos, conforme minha análise:

1) ***tática***: as lembranças da Faculdade aludem à formação de uma instituição de ensino superior nas quais as parcerias, ideais e as condições materiais eram mobilizados estratégica e competitivamente pelos atores individuais. Ao mesmo tempo, a instituição era situada como espaço de realizações pessoais e acadêmicas. Isto é, permitiu o investimento em si e o reconhecimento nas/ pelas redes intelectuais locais e além. Essa maneira de lembrar a Faculdade expressa, por um lado, um entendimento estratégico das relações entre si e os demais atores e suas ideias e, por outro, a produção de pequenos núcleos de alianças, nas quais se gestavam os projetos e recursos especializados, além de serem vivenciadas relações não apenas profissionais como afetivas. Relatou-se, não obstante, a FFCLPR como um espaço propício, material e simbolicamente, ao desenvolvimento científico e pessoal de seus/as estudantes e docentes, desde que, e isso é muito importante, esses/as se dispusessem a trabalhar por redes de alianças, posições administrativas e vinculações extra universitárias. Em meu entendimento, este é o tipo de memória sobre a FFCLPR construída pelo fundo Cecília Maria Westphalen.

2) ***desconexão***: o conjunto das relações sociais estabelecidas na Faculdade foi rememorado pelo prisma do conflito e da desvinculação entre os atores, valores e ideias de ensino. A experiência profissional foi compreendida como intermitente, pois subsumida a acordos e negociações de variadas ordens sobrepostos aos vínculos imediatos. as lembranças acentuaram a desconexão entre os atores/as, assim como atinaram aos problemas internos da instituição desde o ponto de vista de suas contradições. Simultaneamente, a FFCLPR foi compreendida como espaço de realização e impedimento; focou-se, sobretudo, nos confrontos entre condições e realizações. Posicionados ao centro das lembranças, os conflitos apontaram as transformações nos sentidos e objetivos atribuídos à atividade docente no magistério superior, bem como sublinharam a escassez de recursos e a exigência de atributos individuais administrados estrategicamente na produção de alianças. O gerenciamento dessas conexões e requisitos foi narrado como sobreposto as próprias capacidades e experiências ali vivenciadas e conhecidas. Essa forma de rememorar destacou, pois, um processo de transformação institucional da Faculdade, no qual passaram a vigorar, paulatinamente, novas insígnias, como a diplomação especializada, a valorização da pós-graduação e as trocas, materiais e simbólicas, entre instituições congêneres. Situar tais meandros em suas lembranças acentuou, com efeito, os descompassos e os desacordos entre os docentes da Faculdade quanto a essas mudanças. Tais lembranças são um protesto, pois, à pura legalização da atividade acadêmica em detrimento do reconhecimento moral e local. A desconexão é a expressão das memórias profissionais de Pórcia na Faculdade.

Essas duas narrativas sobre a FFCLPR informaram duas percepções pessoais sobre a Faculdade durante o mesmo período. Elas aludiram não apenas as formas das relações vivenciadas ali, como as percepções que cada uma das professoras tinha sobre si e sobre os outros e como, nesse fluxo de interações, significaram os eventos vividos. A considerar a discussão proposta por Sabina Loriga (2011) sobre as discordâncias de significações, tais formas de narrar a experiência profissional na Faculdade aludem, em primeiro lugar, a uma clara dissintonia. Embora, como apresento à frente, as condições para tais significados tenham suas razões de ser não apenas à nível das experiências pessoais imediatas como também nas transformações mais abrangentes do ensino superior brasileiro, é perceptível uma relação de distâncias entre as lembranças em, pelo menos, dois pontos de vista – distâncias que, como demonstro, se radicalizaram com o tempo. A primeira, mais óbvia, é assinalada pelas próprias divergências entre as maneiras de se lembrar da Faculdade. Com efeito, as diferenças entre as memórias de ambas não estão nos detalhes e, sim, desde o ponto de partida.

É interessante revisitar, nesse sentido, as retóricas de ambas acerca de seus ingressos na Faculdade[89]. Pórcia, em entrevista ao final dos anos 1980 (ALVES, 1988), revestiu de alto valor sua participação na primeira turma de formandos da instituição; jubilosa, descreveu a formatura e os convites à docência. Seu acento esteve no reconhecimento de seus talentos e nas otimistas expectativas nutridas sobre uma carreira na Faculdade ou em contato com ela. Assim como Pórcia, Cecília também pontuou sua admissão na instituição. Por ocasião de um discurso de solenidade em 1978, ela rememorou seu ingresso na Faculdade (DISCURSO...,1978)[90]. Nesse, Cecília sublinhou sua relação com Brasil Pinheiro Machado antes mesmo do início de sua graduação, à época do exame vestibular. Construiu um vínculo longínquo e explicativo do sucesso de sua parceria com o professor por mais de trinta anos. O futuro remodelou o passado. Sem me delongar nessas posições, pois já explicitadas no capítulo anterior, desejo enfatizar como as diferenças de significados atribuídos à Faculdade estão presentes desde os aspectos relativos as lembranças de suas admissões na instituição. Desde o "princípio", portanto, Cecília e Pórcia atribuem sentidos diferentes a suas posições na Faculdade bem como à própria Faculdade.

Com efeito, as lembranças de ambas professoras sobre a Faculdade estão vinculadas a uma série de fatores, pretéritos, presentes e futuros, que as localizaram em posições diferentes nas redes de interdependência da Faculdade. É desde essas posições que elas se lembram sobre suas

89 Uma vez que já detalhei essa questão no capítulo anterior, limito-me apenas a retomá-la. A fim de observar os detalhes dessas narrativas, ver os tópicos Racionalidade e Destino e Clivagens das Lembranças.

90 CAIXA 1, PACOTE 1. Discurso de 19 de dezembro de 1978, por ocasião de entrega de solenidade acadêmica entregue ao professor Brasil Pinheiro Machado pela UFPR. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

experiências, comuns ou individuais, na FFCLPR. No caso de Pórcia, sua abordagem acerca do início de sua formação intelectual superior reflete as perspectivas conforme as quais ela se situava no mundo. Isto é, remete à própria organização de sua vida para si, na qual sua individualidade detinha méritos e conquistas próprias, porém vinculadas ao espectro mais abrangente de sua genealogia familiar. Se produziu um tipo de pensamento sobre si no qual era esperado o reconhecimento exterior do seu valor, em que pese, nesse aspecto, a tensão produzida entre sua sofisticada formação profissional e a sua distinção familiar. As referências da educadora, nesse aspecto, se referiam sobretudo ao passado, a uma percepção de si e de seu futuro escritos pela relevância de sua ascendência familiar. O frisar de seus atributos é, ainda, particularmente interessante se considerada a série de conflitos vivenciados por Pórcia na Faculdade na década de 1960. Sua entrevista reforçou, nesse sentido, certa indignação relativamente aos desdobramentos de sua carreira ali, ao centralizar em sua fala as expectativas de sucesso, bem como as evidências de suas qualidades intelectuais.

No caso de Cecília, a reflexão sobre sua entrada na Faculdade assimilou antes sua posição à época (1978), isto é, diretora do Setor de Ciências Humanas da UFPR, parceira acadêmica de Brasil Pinheiro Machado, vinculada a grandes projetos internacionais de pesquisa, do que uma apresentação de sua percepção de seu ingresso na Faculdade desde o ponto de vista de como ela se imaginava à época. Seu exercício de memória elaborou de maneira clara uma relação entre seu futuro e seu passado, de modo a fabricar pontes não apenas de sentido, como de reafirmação de uma trajetória intelectual ascendente. Cecília não deixou de se localizar, em seu discurso, como uma jovem laboriosa e esforçada, cuja prova de exames orais lhe ensinou sua primeira grande lição sobre a História, qual seja, da irredutibilidade do fluxo histórico aos grandes eventos, heróis e datas – compreensão presente em sua obra apenas de 1959 em diante.

Desejo demonstrar, assim, como suas discordâncias acerca dos significados atribuídos à Faculdade não se dão apenas à nível da experiência imediata, como carregam consigo conexões a eventos variados. Esse é um ponto importante se considerada a proposição de Sabina Loriga (2011), isto é, da relação entre os modos de significar os acontecimentos históricos e a mobilização de referências múltiplas ligadas à trajetória do indivíduo em questão.

Aqui entra em cena, novamente, a confecção de seus acervos documentais sobre a FFCLPR. Segundo quais critérios acumularam documentos sobre suas trajetórias na instituição? E quais os sentidos, dispostos nesses conjuntos, acerca de suas carreiras profissionais? Como apresentei anteriormente, suas lembranças sobre a Faculdade dividem-se em dois tipos, por mim

categorizados: tática e desconexão. Tal maneira de pensar as experiências de Cecília e de Pórcia na Faculdade só pode ser compreendida se considerada a gestão da memória operada em seus acervos pessoais e, mais ainda, se examinadas suas relações com os demais atores ali vinculados. Nesse sentido, embora as docentes situassem suas lembranças a partir de seus pontos de vista, ou seja, do sentido que os eventos vivenciados assumiram para elas, ambas iluminaram seus laços com outros atores, sejam ligados à Faculdade, sejam conectados a outros centros intelectuais. Observa-se, assim, tanto o fluxo de suas ações e relações sociais e, com isso, as transformações de suas trajetórias e lembranças, quanto o posicionar de suas narrativas a partir de localizações nas redes de interdependência desdobradas a partir dessas interações. Nesse ponto está, pois, a segunda grande distância assumida entre as lembranças em seus acervos: as ligações de si com outros atores.

Embora certos nomes se repitam ao longo de seus acervos, como Homero Batista de Barros, Flávio Suplicy de Lacerda, José Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado[91], seus estatutos são bastante diversos em ambas narrativas. Retomo. Por exemplo: Pórcia privilegiou apresentar vínculos com José Loureiro Fernandes em período anterior à sua admissão profissional na Faculdade – década de 1940. Sua proximidade ao professor esteve localizada à época em que Pórcia ansiava por fortalecer laços com os catedráticos da FFCLPR, notadamente a fim de cultivar-se profissional e academicamente. Sua menção ao professor coloca em evidência sua participação na fundação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Paraná, a primeira instituição do tipo no estado. Nota-se, em particular, como Pórcia fabricou uma narrativa sobre sua carreira profissional em que suas realizações estavam sempre além da Faculdade, porém ligadas a ela. Continuamente, Pórcia reforçou seus atributos práticos e intelectuais ao mesmo tempo em que localizou suas realizações fora do espectro universitário. Por sua vez, a relação de Cecília com Loureiro Fernandes era de outra ordem. As menções ao antropólogo em seu acervo eram relativas ao retorno de Cecília da *École* e, nesse sentido, conectadas ao largo número de atividades desenvolvidas pela historiadora naquele momento. Loureiro Fernandes foi um dos poucos catedráticos da FFCLPR convidados a participar dos Seminários de História[92], atividade periódica do DEHIS estabelecida por Cecília com o duplo fito de produzir discussões intelectuais em profundidade e, com isso, forcejar uma transformação qualitativa no Departamento, quanto de confeccionar uma agenda de pesquisas em História do Paraná, a envolver acadêmicos engajados na pesquisa científica de excelência. Assim como as mãos de Karenin (LORIGA, 2011, p. 208), as interações de Pórcia e de Cecília com o antropólogo balizaram pontos de vista distintos, segundo os

91 Há, pois, outros nomes repetidos em seus acervos, mas não trazidos ao presente texto, como Zélia Milleo Pavão, Osvaldo Pilotto, Maria Olga Mattar, Homero de Melo Braga e Bento Munhoz da Rocha Neto, por exemplo.

92 CAIXA 11, PACOTE 1. Pasta 8. Regulamento do Seminários de História, de 14 de maio de 1959.

quais atribuíram sentidos a ele e à própria relação. Depreendem-se daí também diferentes formas de se lembrar.

As professoras conservaram documentos a atestar seus vínculos com os mais variados docentes, cujas práticas na rotina da Faculdade, bem como em outros circuitos culturais, evocavam determinados entendimentos sobre a atividade intelectual. O situar de suas memórias em conexão a um ou outro ator, localizados em variados espaços e tempos, produziu, em meu entendimento, imagens sobre as identificações de Cecília e de Pórcia como intelectuais. Isto é, o modo delas pensarem suas atuações, assim como se conectarem a determinados personagens para além da própria vida, sugere a produção de vínculos e engajamentos que refletem tanto a forma como elas pensavam a si próprias quanto como gostariam de ser lembradas enquanto intelectuais. Nesse aspecto, contudo, estava em jogo não apenas a ligação de si com outros atores como a organização de suas trajetórias em relação as reestruturações legais do exercício acadêmico, uma vez que o espaço de trabalho dessas pessoas estava sob um intenso processo de remodelagem. As afinidades entre os sujeitos expressas nos acervos e, sobretudo, o êxito de suas parcerias e atividades ecoa as redefinições legais do ensino superior, em seus objetivos e recursos.

Com efeito, é possível aceder a tal interpretação, pois a microescala de análise adotada lança luz aos trânsitos dos atores e, com isso, aos variados circuitos sociais nos quais foram elaboradas suas escolhas e possibilidades de vida. Suas interações são tomadas, então, "Como uma série de círculos superpostos dos quais o centro de um se situa na circunferência do outro e assim por diante, [...] cada espaço e cada tempo remetendo a outro espaço e outro tempo" (LORIGA, 2011, p. 222). Embora seja interminável a tarefa de relacionar as ações em redes, o interesse está em revelar as conexões entre o geral e o particular, entre o micro e o macro (idem, p. 226). Dito de outra forma, o situar de uma ação relativamente a um outro ator equaciona uma série de tempos, lugares e experiências referenciadas reciprocamente e mediadas por eventos localizados na micro e na macro escala - esses não necessariamente remetidos imediatamente as ações dos atores, mas balizadores de suas práticas. Cabe destacar, sobre isso, como o texto que se segue tem certa característica vertiginosa, devido ao esforço de consideração de inúmeros tempos, espaços e pessoas tomados em relação as memórias narradas nos arquivos das professoras.

Assim, ao longo do próximo tópico, demonstro como as trajetórias de Cecília e de Pórcia tanto expressaram traços dos acontecimentos mais abrangentes ocorridos na área do ensino superior quanto suas práticas cotidianas atribuíram sentidos a esses eventos, transformando-lhes, ao mesmo tempo em que em organizavam suas atividades de modo a atender as demandas desses mesmos

dispositivos legais/institucionais. Em relação a esse último aspecto, considero ainda como o processo de institucionalização do ensino superior brasileiro balizou a formação de suas lembranças sobre a Faculdade e, em especial, as maneiras de pensar a si mesmo como intelectual.

3.2. Entre o notório saber e a diplomação especializada: do caso Bruno Enei ao concurso de Pórcia

Se, até o momento, foi possível identificar diferenças nas formas de recordar o exercício acadêmico na FFCLPR, tais divergências tornam-se mais agudas se considerados os embates entre os próprios catedráticos, para além das distinções entre Cecília e Pórcia. O caso Bruno Enei, envolvendo Homero de Barros e Paulo Duarte[93] em 1955, é revelador das posições e orientações na Faculdade, bem como das incorporações, ao nível institucional, de requisitos legais e institucionalizados para admissão de professores/as ao corpo docente da instituição. Com efeito, o esforço em recapitular esse conflito está tanto na apreensão de outros/as sujeitos e relações na Faculdade, no sentido de um entendimento mais alargado acerca dos colegas de Cecília e de Pórcia e de suas interações, quanto na compreensão da própria FFCLPR como instituição de ensino e lugar onde se realizaram suas carreiras profissionais. Esse deslocamento de perspectiva enseja, em meu entendimento, um exame da multiplicidade de significados atribuídos ao exercício acadêmico, bem como dos condicionantes e incentivos institucionais à carreira intelectual em Curitiba.

3.2.1. O caso Bruno Enei

Sinteticamente, o caso Bruno Enei refere-se a um tumultuoso conflito entre Homero de Barros, então diretor da FFCLPR, e Paulo Duarte, intelectual paulistano e editor da revista Anhembi (MACHADO, 2009, p. 15). Acreditava-se que Homero de Barros havia favorecido o padre Luigi Castagnolla em sua aprovação no concurso à cátedra de Língua e Literatura Italiana na FFCLPR. Ao contrário de seu concorrente, Bruno Enei[94], especialista diplomado no assunto, o Padre não

93 Paulo Alfreu Junqueira Duarte (1899-1984) foi um intelectual paulistano formado em Direito. Participou da fundação da Universidade de São Paulo, foi criador da revista e editora Anhembi, importantes veículos de divulgação, à nível nacional, das pesquisas científicas entre 1950 e 1960 (MACHADO, 2009, 17).

94 Bruno Enei formou-se em Literatura Italiana na Itália como pupilo de Attilio Momigliano, relevante crítico literário do país. Após a tentativa de ingressar na UFPR, Bruno Enei trabalhou no Colégio Estadual Regente Feijó, em Ponta Grossa, e posteriormente na Universidade Estadual de Ponta Grossa (MACHADO, 2009, p. 15).

possuía formação, publicações ou experiência na área. Não obstante, o Pe. Castagnolla tanto foi aprovado quanto assumiu como catedrático com um título de notório saber[95] instituído pela direção da FFCLPR. Após o encerramento do concurso, Bruno Enei apresentou um processo ao Conselho Universitário da UFPR, solicitando esclarecimentos sobre a composição da banca avaliadora da seleção. Seu processo foi aceito e repassado à Congregação da Faculdade, que o rejeitou.

Paulo Duarte, através da Revista Anhembi, de tiragem nacional, posicionou-se feroz e publicamente contra a escolha pelo Padre[96]. O intelectual moveu um processo ao Conselho Universitário da UFPR contra as supostas atitudes de Homero de Barros. O ato administrativo se estendeu até 1958, quando foi arquivado pela Comissão de Legislação e Recursos da UFPR em outubro do corrente ano, pois considerado exaustivamente debatido (MACHADO, 2009 p. 28). Até seu arquivamento, porém, novos debates se inflamaram. Ainda em 1955, em publicações da Revista Anhembi, Duarte afirmou que o "Faccionismo religioso do Diretor" interferia e impedia o desenvolvimento sério da Faculdade, uma vez que aqueles que não compartilhavam da sua fé e, mais precisamente, de seu entendimento sobre as relações entre religião e ciência[97], eram impedidos de ingressarem na instituição em benefício de candidatos favoráveis as perspectivas do Diretor (MACHADO, 2009, p. 16).

O caso Bruno Enei figurou em três edições da Anhembi em 1955 e voltaria a ser manchete em todo ano de 1958, por ocasião do cancelamento da assinatura gratuita da revista na FFCLPR. No entendimento de Paulo Duarte, a interrupção da assinatura era devida ao apoio da Anhembi a Anísio Teixeira naquele ano, 1958[98], e significava não só uma retaliação de Homero de Barros aos

95 O título de notório saber era um reconhecimento institucional de que alguém, a despeito de não possuir diplomação, detinha conhecimentos suficientes para o exercício no magistério. A concessão desses títulos era comum em início do século XX devido à escassez de instituições de ensino superior, bem como de cursos especializados, o que ocasionava o empréstimo de profissionais de outras áreas.

96 Conforme acusações de Rosário Mansur Faranir Guérios (1907-1987), catedrático de Português da FFCLPR, Wilson Martins, também catedrático da FFCLPR, era o responsável por repassar a Paulo Duarte informações e detalhes das reuniões, sessões do órgãos internos e rotinas acadêmica e institucional da FFCLPR (MACHADO, 2009, p. 31).

97 A FFCLPR era entendida por Barros como espaço de reflexão pura, bem como desinteressada da aplicação prática imediata; era voltada, pois, aos problemas do espírito. Na esteira do pensamento neotomista, o professor compreendia, por um lado, os avanços e mudanças que a técnica, o conhecimento e as relações sociais de sua época implicavam para a compreensão do mundo e da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que buscava a "Restauração de uma ordem social cristã, de um sistema religioso cultural, enfim, de uma civilização cristã" (HANICZ, 2006, p. 260). E isso, pois, a ciência, em particular, o chamado cientismo, contaminava a experiência de vida e a compreensão do mundo, sobretudo ao sobrepujar os ideais católicos e os reduzir à dimensão da crença pessoal, afora desprezar a vida sobrenatural, a vida além do mundo terreno imediato (idem, p. 261).

98 Foram publicados artigos na revista Anhembi em apoio ao educador após o Manifesto dos Bispos Gaúchos, no qual os prelados pediam o afastamento de Anísio da direção do INEP e da Secretaria da CAPES. O manifesto foi publicado pela revista católica Vozes em 1958, ano em que se discutia a nível nacional a organização da escola pública, e era direcionado ao então Presidente da República Nessas discussões, Anísio Teixeira tinha papel central, sobretudo após publicar o texto Educação Não é Privilégio (1957), no qual focalizou perspectivas de ensino democráticas, gratuitas e para todos, além de posicionar-se contra o ensino privado e religioso. O temor dos bispos se apoiava nos cargos de liderança desempenhados por Anísio e nas possibilidades dele, assim, implementar

posicionamentos da revista, como uma radicalização dos embates vividos no caso Bruno Enei (idem, p. 21). Pontou o intelectual: "Homero de Barros se destaca por uma torva conformação espiritual, profundamente reacionária e odientamente clerical" (*apud,* idem, p. 17). Duarte, contudo, não simplesmente acusou o Diretor; ele mobilizou relatos de estudantes e professores que, segundo ele, lhe teriam escrito e repassado informações sobre a vigilância religiosa vivenciada na Faculdade. Ele denunciou supostas ingerências do Diretor nas escolhas não apenas para professores como para membros dos órgãos internos da instituição, como o Conselho Universitário e a Congregação da Faculdade, além de informar a existência de controles na compra de publicações, literárias ou científicas. Sobre esse último tópico, Duarte afirmou, ainda, haver uma espécie de comissão responsável por retirar do catálogo de livros da Faculdade obras contrárias as perspectivas católicas de vida e ensino (MACHADO, 2009, p. 24).

Com efeito, suas acusações consideravam a suspensão da assinatura como uma censura a perspectivas políticas diferentes daquelas defendidas por Homero, ainda mais grave por ter lugar em uma instituição pública de ensino superior. Em seu entendimento, uma faculdade de filosofia deveria se pautar na circulação de conhecimentos plurais, desvinculados de amarras constrangedoras à promoção de conteúdos metodicamente orientados - como seria um catolicismo exacerbado, localizado acima dos protocolos e expectativas institucionais. O intelectual paulistano compreendia a atuação do Diretor como formadora de um escandaloso sectarismo religioso, fortificado pela escolha de nomes e pares aos cargos administrativos de relevância, bem como pela exclusão daqueles contrários a tais perspectivas, como eram o Bruno Enei e os conteúdos veiculados pela Anhembi, então suspensa e retirada das bibliotecas da Faculdade. Sobre isso, relembro a participação de Duarte na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, uma vez que a FFCL da USP era pensada como centro intelectual da Universidade, além de núcleo propagador de pensamentos de cultura superior (MICELI, 1987). É compreensível, pois, seu espanto relativamente ao comportamento de Homero de Barros, sobretudo se comparados os pontos de vista desde onde se engajaram no caso Bruno Enei.

O conflito noticiou não apenas uma forte tendência religiosa de parte do Diretor da Faculdade, como a fragmentação da própria instituição, à medida que os catedráticos posicionaram-se de maneiras distintas face as acusações. Conforme o conflito se acirrava e tomava proporções nacionais a partir de publicações em jornais e revistas, tais como no jornal O Estado de São Paulo e na Revista Vozes, alguns docentes da Faculdade criticaram a atitude do Diretor no concurso e no

---

propostas de ensino socialistas, conforme as quais incitaria a população as ruas e as manifestações sociais (SOUZA, 2018, p. 189).

cotidiano institucional; opunham-se sobretudo a sua defesa do catolicismo e as influências de tal perspectiva na rotina universitária. Temístocles Linhares[99] e Wilson Martins[100], por exemplo, publicaram artigos de suas autorias a desmentir informações veiculadas em cartas oficias da Direção da Faculdade. Um novo estopim seria dado ao final de 1958, com a inesperada reeleição de Homero de Barros à diretoria da Faculdade. Novamente, Paulo Duarte posicionou-se fortemente contra tal decisão, considerando-a produto de ardilosa manipulação de Homero e da colocação de seus aliados em cargos de relevância, responsáveis por votarem nas sessões de eleição (MACHADO, 2009, p. 32). Wilson Martins, em especial, concedeu entrevista ao jornal O Cruzeiro, na qual detalhou esquemas de pagamento a estudantes para apoiarem a Homero de Barros, além de reforçar a existência da prática de entrega de títulos de notório saber a membros da rede de aliados do Diretor (idem, p. 38). as acusações e evidências levantadas ocasionaram a intervenção do Ministro da Educação no caso, que terminou por considerar ilegal a permanência de Homero no cargo de diretor. Em 1961, Wilson Martins foi posto à disposição do Ministério da Justiça e afastado da FFCLPR no mesmo ano (WESTPHALEN, 1988, p. 43).

Como considerou Valéria Machado (2009), tratou-se de uma campanha relativamente personalizada contra as orientações do Diretor da FFCLPR na qual se confrontavam, porém, projetos educacionais distintos, conectados as discussões nacionais sobre o papel da universidade e dos intelectuais. Por um lado, uma compreensão sobre a ciência, a cultura e a produção de conhecimento desde um ponto de vista fortemente confessional, defendido por Homero e, por outro, um projeto de ensino leigo e conectado a discussões sobre a universalidade do conhecimento, tal como proposto por Paulo Duarte. Tais perspectivas, por sua vez, alinhavam-se a debates mais

---

99 Temístocles Linhares (1905-1993) foi um crítico literário, historiador e catedrático de Literatura Brasileira e Hispano-Americana na FFCLPR. Tornou-se professore emérito da UFPR em 1970 e foi professor da Universidade de Coimbra entre 1965 e 1966. No confronto desdobrado a partir do caso Bruno Enei, Temístocles publicamente posicionou-se contra as atitudes de Barros, qualificando-as como sectarismo religioso. Foi Temístocles quem denunciou a censura no empréstimo de livros à Biblioteca da FFCLPR, bem como o arrancar de trechos de obras em que constassem conteúdos sensuais. Não abordo no presente texto, porém um dos arrefecimentos do confronto deveu-se à mutilação de oitocentas páginas de obra rara de Galdós, importante escritor espanhol. Temístocles atribuiu a ação diretamente a Homero de Barros. Posteriormente, o catedrático de literatura teria artigo sobre Friederich Nietzsche rejeitado na revista de Letras da FFCLPR, da qual foi um dos fundadores. O intelectual considerou tal atitude uma retaliação a seus posicionamentos contrários a Homero, uma vez que o parecer negativo foi dado por Rosário Guerios, catedrático amigo e defensor de Homero de Barros (MACHADO, 2009).

100 Wilson Martins (1921-2010) foi um historiador e crítico literário paranaense, formado em Direito pela Universidade do Paraná em 1943. Ingressou na FFCLPR entre 1951 e 1962 como livre-docente de Língua e Literatura Francesa na FFCLPR, após especializar-se em estudos literários em Paris. De 1962 em diante, foi professor da Universidade de Nova Iorque (OLIVEIRA, 2005, p. 215). Entre seus trabalhos, é conhecida, e criticada, a obra O Brasil Diferente: Ensaio sobre Fenômeno de Aculturação no Paraná (1955), na qual Martins defendeu a identidade regional do Paraná como calcada nos movimentos migratórios de europeus brancos. Daí a produção de um Brasil diferente no sul do país, pois seria um região que não contaria, em seu entendimento, com uma população negra (idem, p.220). À época dos embates entre a revista Anhembi e a direção da FFCLPR, Wilson Martins foi duramente criticado em artigo publicado por Rosário Guerios na revista de Letras da Faculdade. Sua livre-docência foi, pois, acusada de facilitada por banca composta por amigos (MACHADO, 2009, p. 31).

amplos, notadamente, as propostas de Anísio Teixeira, voltadas a expansão do ensino público e gratuito, e da bancada católica, interessada em estabelecer a obrigatoriedade do ensino religioso, o direito a instituições privadas de educação e o combate ao comunismo (SOUZA, 2018, p. 189-190).

3.2.2. Projetos em disputa

Logo ao início do embate (1955), José Loureiro Fernandes e Wilson Martins encaminharam uma petição à Congregação da Faculdade. Eles exigiam a regulamentação da concessão de títulos de notório de saber na FFCLPR[101] (idem, p. 43). O interesse era, pois, instituir critérios e comprovações para a expedição dos títulos. Loureiro Fernandes e Wilson Martins posicionaram-se, inclusive, pela suspensão das concessões até sua normatização. O pedido foi negado pela Congregação e os títulos continuaram a ser entregues sem regulamentação própria até 1961, ano de promulgação das novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, na qual se reorganizaram os estatutos das universidades e, por conseguinte, a admissão docente (WESTPHALEN, 1988, p. 43-45).

O pedido encaminhado pelos professores noticiou a tensão vivida em um momento de transformações e redefinições das práticas acadêmicas. De modo geral, os requisitos acadêmicos e compreensões do ofício intelectual mobilizados ao longo do caso Bruno Enei expressaram os interesses, contradições e disputas por ocasião do processo de burocratização do ensino superior brasileiro ou daquilo que Luiz Antônio Cunha chamou de modernização institucionalizada (CUNHA, 1988, p. 70). A fim de compreender essa ideia, concedo, agora, atenção a circulação de leis e decretos relativos ao ensino superior nacional, entendendo-os como parte de um processo mais largo em que também se localizavam os conteúdos anteriormente debatidos, isto é, as relações entre notório saber, diplomação especializada, interesses católicos e perspectivas democratizantes

101 A considerar aspectos da vida de Loureiro, cuja atuação contribuiu fortemente para a institucionalização do ensino superior no Paraná, bem como para a produção de uma agenda de pesquisas e pesquisadores em Antropologia (PRADO, 2017; DRESCH, 2016), é compreensível seu envolvimento com o tema. Sobretudo se considerado seu esforço em organizar centros de excelência em Antropologia, como foi a fundação do Departamento de Antropologia da FFCLPR ao final da década 1950, do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (1956) e do atual Museu de Arqueologia e Etnologia (1962) (idem). Por outro lado, o posicionamento de Wilson Martins é contraditório se considerada sua contratação como professor livre-docente interino em Língua e Literatura Francesa em 1952, cargo ao qual acedeu sem um título de notório saber ou formação na área (WESTPHALEN, 1988, p. 40). Creio, pois, que a insistência de Martins ao longo do caso Bruno Enei deva-se, antes, a um choque de sua postura e expectativas intelectuais face as práticas de Homero de Barros, cujas atividades apoiavam a realização de um projeto católico de ensino. A própria formação de Wilson Martins era heterogênea e, em consequência, pouco especializada: formado em Direito, realizou em Paris cursos de literatura francesa e, no Brasil, atuou como crítico literário e historiador (OLIVEIRA, 2005, p. 215). Nota-se, com efeito, como as aderências a pautas comuns não se convertem, necessariamente, em perspectivas idênticas.

da educação, enfim, acerca dos sentidos imputados, e disputados, ao ensino superior brasileiro naquele momento. Inicio pelos processos legais através dos quais buscou-se, principalmente a partir de 1962, ano de promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), redefinir a estrutura do ensino e as práticas educativas nacionais a nível primário, médio e superior.

Escrito por Anísio Teixeira em nome do Conselho Federal de Educação, o PNE era tanto um diagnóstico quanto um conjunto de normas voltado à implementação das mudanças e recursos definidos na Lei de Diretrizes e Bases, de 1961. Relativamente as observações do PNE acerca das universidades, previa-se que metade dos concluintes do ensino médio deveria ingressar no ensino superior, ao menos 30% dos corpos docente e discente de uma instituição teriam de manter-se em tempo integral e, em especial, os recursos do Fundo Nacional do Ensino Superior[102] seriam aplicados nas instituições federais já existentes. O PNE foi observado até 1965, um ano após o golpe militar. Embora não completamente descartado, à altura o Plano sofreu mudanças substanciais, alterando-se radicalmente suas finalidades. No entendimento de Cunha (idem, p. 73), as revisões adicionaram um caráter privatista ao PNE, uma vez que os recursos foram designados também para instituições particulares – 4% para bolsas de estudos e residências estudantis e 5% para subvenções a estabelecimentos privados de ensino.

Tais alterações no Plano refletiram os novos dispositivos legais previstos no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), escrito em 1964 e promulgado em 1965. Previa-se, através do PAEG, definir a educação como um capital humano (CUNHA, 1988, p. 70-71). Neste sentido, compreendia-se que

> Era necessário refrear o ritmo de multiplicação desordenada no setor de formação profissional sistemática. Seria necessário abandonar o critério da demanda social, que teria presidido a expansão do ensino superior, por um critério econômico regionalizado que levasse em conta a demanda dos três setores da produção; as condições de eficácia das instituições de ensino; e, principalmente, as condições mínimas do fator organização, compreendendo estruturação, sistema de funcionamento e recursos financeiros (CUNHA, 1988, p. 71)

O modelo adotado como referência para tal elaboração era a estrutura do ensino superior norte-americano, no qual mantinha-se a direção da universidade sob os conselhos Técnico-

102 Criado em 1958 como projeto de lei pela Comissão de Justiça, Educação e Cultura e comissão específica, entre seus realizadores estiveram Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Pedro Calmon. O Fundo do Ensino Superior integrava, pois, um projeto mais amplo no qual se dispunha sobre a distribuição de recursos para a educação pública em seus três níveis - primário, médio e superior. A proposta regulamentou o art. 169 da Constituição Brasileira de 1948, em que previa-se um dispositivo específico para a circulação de recursos entre a União e as instituições de educação. Relativamente ao ensino superior, a previsão era dividir os recursos entre as instituições já existentes, ao invés de parcelá-los por estados, como feito nos Fundo do Ensino Primário e Fundo do Ensino Médio. Ao Fundo do Ensino Superior foi destinado 4%, no mínimo, da renda arrecadada com impostos (PROJETO DE LEI, 1958).

Científico e Administrativo. No primeiro, docentes e membros da Reitoria do estabelecimento; no segundo, representantes de fundações, comitês e organizações contribuintes à manutenção da instituição (idem, p. 75). as decisões governamentais brasileiras após o golpe militar em 1964 concorreram tanto para a diluição dos modelos tradicionais das universidades brasileiras, centralizadas nas faculdades de filosofia e estruturadas em torno das cátedras, quanto para a transição rumo a um modelo universitário departamental, dotado de corpo docente efetivo e enlaçadas com centros produtivos, com os quais pudesse haver circulação de estudantes e saberes técnico-especializados aplicáveis as demandas do crescente mercado industrial brasileiro (idem, p. 72).

Com efeito, as disputas relativas à ossatura e finalidades do ensino superior colocaram em relevo a centralidade das faculdades de filosofia, bem como a crescente demanda pela autonomização da Educação enquanto área disciplinar, até então embutida nas FFCL[103]. Em 1966, por meio do decreto de lei nº 53, estipulou-se a pulverização das faculdades de filosofia e a fundação das faculdades de educação (idem, p. 79). Em 1967, um novo decreto foi lançado, o de nº 252, cujo conteúdo estipulava os departamentos enquanto unidades mínimas da organização universitária e previa a criação dos colegiados de curso, além de justificar a fragmentação das faculdades de filosofia, defendida em benefício da especialização do conhecimento. A diluição das faculdades não foi pacificamente aceita, tendo gerado uma série de debates em reuniões da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, nos Seminários de assuntos Universitários, organizados pelo Conselho Federal de Educação (idem). Nota-se, pois, como a promoção de um novo argumento as universidades brasileiras, isto é, de sua organização especializada e conectada a centros produtivos, produziu efeitos sobre a própria maneira de existir das FFCL. Em outras palavras, na nova ordenação das instituições de ensino superior não havia aderência as pautas mais universalizantes defendidas pelas FFCL em sua origem, nas quais se previa a produção de conhecimentos de base distintos, porém unificados pela característica comum de pensamento superior organizado pela filosofia para a investigação científica.

---

103 Não é possível admitir uma causa única à fragmentação das faculdades de filosofia. Trata-se, pois, de um processo de eventos no qual a diluição dessa unidade de ensino localizou-se como efeito de um longo embate político que continuou, naturalmente, para além dessa decisão. É possível considerar, ainda assim, um ou outro acontecimento relevante. Um deles é, pois, a atuação de Anísio Teixeira na defesa da autonomia institucional da Educação. Em 1962, ele implementou uma faculdade de educação na recém-criada Universidade de Brasília, retomando um modelo pensado em 1934, por ocasião da fundação da Universidade do Distrito Federal. Longe de imputar a ele quaisquer responsabilidades exclusivas pelo curso dos eventos, se havia uma demanda crescente em relação ao crescimento institucional e autônomo dos estudos em Educação, esses interesses não necessariamente eram compatíveis aos das autoridades políticas da Ditadura Militar, responsáveis, efetivamente, por decretarem a diluição das faculdades de filosofia (CUNHA, 1988).

Em estudo sobre os 50 anos de fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Cecília Westphalen (1988, p. 39) considerou haver, desde 1958, um crescente movimento de especialização e, sobretudo, de distanciamento entre os cursos e corpos docentes abrigados pela FFCLPR[104]. Em particular, a criação dos institutos de pesquisa na FFCLPR apontavam a uma contínua e desejada diferenciação dos projetos, bem como dos desenvolvimentos por área pensados em cada curso. Data de 1958 a criação do Conselho de Pesquisas da Universidade, cujo primeiro diretor foi Brasil Pinheiro Machado. À fundação do Conselho, seguiu-se a implementação do Fundo Especial de Pesquisas da UFPR, voltado ao financiamento de investigações e criação de centros de pesquisa especializados. Esses acontecimentos viabilizaram, por sua vez, a criação dos institutos de Bioquímica, de Geologia, de Pesquisas Químicas e de Matemática em 1959; no ano seguinte, dos institutos de Física e de Mecânica; e, em 1961, do Instituto de Ciências Sociais e de Direito Comparado (WESTPHALEN, 1988, p. 40).

Em sua análise, Westphalen (idem) acentuou as falas do Pe. Jesus Santiago Moure[105], catedrático de Zoologia, nas sessões do Conselho de Pesquisa que presidiram a criação dos institutos. Dizia ele que o aceite a tais iniciativas, embora fomentasse o desenvolvimento das áreas contempladas, terminaria por ocasionar a extinção da FFCLPR – coisa que lhe parecia ruim, pois se perderia a importância do saber filosófico como base unificadora das investigações promovidas, além do trânsito entre os saberes[106]. Em seu entendimento, tratava-se de um processo de contínua fragmentação da Faculdade, no qual essa deixava de atuar como instituição coesa para abrigar institutos próprios e autônomos. Em particular, a criação dos institutos feria os objetivos programáticos da FFCLPR à época de sua fundação, quais sejam, de ampliação da cultura,

104 À época, a FFCLPR abrigava os cursos de: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Classicas, Letras Neolatinas, Letras Anglogermânicas e Pedagogia (WESTPHALEN, 1988, p. 22).

105 Nascido em Ribeirão Preto (SP) em 02/11/1912 e falecido em 10/07/2010, o Pe. Moure formou-se em filosofia pelo Seminário Maior Claretiano em 1933, onde também estudou Ciências Físicas, Matemática e Física. Mudou-se para Curitiba em 1933, a fim de estudar Teologia na sede paranaense do Seminário Maior. Foi ordenado padre em 1937. Desse período em Curitiba, datam seus primeiros estudos sobre insetos, notadamente abelhas. Pertenceu ao quadro de membros do Centro de Estudantes Bandeirantes, onde conheceu José Loureiro Fernandes, parceiro institucional de longa data no Museu Paranaense, do qual foi diretor da sessão de Zoologia, e da FFCLPR. Durante sua carreira, o Pe. Moure estabeleceu uma série de contatos internacionais de pesquisa em Argentina, Chile, Alemanha e Estados Unidos, notabilizando-se como um dos grandes nomes da entomologia de abelhas e taxonomia de insetos, em geral (URBAN, 2010).

106 É interessante notar como a posição de Moure não se convertia, necessariamente, em uma busca por um conhecimento genérico ou mesmo pouco criterioso. No início da década de 1950, o Pe. Moure inaugurou o intercâmbio institucional entre docente e pesquisadores estrangeiros na FFCLPR, com apoio da recém-criada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – a iniciativa aos intercâmbios foi pensada junto a Loureiro Fernandes que, no mesmo momento, trouxe o casal Emperaire para um período de investigações no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Faculdade. Em 1956, o Pe. Moure foi aos Estados Unidos obter seu título de doutorado e, quatro anos depois, obteve financiamento da Fundação Rockefeller para aprofundar as pesquisas da cátedra de Zoologia (WESPTHALEN, 1988, p. 38-39). Sua perspectiva quanto à defesa da unidade da FFCLPR encontrava sua razão de ser na unidade do pensamento promovida pela reflexão filosófica, comum a todos os cursos ali abrigados.

aperfeiçoamento científico e técnico e formação de quadros ao magistério básico - finalidades pensadas em relação ao conhecimento filosófico, localizado ao centro de quaisquer reflexões elaboradas ali.

Com efeito, o posicionamento do Pe. Moure permite mapear como essas transformações institucionais eram pensadas pelos atores que as viveram. Desde sua perspectiva, era previsível que a Faculdade, em seu então modelo, fosse diluída em benefício da criação de outras unidades internas, uma vez que tanto os decretos de lei quanto os catedráticos e livre-docentes encaminhavam o funcionamento de suas disciplinas a especializações apartadas umas das outras. O que se observa, aqui, é um processo semelhante ao endossado pela fragmentação das FFCL. Ou seja, de emergência de questões e demandas próprias as especialidades, cujo cumprimento não encontrava mais, no modelo das faculdades de filosofia, espaço para realizar-se.

É necessário assinalar que tal referência a uma coesão na Faculdade seria, antes, em relação a um modelo institucional e não as práticas cotidianas ali – como o conflito Bruno Enei torna claro. Nesse particular, contudo, é difícil separar o que seria fruto da compreensão do Pe. Jesus Moure daquilo interpretado por Cecília, enquanto autora do texto. Ao longo de sua análise, a historiadora lançou mão das categorias de unidade e coesão em tensão com o final da década de 1950, situada por ela como caótica e promotora do esfacelamento da proposta original da FFCLPR. Acerca disso e tendo em vista o caso Bruno Enei, Paulo Guérios (2017, p. 131) considerou,

> A "unidade e a coesão" que Westphalen considerava que haviam sido rompidas ao longo dos "anos tumultuados" da FFCLPR são princípios equivocados para a análise, pois os membros dessa rede de intelectuais enfeixavam desde seu início compreensões divergentes acerca dos objetivos desse projeto. Essas diferenças apenas cresceram ao longo do tempo, resultando, a partir da questão da concessão de títulos de livre docência, em uma polarização aparentemente assentada em duas posições opostas. Mesmo dentro dessas posições opostas não havia "unidade" ou "coesão" – visto que tomaram posição ao mesmo tempo contra o diretor Homero de Barros intelectuais externos à rede dos católicos, como Wilson Martins, e intelectuais ligados ao CEB. E mesmo dentre esses últimos [...] existiam projetos políticos e de conhecimento distintos entre si.

Dito isso, é impossível não atinar à aparente crítica de Cecília aos eventos vivenciados. Porém, ao observar-se o argumento da historiadora sobre a década de 1950 na FFCLPR, nota-se certa contradição, uma vez que sua análise qualificou tal período como tenso e estressante, ao mesmo tempo em que sua carreira e projetos universitários foram alavancados pelas mesmas transformações e reformas educacionais responsáveis pelo rompimento da "unidade" institucional ali. Isto é, a trajetória docente de Cecília, inclusive seu êxito acadêmico, foram largamente tributários das novas condições e recursos dispostos ao ensino superior ao final da década de 1950.

Sua maneira de recordar sua docência na FFCLPR anuncia nexos, bem como propostas de trabalho e desenvolvimento disciplinar[107], nas quais se inscreveram requisitos de produtividade, formação regulamentada, organização especializada, produção de pesquisas, promoção de vínculos acadêmicos locais e internacionais, enfim, uma série de elementos conciliados a uma ideia de educação superior já burocratizada, especializada e de formato institucional consolidado em bases de comprovações de competências e capacidades – elementos, eles mesmos, equacionados em prol da distribuição de recursos entre as instituições e cursos. A organização de suas lembranças sobre a Faculdade se assemelha, com efeito, à ideia de educação como capital humano (CUNHA, 1980). Nesse sentido, creio que sua crítica se baseasse no fato de ela mesma ter vivenciado cada um dos conflitos narrados, uma vez que, nos idos de 1950, ela era recém livre-docente na Faculdade, além de sua ex-aluna. É possível que, naquela época, o curso dos eventos lhe parecesse ameaçador do ponto de vista do desenvolvimento de sua carreira. E que seja em referência a essas experiências que Cecília tenha mobilizado as categorias de coesão e tumulto em oposição a uma suposta unidade anterior. Pois, como analisado por Guérios (2017), tal adjetivo não era necessariamente a tônica das interações sociais na FFCLPR.

Além dos acontecimentos descritos, deve-se considerar ainda a criação da CAPES e do, então, Centro Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1951, a progressiva departamentalização da FFCLPR encabeçada pelos departamentos de Antropologia e História em 1958 - organização institucional que, 10 anos depois, estaria ao centro da justificativa ao fim do regime de cátedras e pela instauração da setorização universitária, o intercâmbio internacional de docentes e pesquisadores a partir de 1955, além da aprovação, em 1951, do regulamento de bolsas para o corpo docente da Faculdade, a fim de aperfeiçoamento técnico-intelectual. Destaco, também, a inauguração do regime de dedicação exclusiva aos professores/as da instituição, em 1957. Os primeiros docentes contemplados foram o Pe. Jesus Moure, José Loureiro Fernandes e os catedráticos de Genética e Botânica – não os identifiquei. Desde 1951, contudo, buscava-se regularizar o corpo docente da instituição, sobretudo a titulação acadêmica dos catedráticos, como discuto a seguir. Tais demandas resultaram da promulgação de novas legislações ao ensino superior a partir da década de 1950, conforme as quais a FFCLPR, incorporada à Universidade do Paraná em

107 Cabe notar que, um dos elementos continuamente ressaltados por Cecília em sua trajetória, é a fundação, por ela, do departamento de História, em um esforço de especialização da História em separado à Geografia – até início da década de 1960, História e Geografia eram um curso só na FFCLPR. Em seu texto sobre os 50 anos da Faculdade, Cecília pontuou: "No final dos anos 50, deve ser referida a organização dos primeiros Departamentos da Faculdade de Filosofia, de Antropologia e História, aquele por iniciativa do Professor José Loureiro Fernandes, e este último da Professora Cecília Maria Westphalen, tendo em vista não apenas a coordenação dos programas de ensino, mas o desenvolvimento de projetos de pesquisa, com ampla discussão em seminários regularmente realizados" (WESTPHALEN, 1988, p. 39).

1946 e a UP, enquanto autarquia federal desde 1950, deveriam rapidamente se adaptar (WESTPHALEN, 1988, p. 37).

Sobre isso, retomo o pedido de Loureiro Fernandes e de Wilson Martins para a regulamentação da concessão de títulos de notório na FFCLPR em 1955, uma vez que a proposição comunicou uma crescente exigência tanto pelo cumprimento legal das finalidades do magistério e da Faculdade, quanto pela admissão criteriosa de membros ao corpo docente da instituição. Relembro, porém, que tal reclame se localizava em oposição aos favorecimentos atribuídos a Homero de Barros por ocasião do caso Bruno Enei. Entende-se melhor a relação entre notório saber e especialização se considerada a composição do corpo docente titular da FFCLPR até então.

3.2.3. O concurso à cátedra de Pórcia Guimarães Alves

No ano de fundação da Faculdade, em 1938, foram considerados catedráticos aqueles que participaram da sua criação. Havia políticos, professores das faculdades isoladas de Direito, Medicina e Engenharia do Paraná, bem como da Escola Agronômica do estado, além de intelectuais ligados ao Centro de Estudos Bandeirantes. Embora a Faculdade fosse voltada à formação em História, Ciências Sociais, Matemática, Filosofia, entre outras, seu corpo docente dispunha de formações e experiências heterogêneas, nem sempre no magistério, e raramente especializadas – o que se explica, pois não era frequente, até então, a oferta destes cursos[108]. Ademais, até 1961 o exercício no ensino superior não exigia dedicação exclusiva[109]. Muitos dos catedráticos eleitos administravam carreiras políticas ou no serviço público e, assim, se dedicavam de maneira intermitente as cátedras as quais foram designados[110]. Em muitos casos, a concessão do título de catedrático atuou, antes, como um reconhecimento das contribuições à criação da instituição do que como formação de quadros especializados e estáveis. Isso é particularmente claro em 1939, quando

108 A primeira faculdade de Filosofia do Brasil é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, fundada dem 1916. A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo data de 1934, e a Escola Livre de Sociologia e Política de 1933.

109 Como pontuei anteriormente, desde 1957 havia na FFCLPR o regime de dedicação exclusiva. Contudo, poucos docentes foram contemplados desde o início com esse tipo de vínculo. Apenas em 1961, o regime foi estendido a todos os docentes permanentes.

110 Em 1946, Brasil Pinheiro Machado, então Diretor da FFCLPR, foi nomeado Interventor do Estado do Paraná; Algacyr Munhoz Mader, catedrático de Geometria Analítica, foi eleito Prefeito de Curitiba; Flávio Suplicy de Lacerda, catedrático de Análise Matemática e Análise Superior, foi designado à Secretaria de Estado de Viação e Obras; Homero de Barros foi nomeado Diretor Geral de Educação do Paraná; e Bento Munhoz da Rocha Neto, catedrático de História da América, foi eleito Deputado Federal pelo estado (WESTPHALEN, 1988, p. 30-31).

a FFCLPR expandiu a oferta de cursos de graduação e nomeou personalidades políticas e intelectuais do Paraná as cátedras inauguradas. assim, "Por ocasião da fundação da Faculdade [haviam] sido omitidos elementos dotados de reconhecida capacidade didática e cultura especializada e que deveriam ser convidados a integrá-la" (WESTPHALEN, 1988, p. 24).

O que estava em jogo na nomeação desses catedráticos era, justamente, o reconhecimento de suas capacidades didáticas e intelectuais, a despeito da inexistência de diplomação na área. Meu argumento está, justamente, nesse ponto: na transição entre esse modelo de atividade didática, na qual vigorava o reconhecimento e eleição de personalidades e, muitas vezes, autoridades políticas do estado, para uma forma de organização na qual o conhecimento deveria ser validado e verificado por dispositivos legais. A diferença de tempo entre a negativa à inscrição de Pórcia ao concurso à cátedra de Psicologia da Educação e a entrega do título de notório saber ao Pe. Castagnolla é de seis anos. Em uma perspectiva micro, tal intervalo de tempo contempla uma quantidade incalculável de eventos; de uma visão macro, seis anos representam pequenos fragmentos no curso da história. as condições vivenciadas por Pórcia em seu concurso e, sobretudo, suas reações e decisões se pautavam não apenas em um desgosto pessoal pelo acontecido, como em transformações da carreira acadêmica nas quais ela não se realizava ou, até mesmo, não se identificava. A importância desses seis anos reside, com efeito, na tensa instauração de um novo padrão de trabalho no ensino superior.

Caso a trajetória docente de Pórcia tivesse sido linear, isto é, se ela atuasse desde 1940 como docente da FFCLPR, provavelmente teria ascendido a posições mais prestigiosas do que o cargo de professora contratada. Ela teria, em princípio, condições de inscrever-se em seleções profissionais sem os entraves legais que a barraram em 1961, a medida que vigoravam outros requisitos e valores na atividade acadêmica. assim como alguns atores foram alçados a cargos da maior relevância na ossatura institucional da Faculdade, isto é, as cátedras, desde a perspectiva do reconhecimento e da estima por suas capacidades intelectuais, Pórcia imaginava, creio, tal desenvolvimento para si. Sobretudo se considerada sua distinta origem familiar, sua formação na FFCLPR no momento em que tais cargos eram atribuídos, além de sua diplomação e currículo especializados. A título de hipótese, esses fatores forjaram entendimentos e expectativas na educadora acerca de sua carreira, desde a perspectiva de que seria possível construí-la a partir de atributos pessoais. Cabe frisar o contraditório, uma vez que Pórcia engajou-se fortemente em cultivar a si mesma em um registro tanto de seu valor individual quanto de qualificações profissionais. Contudo, a despeito de possuir um currículo notável, era requisitada formação doutoral para inscrição no concurso. O título ela não possuía e, como ficou claro ao longo dos cinco anos de embate, não concordou em ter de conseguir

para aquela finalidade. É interessante observar como, no seu caso, não lhe foi concedido um título de notório saber.

O concurso prestado por Pórcia ocorreu em 1961, mesmo ano em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi promulgada. Embora a completa redefinição do magistério superior tenha sido objeto da reforma de 1968, desde 1961 houve uma maior ingerência federal na organização das universidades, bem como de seus quadros docentes. A despeito dos protestos de Loureiro Fernandes e Wilson Martins em anos anteriores, apenas em 1961 foi revogado, do Estatuto da Universidade do Paraná, o recurso ao título de notório saber, em atitude tomada face aos dispositivos da LDB (WESTPHALEN, 1988, p. 45). Na interpretação de Pórcia, expressa em carta enviada à Direção da FFCLPR em 1961 na qual solicitou revisão do indeferimento de sua inscrição à cátedra de Psicologia da Educação[111], a supressão do título de notório saber significava que, em seleções as cátedras, bastava então graduação compatível à área em concurso. Ademais, no entendimento da educadora, havia contradições entre o Estatuto da Universidade e o Regimento Interno da FFCLPR, quais sejam, o primeiro revogou o título de notório saber e o segundo, exigia titulação superior à graduação. A considerar o Estatuto como código máximo da Universidade, Pórcia suplicou à Congregação da Faculdade que se pautasse nele, como ela o fazia. Pois, se assim o fosse, sua inscrição deveria de ser aceita. Complementou seu argumento, ainda, com a exposição dos critérios adotados pela Faculdade de Direito do Paraná face à extinção do título de notório saber, "A Congregação da Faculdade de Direito já decidiu por unanimidade que, em razão da supressão da exigência de "notório saber", basta ao interessado o diploma de curso de nível superior cujo currículo contenha a cátedra objeto do concurso para ser permitida a sua inscrição"[112].

A revisão solicitada foi acatada pela Congregação da FFCLPR, porém a avaliação final manteve-se idêntica: a ausência do título era determinante em detrimento de quaisquer comprovações de competência, tempo de serviço e especializações. A inscrição continuaria, pois, indeferida. Ainda em relação ao mesmo pedido de revisão, o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade elaborou parecer em 07 de junho de 1962, comunicado pela conselheira Cecília Maria Westphalen, no qual se lia que os Conselheiros eram "[...] Contrários à inscrição requerida, visto que a interessada não satisfaz os requisitos de lei" (CERTIDÃO..., 1962)[113]. Com efeito, houve séria organização da admissão docente conforme os códigos da lei.

111 Caixa 5. Solicitação, à diretoria do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná de revisão do inferimento à sua inscrição ao concurso à cátedra de Psicologia da Educação, em 1962. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

112 Idem, p. 2.

113 Caixa 5. Certidão expedida em 07 de junho de 1962 pela Diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná contrária à inscrição de Pórcia no concurso à cátedra de Psicologia da Educação. Disponível em coleção Pórcia Guimarães Alves, arquivo IHGPR.

À diferença do Caso Bruno Enei, no qual o Pe. Castagnolla amparou-se em uma rede de alianças, em especial em Homero de Barros, e esse, por sua vez, foi apoiado por outros indivíduos, Pórcia não recorreu a argumentos de tipo societário. Isto é, não aludiu a um entendimento comum compartilhado por ela e outros sujeitos; tampouco, manifestou ter sido defendida por terceiros durante todo processo de revisão da inscrição. Chamo atenção, primeiramente, à desconexão profunda entre Pórcia, os catedráticos, os/as professores e, até mesmo, os/as estudantes da FFCLPR. Em sua narrativa, não se apontaram vínculos duradouros entre si e outros membros das redes da FFCLPR. Em segundo lugar, destaco a importância da criação deste tipo de conexão para o êxito ou, ao menos, estabilidade institucional – debato adiante. assim, se por um lado o processo de Pórcia expressou a transição rumo a um padrão de trabalho acadêmico burocratizado, por outro, manifestou os entendimentos dos atores acerca dessas transformações, uma vez que houve mobilizações, apoios e negativas à admissão docente, seja dela, seja do Pe. Castagnolla, por exemplo. Trata-se de compreender como dispositivos burocráticos podem ser condicionantes da produção dos quadros docentes universitários ao mesmo tempo em que objeto de contradições e revisões face aos sujeitos envolvidos. A dimensão legal não está, com efeito, sobreposta as relações sociais cotidianas.

Nesse sentido, creio que a desconexão de Pórcia com os demais atores vinculados a FFCLPR contribuiu para os entraves de sua carreira acadêmica, conforme ela os narrou em seu arquivo. É possível considerar, nesse sentido, se a sua expectativa por reconhecimento individual não se converteu em uma rejeição à produção de alianças, uma vez que seu lugar no mundo e, precisamente, quem ela era, atuariam como comprovações insuspeitas de suas capacidades. Embora tal consideração possa ser verdadeira, é necessário admiti-la com prudência. Pois os documentos de Pórcia acerca da Faculdade em período prévio a sua carreira profissional ali atestam com clareza vínculos, auxílios e colaborações entre ela e Brasil Pinheiro Machado e José Loureiro Fernandes. Tal aponta as alterações de suas compreensões sobre a FFCLPR no decurso do tempo. Torna-se imperativo considerar, assim, o momento da doação de seu acervo ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Em minha interpretação, trata-se de uma revisão material da própria vida, na qual a organização do acervo e sua doação operaram como as escutas de um longo relato pouco compreendido: aquele das competências que ela poderia ter desenvolvido dentro da Faculdade, caso tivessem acatado sua perspectiva dos eventos vividos. Na ausência desse outro ouvido, a montagem do arquivo para doação faz as vezes da nunca existida audiência de defesa, e sem contestações, de sua carreira profissional na Faculdade.

Como tenho demonstrado, diversos fatores esclarecem o indeferimento da inscrição de Pórcia e as condições de produção das suas lembranças. Não há, pois, uma causa específica a qual se possa apontar como condicionante exclusivo de sua carreira universitária, senão um fluxo de eventos aos quais sua trajetória lança luz. Em especial, os 10 anos de diferença entre Pórcia e Cecília são fundamentais para a compreensão das distinções de suas trajetórias docentes e lembranças sobre a Faculdade. Há, nesse período, os primeiros esforços de organização institucional e regulamentada do ensino superior. O caso Bruno Enei é, ele mesmo, uma expressão dos embates em torno desse processo; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a extinção dos títulos de notório saber, também. Dessa perspectiva, as próprias organizações dos documentos nos arquivos das professoras evidenciam transformações no exercício acadêmico. É possível notar, nos tipos de objetos conservados por elas, os movimentos de especialização e burocratização na FFCLPR após 1960. Vejamos um exemplo.

A organização do Fundo Cecília Maria Westphalen (tabela 1, em apêndice) manifesta como, em período posterior a 1960, o centro de seus artigos passou a ser as correspondências trocadas entre ela e outras pessoas. Aos poucos, seu arquivo dispensou a guarda de circulares e ofícios da FFCLPR, do DEHIS e mesmo do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade[114] em detrimento de papeis de outra natureza, relativos propriamente à sua carreira. Acredito que esse deslocamento se deva tanto a omissões de sua trajetória, como já debatido, quanto aos processos institucionais apontados há pouco. Esse é o caso, por exemplo, das conexões entre a trajetória de Cecília e a criação do Departamento de História.

Fundado em 1959, em novembro de 1960 o DEHIS teve seu regulamento aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo da Universidade[115] e somente três anos depois, em 1963, teve sua existência oficializada pelo Setor de Ciências Humanas[116]. O processo de criação do DEHIS coincide, pois, com a alteração do tipo de documento conservado por Cecília em seu acervo pessoal. A oficialização do DEHIS como centro especializado em ensino e pesquisa em História, dotado de recursos e pessoal especializado, acompanhou tanto o processo mais amplo de transformações do ensino superior quanto a mudança interna do arquivo de Cecília, cujo conjunto documental passou a

114 À exceção de 1976, ano de falecimento de Pylades Westphalen, pai de Cecília. Nessa ocasião, Cecília recebeu algumas cartas de condolências.

115 Caixa 11, pacote 1, pasta 8. Regulamento do Departamento de História, aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo da Universidade Federal do Paraná em novembro de 1960. Disponível em Fundo Cecília Maria Westphalen, DEAP.

116 Caixa 3, pacote 2. Portaria n. 42/63 do Setor de Ciências Humanas designa os diretores dos departamentos de Antropologia, Botânica, Ciências Sociais, História, Biologia, Química e Geografia, recém-oficializados , até que se proceda eleição. Portaria assinada por Homero de Barros, diretor do Setor, em 23 de março de 1963

privilegiar correspondências entre a historiadora e outros intelectuais, a despeito das diversas atividades institucionais desempenhadas por ela.

É possível sugerir, nesse sentido, a transferência dos papeis de tipo protocolar para o arquivo do próprio DEHIS[117] - o mesmo se passando com as demais atividades institucionais e cargos administrativos ocupados por Cecília. Com isso, sublinho as mudanças nas relações sociais de tipo intelectual encetadas por processos mais amplos, à medida que a conservação de um tipo ou outro de documento expressou a instauração de novas práticas intelectuais desde um ponto de vista institucional, burocrático. A diminuição de documentos sobre o Departamento ou sobre a Faculdade no acervo pessoal de Cecília lança luz, com efeito, à especialização e ao distanciamento do ator relativamente a seu cargo, eventos conforme os quais se produziu, progressivamente, um sentido administrativo e despessoalizado à atividade acadêmica. Os documentos administrativos não pertenciam mais à Cecília, de modo que ela pudesse levá-los para sua casa e conservá-los, eles passaram a ser, então, parte da ossatura burocrática da Universidade e, enquanto tais, deveriam permanecer dentro de seus muros.

Se tais transformações permitem melhor compreender os entraves narrados por Pórcia, por outro lado, aludem aos recursos e a uma forma de realização acadêmica na qual Cecília se consagrou. Suas lembranças sobre a FFCLPR, por mim compreendidas como uma espécie de tática profissional, expressam o condicionamento do trabalho acadêmico em liames legalizados e forjados através do desempenho individual, do mérito pessoal. Cecília integrou, ou produziu, , uma série de redes intelectuais, por meio das quais constituiu uma reputação sóbria e disciplinada sobre seu ofício. Não obstante, as práticas cotidianas da historiadora na Faculdade instituíram vínculos entre ela e outros estudantes, aos quais ela alçou a postos docentes, como auxiliares de ensino ou assistentes. Posteriormente, na década de 1970, Cecília enviaria seus primeiros alunos da FFCLPR a estágios doutorais na *École,* a constituir uma conexão intelectual e, sobretudo, um lugar para si na institucionalização e promoção da pesquisa científica em História no Brasil. Igualmente, seus esforços na promoção da ANPUH sublinham seu cuidadoso trabalho na montagem institucional do ensino superior em História em um novo registro, qual seja, da pesquisa metodicamente orientada, promovida por agências de fomento, embasada na pesquisa empírica e no intercâmbio intelectual, bem como na circulação de atores e ideias entre instituições e publicações. Esse é um tipo de preocupação com o fazer científico distinto daquele vivenciado anteriormente na própria FFCLPR, isto é, calcado no prestígio pessoal dos atores.

117 O acervo do Departamento de História é composto, efetivamente, por atas de reunião, ofícios e nomeações, além de planos de aulas, grades curriculares e algumas correspondências (MACHADO, 2016, p. 22).

Observa-se como o recurso a dimensão individual está presente em ambas narrativas, isto é, de Cecília e de Pórcia, porém desde ponto de vista distintos. Pórcia localizava seu eu em um registro cindido entre a vida familiar e sua qualificação individual, por meio da qual reafirmava sua estima de si e a significava não apenas em termos de uma origem familiar a qual ela não teria contribuições e, sim, a partir da perspectiva de que ela, enquanto ser individual e dotado de personalidade própria, realizou o destino ao qual ela estaria prometida desde o nascimento. Há, pois, uma forte tensão entre considerar-se socialmente superior devido a um passado imemorial e a uma formação única *versus* os esforços em atestar o cumprimento dessas expectativas em sua trajetória.

A individualidade acionada por Cecília remete a uma outra ideia. Nas 35 caixas consultadas, a historiadora narrou seus méritos como derivados de seus esforços pessoais; apresentou detalhes de seus projetos e os meandros do caminho. Nesses documentos, Cecília apagou do passado arquivado as referências ao irmão também historiador, ao mesmo tempo em que produziu uma narrativa de reconhecimento exterior de seu talento. Assim como Pórcia, a noção de individualidade presente nas lembranças de Cecília é contraditoriamente mobilizada: ora a historiadora construiu um relato solitário acerca das atividades acadêmicas/intelectuais desempenhadas, a despeito do acontecido ter ou não se realizado dessa forma, ora recriou o próprio passado de modo a mobilizar um entendimento sobre o evento vivido desde a perspectiva do reconhecimento externo de seu mérito.

Em ambos os casos, é perceptível a recriação do passado ao longo do arquivo. Seja em termos de cindir a própria trajetória na FFCLPR ou de recriar o rumo dos próprios acontecimentos, Pórcia e Cecília transformaram "[...] Os acontecimentos não em fatos – informações mortas sobre o que já se foi –, mas sim em maneiras singulares de apropriação de experiências (ABREU, 2016, p. 47).

3.3. Um esboço as maneiras de ser intelectual

O motivo de me referir a essa amálgama de eventos e sentidos está conectado ao desenvolvimento desta pesquisa. Aos poucos, o que deslindei da leitura atenta dos materiais arquivados foi a transformação das próprias práticas acadêmicas, isto é, dos valores, objetivos e possibilidades dispostos aqueles indivíduos que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, se dedicaram profissionalmente ao ensino superior. A tensão entre as formas de recordar a FFCLPR nos acervos

de Cecília e de Pórcia encontra uma possibilidade de explicação no próprio processo de institucionalização das universidades brasileiras. Pois as trajetórias individuais expressam formas de realização relacionadas as condições locais e além. Com isso, quero dizer que as lembranças de cada uma delas estão ligadas as suas formações individuais, tais como família, formação escolar, amores e oportunidades, por exemplo, ao mesmo tempo que aos processos históricos amplos, como disposições governamentais, urbanização das cidades e campo, instauração de regimes políticos e à própria modernização do país, de modo que suas vivências podem ser sociologicamente compreendidas nas tensões dispostas entre essas dimensões. Importa compreender como os indivíduos analisados atribuíram sentidos a esses acontecimentos no curso de suas vidas.

Os desgostos de Pórcia encontram seus pares naqueles elementos que promoveram o sucesso de Cecília. Essa é uma inquieta consideração final desta pesquisa. Compreendê-la, por outro lado, exige um aprofundamento e atenção aos quais não tenho argumentos suficientes no momento. É possível apenas esboçar algumas hipóteses, a título de um entendimento provisório da questão.

A contraposição entre as lembranças de Cecília e de Pórcia expressa, em meu entendimento, algo semelhante ao percebido por Norbert ELIAS (1991) em seu exame da trajetória do compositor Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791). Se Ludwig van Beethoven (1770-1827), nascido 15 anos depois de Mozart, desfrutou de um mundo social dotado de melhor aderência ao seu estilo de música e composição como artista autônomo, Mozart amargou ter vivido em uma época de transição entre as formas de arte de artesão e arte de artista, na qual ainda vigoravam códigos e expectativas ao trabalho de um músico fortemente atreladas ao serviço de entretenimento em uma corte. Conforme considerou ELIAS (1991, p. 43),

> Beethoven nasceu em 1770, quase 15 anos depois de Mozart. Conseguiu, não com facilidade, mas com muito menos problemas, aquilo pelo que Mozart inutilmente lutou: liberou-se, em grande parte, da dependência do patronato da corte. Foi, assim, capaz de seguir a própria voz em suas composições — ou, mais exatamente, a ordem sequencial de suas vozes interiores, e não o gosto convencional de seus fregueses. Beethoven teve muito mais oportunidades de impor seu gosto ao público musical. Diferentemente de Mozart, foi capaz de escapar à coerção de ter de produzir música na situação de subordinado a um empregador ou patrono muito mais poderoso; ao invés disso, pôde compor música, se não exclusivamente, mas pelo menos até certo ponto, como artista autônomo (como chamaríamos hoje em dia) para um público relativamente desconhecido.

Adiante em seu argumento, pontuou ELIAS (1991, p. 44) no sentido de recusar que as diferenças entre as trajetórias de ambos artistas fossem exclusivamente tributárias de características pessoais ou de condicionantes temporais:

> Assumir esta visão [das diferenças como produto da personalidade ou história de cada um] é negligenciar um ponto essencial: tratava-se de uma mudança estrutural na relação das pessoas umas com as outras, que pode ser definida com precisão. Em particular, envolvia um ganho de poder pelo artista com relação a seu público. Esta mudança humana, esta modificação no equilíbrio de poder — não apenas entre indivíduos enquanto tais, mas entre indivíduos enquanto representantes de diferentes funções e posições sociais, entre pessoas na condição de artistas e público — não pode ser compreendida enquanto nosso padrão de pensamento insistir em desfiar apenas abstrações desumanizadas. Só podemos fazer-lhe justiça se tivermos, diante dos olhos, exemplos claros, e se tentarmos visualizar o que esta mudança significou para as pessoas envolvidas.

Impulsionada pela análise de ELIAS, entrevi nas transformações da atividade acadêmica e, por conseguinte, do estatuto do intelectual, de sua profissão, possibilidades de compreensão das lembranças de Cecília e de Pórcia acerca da FFCLPR. Não atribuo, com isso, semelhanças entre Cecília e Beethoven e entre Mozart e Pórcia. Quero dizer que, em particular, o modelo teórico de ELIAS possibilitou que eu considerasse as lembranças das professoras como expressões de um momento de transição entre as formas de exercício intelectual no Brasil. Especificamente, creio que as distâncias entre as narrativas arquivadas, bem como os elementos que integram essas composições, revelam maneiras de compreender o ofício intelectual e de manter/produzir relações sociais acadêmicas transformadas ao longo do tempo.

Observei, anteriormente, como os arquivos de Cecília e de Pórcia confeccionaram dois tipos de narrativas de memória sobre a Faculdade: *tática* e de *desconexão*. Longe de se excluírem, essas formas de pensar o exercício profissional na FFCLPR se complementam, no sentido de permitirem entrever o decurso do processo de transformação das práticas acadêmicas e da ossatura universitária no decorrer de 1950 ao final de 1960. Em meu entendimento, essas alterações incidiram tanto sobre as condições materiais do ofício quanto simbólicas, isto é, no tipo de exercício intelectual que, paulatinamente, se configurou no ensino superior brasileiro. Para além, esse processo expressou uma modificação no equilíbrio de poderes que regia a formalização da atividade intelectual no país. Me refiro, pois, à transição entre um modelo de intelectual tradicional, amparado no reconhecimento pessoal e familiar, para um modelo individualizado, assentado no sucesso individual confirmado através de mérito próprio.

A essa altura, creio que a análise de Karl Manheimm (2012 [1932]) sobre os tipos de *intelligentsia* permita uma compreensão mais complexa das sinuosas lembranças de Pórcia, bem como das ascendentes recordações de Cecília. Uma vez que as considerações do sociólogo atinam ao processo de transformações da atividade intelectual e, particularmente, das compreensões do ser intelectual, suas contribuições teóricas são valiosas ao presente problema. Trata-se, contudo, de um esboço sociológico ao estudo dos intelectuais face ao qual cotejarei os casos aqui analisados, no

intuito de compreendê-los enquanto manifestações de tipos de *intelligentsia*. Cabe dizer, ainda, que não se trata de concordar ou avaliar o conceito e, sim, de lançar mão de uma tipologia cuja organização contribui para a compreensão do presente problema.

Seu raciocínio considera, pois, o processo de individualização ao longo dos séculos XVII ao XX, compreendendo-o não como a emergência de existências solitárias e desvinculadas de sujeitos na história e, sim, de envolvimentos múltiplos de um mesmo indivíduo a uma diversidade de grupos e ideias. "O processo de individualização tem lugar no próprio processo através do qual o indivíduo se identifica com grupos superpostos e conflitantes" (MANNHEIM, 2012, p. 86). No cerne dessa argumentação está, com efeito, sua reflexão sobre a *intelligentsia*. Trata-se de uma camada de indivíduos originários de grupos diferentes, de classes sociais distintas, cujo estilo de pensamento se caracteriza pelo contato com a cultura, abertura e fluidez. Em especial, suas afinidades com o estrato de classe do qual descendem é transitória e sua forma de pensar é promovida pela possibilidade de "Viver mais do que sua própria vida e pensar mais que seus próprios pensamentos" (idem, p. 94). Daí derivaria a qualidade específica da *intelligentsia*, a produção de reflexões e interpretações sobre a vida social sem os constrangimentos, valores ou expectativas de uma visão de mundo em particular.

São quatro os tipos de *intelligentsia* distinguidos por Mannheim (idem, p. 88), dos quais os três primeiros se referem a um entendimento de fundo aristocrático da atividade intelectual: a) *distinção entre trabalho manual e intelectual*; b) *contraste entre profissões liberais e ofícios;* c) oposição entre *cultos e incultos; d) certificação* ou organização burocrática do conhecimento. Acredito, pois, que as lembranças de Pórcia e de Cecília sobre suas carreiras profissionais na FFCLPR podem ser compreendidas como expressões, múltiplas e contraditórias, de dois dos tipos de *intelligentsia* distinguidos por Mannheim: a oposição entre cultos e incultos e, naturalmente, a organização burocrática do conhecimento. Por esse motivo, os detalharei agora.

No tipo de intelectual formado pela oposição social entre cultos e incultos, está contida a ideia de composição de uma camada de indivíduos cuja distinção se estabelece pelo conhecimento, porém entrelaçado necessariamente à posição social daquelas pessoas. É o caso, por exemplo, de advogados e pastores. O reconhecimento desse tipo de intelectualidade se faz acompanhar de uma percepção aristocrática das relações sociais, uma vez que a compreensão da ideia de culto só é possível se considerados três princípios de distinção: educação, posição social e renda (MANNHEIM, 2012, p. 88). Tais fatores dificultam que pessoas enriquecidas ou fora dos círculos profissionais reconhecidos acedam ao estatuto de cultos. Disso resulta, também, um corpo de

conhecimentos e costumes baseados em "Etiqueta social similar, no estilo de vida similar e num senso comum de decoro" (idem). A distinção entre cultos e incultos centralizou uma oposição atualizada no tempo através da formação e manutenção de relações de poder entre os indivíduos. O cerne estava na educação, entendida de forma abrangente não apenas como saber acadêmico mas como um corpo de costumes. Havia uma forma de estar no mundo cuja base era essa distinção.

Em especial, há uma tensão entre este entendimento da atividade intelectual, considerada por Mannheim como produto de "Conceitos convencionais e aristocráticos de erudição" (idem, p. 89), e o tipo de intelectual de carreira pública edificada por meio de um sistema de certificações. De um lado, um entendimento aristocraticamente hierarquizado do saber e, de outro, uma comprovação individual e burocrática do conhecimento. Em outras palavras, "A distinção anterior de respeitabilidade cede lugar à diferenciação entre os que possuem ou não educação acadêmica" (idem, p. 88). Esse tipo *intelligentsia* abandona progressivamente a dimensão aristocrática em detrimento da *certificação*. Isto é, forma-se uma espécie de burocracia especializada e ligada ao Estado, cujos critérios de distinção são dados através da economia de diplomas e certificados.

O esforço de considerar essa tipologia está em perceber como as lembranças dos acervos de Cecília e Pórcia acerca da FFCLPR permitem compreender a passagem da ideia de intelectual para a de burocrata em Curitiba, se consideradas suas lembranças como vinculadas a uma série de eventos nos níveis estadual e nacional. A organização dos acervos e, sobretudo, as produções dos nexos entre as lembranças - derivados das acumulações documentais, lançam luz as práticas intelectuais de Pórcia e Cecília, desde a perspectiva de como elas se compreendiam e entendiam o curso dos eventos vividos. Nesse ponto, como tenho argumentado, o entendimento ou significado atribuído aos eventos é inimputável a um processo em específico, visto que os arquivos foram frutos de organizações sempiternas nos decursos das vidas de ambas, sendo passível de interpretação apenas se considerada a ossatura final do acervo, em uma tentativa de percepção dos critérios de acumulação e narrativas de memória derivadas. Com efeito, minhas considerações sobre as memórias da FFCLPR nos arquivos das professoras ecoam à tipologia elaborada por Mannheim. Isto é, através da consideração dos tipos de intelectualidade mannheimianos é possível interpretar suas lembranças como expressão do processo de transição das práticas intelectuais no país.

Com efeito, a institucionalização/burocratização do ensino superior brasileiro administrou essa transição, ao posicionar ao centro da atividade intelectual o próprio indivíduo e suas realizações pessoais em oposição ao reconhecimento do valor e capacidade de alguém do ponto de vista moral. Notadamente, a formação de um currículo acadêmico como fonte de comprovação e

verificação contínua do desempenho pessoal é a expressão mais clara desse processo. Pois situa a nível individual o cumprimento dos requisitos estipulados institucionalmente. Com efeito, as transformações legislativas do ensino superior brasileiro na década de 1960 configuraram um novo estilo de trabalho universitário, no qual o sucesso individual esteve atrelado à capacidade de gerenciar, e comprovar, o desempenho exitoso em pesquisas, grupos de investigação e trabalho, parcerias institucionais, montagem de programas e institutos de pesquisa, entre outros aspectos.

Esse tipo de relação com a atividade acadêmica é demonstrado ao longo do acervo consultado de Cecília, nas conexões acadêmicas anunciadas, no privilégio as tarefas individuais, no acento aos esforços contínuos na pesquisa e regência de sua especialidade. Não à toa, em seu acervo havia um currículo novo escrito anualmente[118]. Seu arquivo, ainda, apresenta uma complexidade em particular, uma vez que situa os acordos com o próprio passado rumo à formatação da trajetória vivida de acordo com critérios de aderência a uma nova pauta intelectual: a do mérito individual. Não se trata, assim, de compreender seu arquivo como expressão rígida de um estilo de intelectualidade cuja atividade é racionalizada e comprovada e, sim, de entender como suas memórias são evocadas, de antemão, em um registro centralmente individual, sobretudo em detrimento de outras narrativas possíveis. No caso de Cecília, tanto sua carreira profissional foi alavancada e impulsionada pelas novas demandas colocadas ao ensino superior pela legislação, bem como pelas novas interações sociais que se desenrolavam no espaço universitário, quanto suas memórias são narradas conforme esse entendimento do que deveria ser uma bem sucedida trajetória profissional universitária - cabe mencionar, sobre isso, que ambas dimensões andam juntas.

A tipologia de Mannheim serve, em especial, para compreender o deslocamento entre a atividade intelectual de tipo culto - formado pela oposição entre nós e eles, na qual o "nós" representa um conjunto de práticas e costumes difundidos entre uma rede de indivíduos socialmente reconhecidos por posição social, renda e educação – e a emergência de uma intelectualidade centradas em bases legais e reconhecidas pelo conhecimento especializado comprovado por certificação. Creio, assim, que a tipologia de Mannheim permita esclarecer um pouco melhor as tensões entre as lembranças de Cecília e Pórcia, uma vez que a narrativa da educadora não apenas tensionou o crescendo do relato de Cecília, como enfocou as disputas e confrontos carregados por tais transformações.

118 Por vezes, mais de um, se houvesse projeto em andamento, ingresso em associação acadêmica ou mesmo solicitação de auxílio para viagem. Ritualmente, porém, Cecília redigia um currículo vitae por ano para entregar à direção do Setor de Ciências Humanas.

Como argumentei anteriormente, as lembranças da educadora são sinuosas, pois dotadas de oscilações e divergências quanto ao estatuto da FFCLPR em sua trajetória. Ora se trata de uma instituição de realização e pares, ora de um espaço amargo de desconexão. No capítulo anterior, considerei haver uma cisão na compreensão de Pórcia sobre a Faculdade. Havia elementos desde uma distinção social genealógica, dotada de expectativas naturais de consagração, até camadas de atenção e esforço no cultivo pessoal, no sentido de comprovar individualmente e com qualidade as expectativas de seu sucesso. Essa tensão, em especial, se estendeu ao exercício acadêmico e esteve notavelmente visível nos protestos de Pórcia por reconhecimento ao seu trabalho na Faculdade ao mesmo tempo em que expressava sentir-se moralmente atacada pelo curso dos eventos e exigências postas. as lembranças de Pórcia indicam, conforme as interpreto, o entendimento da atividade intelectual como oposição entre cultos e incultos, isto é, como calcada não apenas na educação, mas em uma variedade coesa de práticas e significados de quem se é em contraposição àqueles que não detém, e jamais terão, os mesmos atributos. O amargo dessa perspectiva está, justamente, em realizar-se em um momento de transição do reconhecimento social atribuído as práticas intelectuais. O arquivo de Pórcia, nesse sentido, opera um cuidadoso controle dos significados entre passado e presente não apenas do ponto de vista linear, uma vez que produziu o acervo como uma possibilidade materialmente finita mas idealmente infinita de reinterpretações dos eventos segundo seu olhar sobre sua própria vida.

Por fim, analisar as lembranças de Cecília e de Pórcia acerca de suas carreiras profissionais na Faculdade lança luz as nossas próprias perspectivas de sucesso e êxito acadêmico. Isto é, as diferenças quanto as instituições de depósito dos acervos – Arquivo Público e IHGPR – sinalizam as conexões do tempo presente em relação a acontecimentos, personagens e temas do passado. Cabe questionar, nesse sentido, o quanto as pautas e compreensões atuais sobre o exercício intelectual modularam e forcejaram revisões acerca das trajetórias arquivadas. Os sentidos atualmente atribuídos ao trabalho acadêmico são relevantes para que se compreenda como as trajetórias de Pórcia e a de Cecília desfrutam hoje de perenidades distintas e, com isso, de consagrações de ordens diferentes. Nesse sentido, chamo atenção para nossa aderência e identificação com o modo de trabalho intelectual desempenhado pela Cecília, em oposição a um distanciamento quanto as práticas acadêmicas de Pórcia. Embora pouco explorado por mim, creio que tal aspecto seja considerável, sobretudo em relação ao nosso tempo e as possibilidades de duração dessas trajetórias, uma vez que a memória é um exercício contínuo efetivado no presente.

APONTAMENTOS SOBRE PESQUISAS EM ARQUIVO PESSOAIS

Nesse trabalho, tomei como objeto os acervos de Cecília Maria Westphalen e Pórcia Guimarães Alves. Ambas foram professoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná no mesmo período. Meu interesse foi, pois, compreender como elas organizaram nos acervos suas lembranças sobre a FFCLPR. O ponto de partida para esse problema foi, justamente, a diferença no volume de documentos conservados sobre a instituição em cada um dos arquivos - notada durante o trabalho de campo nas instituições de depósito dos documentos.

Considerei os acervos analisados como dotados de intenções autobiográficas, isto é, embora não fossem propriamente autobiografias, os conjuntos documentais pessoais examinados expressavam os significados e interesses daquelas que os confeccionaram. Em outras palavras, seus arquivos atuaram como espaços de fabricação material e, ao mesmo tempo, subjetiva do eu, em que as lembranças recordadas evocaram compreensões daquela pessoa sobre si mesma e, em especial, acerca de como ela gostaria de ser lembrada.

O arquivo como campo etnográfico é, pois, uma malha de personagens e significados conectados pela unidade do acervo e dispersos pelo tempo. O exercício etnográfico permitiu-me compreender como as interações entre elas, como portadoras dos documentos, suas seleções documentais, as instituições de depósito, os acessos aos acervos, publicidades e outros fatores participaram da composição dos inúmeros significados vinculados as atividades e vidas evocadas nas lembranças documentais. A riqueza da análise etnográfica esteve, pois, em lançar luz a esses elementos desde a perspectiva interna do próprio arquivo.

Da observação dessas interações e dos efeitos delas nas narrativas de memória, considerei a ideia de gestão da memória de Michel Pollak como fio analítico. Baseando-me em seu entendimento sobre os processos de enunciação e silenciamento das lembranças individuais, interessei-me em perceber como os conjuntos documentais de Pórcia e Cecília foram elaborados. Busquei, assim, apreender quais documentos sobre a FFCLPR foram arquivados em cada caso e como eles se relacionavam com os outros objetos guardados. Para isso, foi necessário primeiramente conhecer os acervos e os tipos de vínculos enunciados entre os documentos, histórias, atores e lugares. Dessa percepção, então, foi possível perceber a feitura de laços entre as lembranças e pessoas e, com isso, situar os sentidos atribuídos à FFCLPR face a esses tantos outros elementos, intenções e interesses.

Esse movimento analítico, em meu entendimento, é uma aplicação da ideia de gestão da memória de Michel Pollak em contexto de pesquisas em arquivos. Há, por certo, perdas nessa aplicação, uma vez que as memórias narradas em acervos são mediadas por processos diversos daqueles encontrados em situações de entrevista – método no qual se baseou Pollak. Contudo, considero a aplicação dessa ideia do sociólogo francês pertinente e frutífera para pesquisas em acervos pessoais. Como o próprio desenvolvimento desta investigação indica, na microanálise de memórias em arquivos há um caleidoscópio de eventos a ser deslindado e a proposição de Pollak auxilia em sua compreensão tanto como ferramenta analítica quanto como portadora de uma série de férteis questões teóricas.

Um dos rendimentos dessa proposta – da aplicação da ideia de gestão da memória em análises de arquivos pessoais, está na percepção das negociações e interesses prévios e continuamente existentes em um acervo. Pois a ideia de gestão da memória se baseia na própria administração do ato de recordar em público de um evento. Nesse sentido, se trata de equacionar sempre as possibilidades de escuta face àquilo que será relembrado. Compreender a urdidura da enunciação das lembranças – em minha pesquisa, a elaboração dos acervos enquanto espaços nos quais circulam as memórias elegidas, permite que a consulta arquivística seja feita de maneira mais cautelosa e cuidadosa. A observação das nuances implicadas na gestão da memória impossibilita a divulgação da pesquisa em arquivo apenas como movimento de consulta ou recolhimento de dados. Com efeito, a produção do arquivo deve ser escrutinada para a própria compreensão daquilo que ali se coleta.

Ademais, ao se compreender o arquivo de modo complexo tem-se um entendimento também daquilo que foi preterido em razão de uma outra narrativa. Em especial, nos casos aqui analisados, sem a compreensão que defendo acerca de pesquisas em arquivo, talvez não fosse possível entender as diferenças entre os acervos examinados. Sobretudo, eu poderia ter simplesmente negligenciado tais distinções ou tê-las atribuídos a outros fatores. Creio, porém, que a alternativa aqui desenvolvida mostrou-se fecunda o suficiente não apenas para esclarecer essa questão como lançar à luz outras problemáticas por meio do questionamento da fabricação dos acervos.

Através da ideia de acúmulo documental, central para a proposta de gestão da memória em acervos, percebi como as distinções quanto as lembranças da FFCLPR nos documentos de Cecília e de Pórcia não eram relativas exclusivamente as vivências na instituição. Suas recordações acerca da Faculdade se relacionavam, pois, a outras lembranças evocadas ao longo do acervo. Formavam, assim, visões móveis sobre suas trajetórias ao longo do tempo, conforme as quais era possível

relacionar os documentos conservados sobre a FFCLPR as outras formas de evocar a própria trajetória profissional no acervo. Daí a importância de atinar à dimensão relacional de atribuição de sentido a eventos, pessoas ou mesmo lugares.

Pretendi manifestar esses vínculos desde a perspectiva da teoria de redes, pois por meio dela se enfocam as conexões e ações práticas entre os atores, além dos sentidos atribuídos por eles as relações narradas. Compreender a divulgação dos laços societários nos documentos guardados integra, também, a perspectiva de análise de memórias, tanto por situar as vivências desde a perspectiva social quanto por reforçar os interesses, desejos e sentimentos envoltos na recordação daqueles vínculos. Ademais, a análise de redes centraliza as interações imediatas ao mesmo tempo que as ligações mais distantes e nem sempre vivenciadas diretamente pelos atores. A tensão posta pela percepção dessas duas dimensões em conjunto enriquece a compreensão das memórias, ao situar eventos nem sempre presentes no arquivo, mas centrais para as experiências narradas.

Desde essa perspectiva, foi possível considerar como as montagens dos referidos acervos estiveram ligadas tanto a eventos imediatos quanto distantes da experiência concreta de cada uma delas. Motivadas por interesses e pontos de vista diversos, Cecília e Pórcia produziram conjuntos documentais sobre suas carreiras profissionais nos quais estiveram situadas compreensões e implicações práticas do processo de institucionalização do ensino superior brasileiro. As tensões e, até mesmo, contradições entre os documentos e as narrativas de cada uma delas acerca da Faculdade ecoam aos trâmites legais e modificações das práticas acadêmicas ao longo da década de 1960. Ao final desse trabalho, considerei como tais distinções quanto as lembranças arquivadas sobre a FFCLPR refletiram a transição de um entendimento da ideia de intelectual calcado no reconhecimento pessoal da qualidade reflexiva para a comprovação legal e, propriamente burocrática, das capacidades intelectuais de uma pessoa. Embora não seja meu objetivo compreender essa questão, creio que ela forneça novas evidências bem como enseje outras interpretações as maneiras como estudamos trajetórias intelectuais, sobretudo se vinculadas as universidades. Esse é um rendimento possível da pesquisa em arquivo conforme a metodologia aqui adotada.

Com efeito, o exercício analítico nessa via interpretativa é de atenção aos detalhes e, sobretudo, de compreensão das transformações dos significados no tempo. Embora eu fale continuamente acerca de visões retrospectivas na montagem do acervo, se trata antes de uma confecção sempiterna, uma vez que ela acontece no decurso de décadas e é atualizada no tempo pela instituição de depósito, pelos leitores e divulgações, por exemplo. Desde essa perspectiva,

considerei a impossibilidade do uso da ideia de enquadramento da memória em arquivos pessoais, pois a profundidade temporal dos acervos torna difusa a percepção de quaisquer processos unívocos ou coordenados de controle das memórias individuais.

Lançar mão dessa arquitetura teórico-metodológica permitiu compreender não apenas os sentidos das diferenças entre as lembranças da FFCLPR nos acervos de Cecília e de Pórcia, como a construção subjetiva de suas individualidades. Isto é, perceber como elas se compreendiam e buscaram, na montagem de seus conjuntos documentais, constituir imagens sobre si e sobre suas vidas capazes de durarem para além do tempo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

ABREU, Regina. Memória Social: Itinerários Poéticos-Conceituais. In **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, Edição Especial, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016.

ABREU, Regina. Subjetividade, Alteridade e Memória Social em Ruth Landes. In LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (orgs.). **Memória e Construções de Identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível. São Paulo: editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Letícia Leal de. A Construção da História Demográfica na Historiografia Paranaense: A Historiadora Altiva Pilatti Balhana. Ponta Grossa: dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

ALVES, Alessandro Cavassin. A Família de Manoel Antônio Guimarães na Composição do Poder Local em Paranaguá no Século XIX. In **Revista NEP**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 209-237, maio/2017.

ALVES, Benno Victor Warken. Brasileiro, branco: a fronteira da branquitude no Paraná. São Paulo: tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2019.

ALVES, Pórcia Guimarães. Centenário de nascimento do chefe Newton. In **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba, v. XLVI, p. 49-53, 1989.

ALVES, Pórcia Guimarães. Contribuição ao Estudo da Repetência Escolar. Curitiba: tese de concurso à cátedra de Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, 1961.

ALVES, Pórcia Guimarães. Entrevista ao Museu da Imagem e do Som do Paraná. Curitiba: arquivos do Museu da Imagem e do Som, s.d.

ALVES, Pórcia Guimarães. Entrevista com a Professora Pórcia Guimarães Alves. In **Educar**, Curitiba, n. 7 (½), p. 123-148, jan/dez 1988a.

ALVES, Pórcia Guimarães. Memória da Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. In **Educar**, Curitiba, n. 7 (½), p. 59-77, jan/dez 1988.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 9-34, 1998.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. Letras e Política no Paraná. Simbolistas e Anticlericais na República Velha. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BOLETIM da Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: Secretaria da Prefeitura, 1943.

BOSCHILIA, Roseli Terezinha. Modelando Condutas: a Educação Católica em Colégios

Masculinos (Curitiba, 1925-1965). Curitiba: tese de doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, 2002.

BOURDIEU, Pierre. as Condições Sociais da Circulação Internacional de Ideias. In **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 105-117, 2002.

BOSI, Eclea. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 43-58, 1998.

CARNEIRO, Cíntia Braga. O Museu Paranaense e Romário Martins: a Busca de uma Identidade para o Paraná. Curitiba: SAMP, 2013.

CARMO, Julio Cesar Botega do. Alfred Agache e seu Plano para Curitiba: Técnica, Institucionalização e o Início do Discurso da Cidade Planejada. In **Urbana**, v. 4, n. 4, dossiê Os Eruditos e a Cidade, CIEC/UNICAMP, mar/2012.

CasTRO, Celso. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Quando o campo é o arquivo. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 36, p. 3-5, jul/dez 2005.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano, Artes de Fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CORREA, Mariza. Do Feminismo aos Estudos de Gênero no Brasil: um Exemplo Pessoal. In **cadernos pagu** (16), Campinas, p. 13-30, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio Cunha. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do Ponto de Vista de Quem? Diálogos, Olhares e Etnografias nos Arquivos. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 7-32, jul/dez 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma Etnografia do Arquivo. In **MANA**, Rio de Janeiro, 10 (2), p. 287-322, 2004.

DRESCH, Gabriela Anne. Entre Instituições e Projetores: José Loureiro Fernandes e os Usos dos Filmes Etnográficos. Curitiba: trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, 2016.

DERRIDA, Jacques. Mal de Arquivo: uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001.

DOSSE, François. O Desafio Biográfico. Escrever uma Vida. São Paulo: EDUSP, 2015.

DUCROT, Aline. A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 151-168, 1998.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Braga: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Mozart. Sociologia de um Gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das Origens à Reforma

Universitária de 1968. In **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade & Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 59-81, 1998.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. In ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de Micro-História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 19-38.

GUERIOS. Paulo Renato. as Condições Sociais de Produção das Lembranças Entre Imigrantes Ucranianos. In **Mana**, v. 14, n. 2, 2008, p. 367-398.

GUERIOS, Paulo Renato. O Estudo de Trajetórias de Vida nas Ciências Sociais: Trabalhando com as Diferenças de Escalas. In **Campos**, v. 12, n. 1, 2011, p. 9-29

GUERIOS, Paulo Renato. Trajetórias Intelectuais Marcadas entre a Ciência e a Religião: José Loureiro Fernandes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. In **Campos**, v. 18, (1-2), p. 117-138, 2017.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. Los Marcos Sociales de La Memoria. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HANICZ, Teodoro. Modernidade, Religião e Cultura. O Círculo de Estudos Bandeirantes e a Restauração do Catolicismo em Curitiba (1929-1959). São Paulo: tese de doutorado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

LORIGA, Sabina. O Pequeno X. Da Biografia à História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 89-103, 1998.

MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma "Ciência Histórica": o Percurso Intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Marília: tese de doutorado em História, Universidade do Estado de São Paulo, 2016.

MACHADO, Valéria Floriano. Diatribes Viperinas e Digressões Quixotescas: Debates Intelectuais e Projetos Educacionais na Década de 1950. Curitiba: tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2009.

MANNHEIM, Karl. Sociologia da Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. A Trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a Construção da Historiografia Regional do Paraná no Território Acadêmico; 1928-1953: do Poema ao Modelo Historiográfico. Curitiba: tese de doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, 2013.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In Revista Brasileira de Ciências Sociais,v. 2, n. 5, São Paulo, out/1987.

MILLS, Charles Wright. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NORA, Pierre. Entre Memória e História, a Problemática dos Lugares. In **Proj. História**, São Paulo, (10), p. 7-28, dez 1993.

NUNES, Iran de Maria Leitão. Ideal Mariano e Docência: a Identidade Feminina da Proposta Educativa Marista. Natal: tese de doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

OLIVEIRA, Márcio de. O "Brasil Diferente" de Wilson Martins. In **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, maio/ago 2005.

PAULA, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de. Introdução. In PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários da História. São Paulo: 1974.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada). In MICELI, Sérgio (org.). **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) – Antropologia.** São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

PERROT, Michelle. as Mulheres ou os Silêncios da História. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, ago/set 1989.

POLLAK, Michael. Gestão do Indizível. In **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v. 2, n. 1, p. 10-49, jan/jun 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROCHasSON, Christophe. "Atenção: Verdade!". Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográfcas. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 105-119, 1998.

RAGO, Margareth. Descobrindo Historicamente o Gênero. In **cadernos pagu** (11), p. 89-98, 1998.

REVEL, Jacques. Microanálise e Construção do Social. In REVEL, Jacques. **Jogo de Escalas.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998, p. 15-38.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins. Adentrando aos Arquivos: Formação e aspectos da Atuação Docente de Pórcia Guimarães Alves (1917-1962). Dissertação de mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2018a.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins. Compilados de Documentos Históricos: Campanha Civil

Contra o Comunismo e o Nazisfascimo no Arquivo de Orestes Augusto Alves, Curitiba (1941-1942). In **MOUSEION**, Canoas, n. 29, p. 351-363, abr/2018b.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou.... In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, p. 35-42, 1998.

RINGER, Fritz. O Declínio dos Mandarins Alemão. São Paulo: EDUSP, 2000.

RONCAGLIO, Cynthia. Pedidos e Recusas: Mulheres, Espaço Público e Cidadania (Curitiba, 1890-1934). Curitiba, Dissertação de mestrado em História UFPR, 1994.

SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo das Raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica. In **Educação e Realidade** 20 (2), p. 71-99, jul/dez 1995.

SILVA, João Paulo de Souza e. Percurso Entre Modernidades: Trajetória Intelectual da Educadora Eny Caldeira (1912-1955). Curitiba: dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2013.

SOUZA, Gisele. ANJOS, Juarez José Tuchinski dos Anjos. BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. O Arquivo Público Paranaense: Possibilidades para a Pesquisa em História da Educação no Período Provincial. In **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 627-643, jul./set. 2013.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. Anísio Teixeira e a Educação Brasileira: da Formação Intelectual aos Projetos para a Escola Pública, 1924-1964. Uberlândia: tese de doutorado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

STRATHERN, Marilyn. Revolvendo as Raízes da Antropologia: Algumas Reflexões Sobre "Relações". **In** Rev. Antropol., São Paulo, v. 59, n. 1, p. 224-257, abril/2016.

STRAUBE, Ernani Costa, asSAD, Kallil. O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. In **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, n. 29, p. 38, 2016.

TAMBasCIA, Christiano Key. Constituindo carreira e coleções etnográficas. In **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, jan/jun 2013.

URBAN, Danúncia; MELO, Gabriel A. R.. Obituário: Jesus Santiago Moure. In **Revista Brasileira de Entomologia**, São Paulo, v. 54, n. 3, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Porto de Paranaguá: um Sedutor. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WESTPHALEN, Cecília Maria. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, 50 anos. Curitiba: SBPH, 1988.

APÊNDICES

Tabela 1. Visão geral dos documentos de Cecília Maria Westphalen.

DATA / TIPO	1942	1947	1948	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1967	1969	1972	1973	1974	1976	1977	1978	**TOTAL**
I Congr. Lic. em História													3	4											**7**
Associação dos Profs. Católicos PR											1														**1**
Bolsas de estudo										3															**3**
Cartas de recomendação				1																					**1**
Cartas a Braudel														1		1					1				**3**
Cartas de Braudel								1		2	2				1										**6**
Centro de Estudos de História													1	1											**2**

DATA / TIPO	1942	1947	1948	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1967	1969	1972	1973	1974	1976	1977	1978	**TOTAL**
Contratos de trabalho			2																						**2**
Correspondência acadêmica									2			1	2	2		1						1			9
Correspondência com orientandos/as																			1			1			**2**
Correspondência internacional							1	2		2	3		2									2			**12**
Correspondência pessoal	1										1		1									2			**5**
Currículos e relatórios de produção											1													2	**3**
Discursos																							1	1	**2**
Docência escolar					1												1					1			**3**

DATA / TIPO	1942	1947	1948	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1967	1969	1972	1973	1974	1976	1977	1978	**TOTAL**
Envios de publicações						2				4	1														**7**
Formação escolar	1	1																							**2**
Informes e pedidos à FFCLPR										1			2												**3**
Informes e pedidos ao Cons. de Pesq. UFPR													1												**1**
Kohl Universität										1	2														**3**
Lazer na FFCLPR															1										**1**
Nomeações				1						1		1													**3**
Ofícios e portarias FFCLPR									1				1	4	5	3	3			1					**18**

DATA / TIPO	1942	1947	1948	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1967	1969	1972	1973	1974	1976	1977	1978	**TOTAL**
Ofícios , regulamentos e circulares do DEHIS											1	2		1	1										**5**
Pareceres do Conselho Técnico Administrativo da UFPR														1											**1**
Publicações , submissões e edições de obras						1								1									1		**3**
Pedidos de estudantes						1							2												**3**
PPGHIS																			1						**1**
Relatórios de atividades DEHIS												1			1	1									**3**

DATA / TIPO	1942	1947	1948	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1967	1969	1972	1973	1974	1976	1977	1978	**TOTAL**
Relatório de concurso à cátedra									1																**1**
Seminários de História											1														**1**
Solicitações de licenças										2			2												**4**
TOTAL	**2**	**1**	**2**	**2**	**1**	**4**	**1**	**3**	**4**	**16**	**13**	**5**	**16**	**15**	**9**	**6**	**4**	**1**	**2**	**1**	**1**	**7**	**2**	**3**	**121**

Fonte: a autora.

Tabela 2. Visão geral dos documentos de Pórcia Guimarães Alves.

DATA TIPO	1917	1925	1926	1929	1931	1933	1936	1939	1941	1942	1943	1946	1947	1948	1949	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1961	1962	1965	1966	1972	1977	1980	1996	TOTAL
Ass. Ex-Alunos da FFCLPR												1	1	1																		**3**
Aulas ministradas FFCLPR																							1									**1**
Carta anônima de estudantes																										1	1					**2**
Cartas com amigos/as															1																	**1**
Cartas com irmãos												2				3				1	1											**7**
Cartas com Orestes													3		10	5	2		1	1	1	11										**34**
Cartas profissio-nais																			1			1										**2**

DATA TIPO	1917	1925	1926	1929	1931	1933	1936	1939	1941	1942	1943	1946	1947	1948	1949	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1961	1962	1965	1966	1972	1977	1980	1996	TOTAL
Cartas românticas																										5						**5**
Cartas XI Conferência Nacional de Educação																		10	1	1												**12**
Centro de Pesquisas Educacionais														3	1	1																**5**
Centro Educacional Guaíra														1							1									1		**3**
Concurso à cátedra de Psico. da Educação																								5	1	1						**7**
Conselho Estadual da Mulher																														1		**1**

DATA TIPO	1917	1925	1926	1929	1931	1933	1936	1939	1941	1942	1943	1946	1947	1948	1949	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1961	1962	1965	1966	1972	1977	1980	1996	TOTAL
Conserva-tório de música				2																												**2**
Cruz Vermelha											4																					**4**
Diplomas e certificados														1	1																	**2**
Docência escolar												1																				**1**
Entrevistas																					1							1	1		1	**4**
Eventos acadêmicos												1		1																		**2**
Formação escolar		1	1	1	3	2																										**8**
IHGPR																												5				**5**
Nasciment o de Pórcia	7																															**7**
Poemas							2		1																							**3**

DATA TIPO	1917	1925	1926	1929	1931	1933	1936	1939	1941	1942	1943	1946	1947	1948	1949	1951	1952	1953	1954	1955	1957	1958	1959	1961	1962	1965	1966	1972	1977	1980	1996	**TOTAL**
Publica-ções de colegas																		1														**1**
Reflexões sobre o amor									2			1																				**3**
Reflexões sobre ser mulher								1	1	1	1																					**4**
Sociedade Paranaense de Psicolo-gia																	1															**1**
TOTAL	**7**	**1**	**1**	**3**	**3**	**2**	**2**	**1**	**4**	**1**	**4**	**6**	**4**	**7**	**13**	**9**	**3**	**11**	**3**	**3**	**4**	**12**	**1**	**5**	**1**	**7**	**1**	**6**	**1**	**2**	**1**	**130**

Fonte: a autora.